

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



**Rio de Janeiro - Ano 18 - Nº54
Setembro /Dezembro - 2012**

R454

Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. – Ano 18, Nº 54, (set./dez.2012) – Rio de Janeiro: CiFEFiL. 164 p.

**Quadrimestral
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Linguística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**

CDU 801 (05)

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CIFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CIFEFiL)

Boulevard Vinte e Oito de Setembro, 397 / 603 – 20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ

pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 e **www.filologia.org.br/revista**

Diretor-Presidente:	Prof. Dr. José Pereira da Silva
Vice-Diretor:	Prof. Dr. José Mario Botelho
Primeira Secretária:	Profa. Dra. Regina Céli Alves da Silva
Segunda Secretária:	Profa. Me. Anne Caroline de Morais Santos
Diretor de Publicações	Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva
Vice-Diretor de Publicações	Prof. Dr. Eduardo Tuffani Monteiro

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CIFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe: José Pereira da Silva

Conselho Editorial

Adriano de Souza Dias	Afrânio da Silva Garcia
Álvaro Alfredo Bragança Júnior	Amós Coêlho da Silva
Antônio Elias Lima Freitas	Antônio Sérgio Cavalcante da Cunha
Claudio Cezar Henriques	Darcília Marindir Pinto Simões
Delia Cambeiro Praça	Eduardo Tuffani Monteiro
José Mario Botelho	José Pereira da Silva
Maria Lúcia Mexias Simon	Nataniel dos Santos Gomes
Regina Céli Alves da Silva	Vito César de Oliveira Manzolillo

Diagramação, editoração e edição	José Pereira da Silva
Editoração eletrônica	Silvia Avelar
Projeto de capa:	Emmanuel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL

www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

0. Editorial 05
1. A formação de palavras em português com prefixos e prefixoides latinos e vernáculos – *Paulo Mosanio* 07
2. A importância do latim para o ensino da língua portuguesa – *José Pereira da Silva* 20
3. A importância da língua romena nos estudos filológicos – *Nilsa Areán-García* 30
4. Adaptação fílmica como tradução: transmutação de signos entre sistemas semióticos – *Kall Lyws Barroso Sales e Eliabe Procópio* 37
5. Algumas considerações sobre crítica textual, crítica literária e *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, de Lima Barreto – *Ceila Ferreira* 53
6. Análise estilístico-sintática da canção “Valsinha”, de Vinícius de Moraes e Chico Buarque de Holanda – *Luísa Galvão Lessa* 61
7. Descrição e análise de aspectos semânticos e sintáticos do verbo ter em documento do português do século XVI – *Rosana Ferreira Alves* 68
8. *Esteiros*, de Soeiro Pereira Gomes, na edição de obras completas da Europa-América – *Antony Cardoso Bezerra* 79
9. Ideias linguísticas presentes na produção didática de Dino Preti – *Gil Negreiros* 91
10. Itinerário de Egéria ou Peregrinação de Etéria: pontos de uma edição crítica – *Maria Cristina Martins* 100
11. Neologismos na imprensa cearense – *Expedito Eloísio Ximenes* .. 115
12. Uma apreciação filológica de um dos textos bíblicos mais distorcidos (Mt 3.6-12) – *Carlos Alberto Gonçalves Lopes* 132

RESENHAS

1. História das línguas românicas – *José Pereira da Silva* 142
2. O letramento na oralidade e na escrita – *José Pereira da Silva* 146
3. Poesia inédita do brasílico Gonçalves Soares da Franca – *José Pereira da Silva* 149
4. Apresentação de *Studia Philologica*: filologia, críticas e processos de criação 152

EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o número 54 da *Revista Philologus*, com doze artigos e três resenhas, dos professores, filólogos e/ou linguistas: Alvani- ta Almeida Santos (p. 152-163), Antony Cardoso Bezerra (p. 79-90), Carlos Alberto Gonçalves Lopes (p. 132-141), Ceila Ferreira (p. 53-60), Célia Marques Telles (p. 152-163), Eliabe Procópio (p. 37-52), Expedito Eloísio Ximenes (p. 115-131), Gil Negreiros (91-99), José Pereira da Sil- va (p. 20-29, 142-145, 146-148 e 149-151), Kall Lyws Barroso Sales (p. 37-52), Luísa Galvão Lessa (p. 6167), Maria Cristina Martins (p. 100- 114), Nilsa Areán-García (p. 30-36), Paulo Mosanio (p. 07-19), Rosa Borges (p. 152-163) e Rosana Ferreira Alves (p. 68-78).

No primeiro artigo, o Prof. Paulo apresenta formações com os prefixos e prefixoides vernáculos e aqueles oriundos do latim vulgar e do latim medieval que não raro chegaram até nós por via eclesiástica, con- tribuindo para o estudo da morfologia lexical.

No segundo, o Prof. José trata da importância do latim para o en- sino do português, apresentando alguns dos muitos casos já lembrados por especialistas como João Bortolanza, Napoleão Mendes de Almeida, Teodoro Henrique Maurer Jr., Elias Alves de Andrade etc.

A Profa. Nilsa apresenta resumidamente, no terceiro artigo, a principal motivação para o estudo da língua romena no contexto dos es- tudos de Filologia Românica, para que melhor seja entendido o desen- volvimento das línguas românicas, principalmente o português.

No seguinte, os professores Kall e Eliabe concebem a ligação en- tre a tradução e a construção de sentido pelo homem, apresentando-a co- mo processo intersemiótico que evidencia as transformações realizadas no momento da tradução de um romance para o vídeo ou para o cinema.

No quinto artigo, a Profa. Ceila trata da importância da crítica tex- tual para o reexame e a valorização do trabalho autoral de Lima Barreto em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, a partir da realização de uma edição crítico-genética.

No sexto, a Profa. Luísa analisa estilístico-sintaticamente a canção “Valsinha”, de Vinícius de Moraes e Chico Buarque para oferecer um quadro capaz de traduzir a importância da inter-relação entre som e ex- pressividade, aliados ao valor semântico das palavras, que espelham a be- leza dos recursos estilísticos utilizados, para dar voz ao movimento que

vivia sob a égide da censura militar.

A Profa. Rosana descreve, no sétimo artigo, ocorrências do verbo *ter*, verificando alguns aspectos sintáticos e semânticos que caracterizam certas ocorrências, para que se entendam manifestações dessas formas verbais na fase clássica do português.

No oitavo, o Prof. Antony analisa modificações de pontuação, socioletos e de sentido (inintencionais ou não), nas edições de *Esteiros*, do escritor português Soeiro Pereira Gomes.

No nono artigo, o Prof. Gil demonstra que as produções didáticas de Preti apresentam concepções inovadoras para a época em que se lançaram, relativamente aos problemas que o ensino da língua materna começava a enfrentar no contexto escolar brasileiro.

No décimo, a Profa. Maria Cristina mostra alguns aspectos de uma edição crítica bilíngue (latim-português) de “Peregrinação de Etéria”, também conhecida como “Itinerário de Egéria”.

No penúltimo artigo, o Prof. Expedito aborda o emprego de palavras novas na língua portuguesa, especificamente na linguagem jornalística da cidade de Fortaleza.

Por fim, no último, o Prof. Carlos aborda a exegética de natureza filológica e linguística de um texto bíblico, e defende uma interpretação.

Também foram incluídas três resenhas neste número, sobre importantes obras dos professores Bruno Fregni Bassetto, José Mario Botelho e Francisco Topa, além da reapresentação do livro organizado pelas professoras Alvanita Almeida Santos, Célia Marques Telles e Rosa Borges, a partir do texto redigido por elas mesmas no início da obra.

Na última página, por comodidade acadêmica e econômica, faz-se um link para a continuação dos debates sobre o *Dicionário de Tupi Antigo*, do Prof. Eduardo de Almeida Navarro.

Por fim, o CiFEFiL agradece por qualquer crítica que nos puder enviar sobre esta publicação, visto ser o seu sonho produzir um periódico cada vez mais qualificado e importante para a maior interação entre os profissionais de linguística e letras e, muito especialmente, para os que atuam diretamente com a filologia em seu sentido mais restrito.

Rio de Janeiro, dezembro de 2012.

José Pereira da Silva

A FORMAÇÃO DE PALAVRAS EM PORTUGUÊS COM PREFIXOS E PREFIXOIDES LATINOS E VERNÁCULOS

Paulo Mosanio (UFC)
iorbrunus@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como meta apresentar formações com prefixos e prefixoides vernáculos e aqueles oriundos do latim vulgar e do latim medieval que não raro chegaram até nós por via eclesiástica. Baseia-se no *corpus* de Araquarara devidamente descrito no texto. Retiramos alguns cuja origem é controversa e outros que chegaram ao latim medieval por via clássica. Também afixos foram retirados devido aos limites impostos no trabalho. Saímos de uma base formal e distribucional – partindo do conceito de radical para daí definirmos prefixos e prefixoides. Nosso objetivo é contribuir para o estudo da morfologia lexical e deixar subsídios para análises posteriores a partir de pontos pendentes.

Palavras-chave:

Radical. Prefixo. Prefixoide. Morfologia lexical. História da língua portuguesa.

1. Introdução

Este trabalho tem como objetivo discutir a produtividade de prefixos e prefixoides em português moderno. Entendemos por prefixo o constituinte anteposto a um vocábulo. Porém, isto por si só não basta. Bases, no sentido gerativo do termo, podem antepor-se ou pospor-se a um vocábulo como em *sofá-cama* e *manga rosa*. Para sermos precisos, julgamos ser radical:

- a) constituinte que pode assumir a primeira ou a 2ª posição em lexias: *filogermânico*, *germanófilo*;
- b) forma correspondente a uma forma livre da língua como *sofá* em *sofá-cama*
- c) forma capaz de engendrar derivados na língua, a exemplo de eletro- em eletrochoque, que gera *elétrico*, e termo-, que deriva *térmico*.

O radical difere do prefixoide ou pseudoprefixo – como alguns autores denominam. Este:

- a) é forma capaz de submeter-se à braquissesmia sintática como na construção *intra-* e *interpartidário*;

- b) é susceptível de ostentar braquissêmia mórfica, como *auto-* de *automóvel*, *pré*, de *pré-vestibular* e *pós-*, de *pós-graduação*;
- c) é, como entidade braquissêmica, deve ter flexão, o que se aplica a *auto*, mas não a *pré* nem a *pós*;
- d) como forma braquissêmica, pode gerar derivados ou compostos, a exemplo de *autopista*, *autoescola*.

Isto posto, passamos a descrever prefixos e prefixoides do latim vulgar e latim medieval, que não ficou alheio ao latim vulgar. Quanto ao latim vulgar sabemos que não há ainda uma sociolinguística, vez que ele cobre diversos matizes da língua falada, Silva Neto (1977) chama gúrias, linguagem da “plebe”, dos “honestiores” e da linguagem familiar, termos impróprios para a atual sociolinguística. Mas reconheçamos que dar conta das variações diatópicas, diastráticas e diafásicas constitui tarefa ingente para uma modalidade de *língua histórica*, vez que recobre diversas camadas de *línguas funcionais* (COSERIU, 1979). De todo modo, espera-se assim contribuir para o estudo da morfologia lexical e fornecer subsídios para estudos posteriores. Pelo menos, saberemos alguns fontes históricas dos prefixoides e prefixos, sendo aqueles mais caracterizáveis em termos de tempo e de caracterização sociolinguística.

Começamos pelo *corpus*, que, embora um tanto antigo, nos servirá de guia para reanálise vez que agora admitimos prefixoides Não tivemos acessos ao banco de dados recente, que deve ter expandido o *corpus*.

2. *Do corpus*

O *corpus* escrito do português brasileiro, publicado entre 1950 e 1990, foi coligido pelo Prof. Dr. Francisco da Silva Borba, com apoio da FAPESP e da FUNDUNESP e de pessoas ligadas à computação. O *corpus* tem como meta confeccionar o *Dicionário de Frequências do Português Contemporâneo*, cujo suporte foi dado pela saudosa e grandiosa linguista, a Profa. Dra. Maria Tereza Camargo Biderman, da Universidade Estadual Paulista, Campús de Araraquara.

O *corpus* de referência compõe-se dos seguintes *subcorpora*:

1. literatura romanesca: 1.394.855 ocorrências;
2. literatura dramática: 620.386 ocorrências;

3. literatura técnico-científica: 1.223.605 ocorrências;
4. literatura jornalística: 1.458.174 ocorrências;
5. literatura oratória: 442.176 ocorrências.

O tratamento estatístico conduziu na época 140.000 formas diferentes. Feita a lematização essas formas poderão chegar a 100.000 unidades léxicas. Escolhemos o estudo das formações vocabulares com alguns prefixos e prefixoides latinos e vernáculos. Nosso ponto de partida é formal e distribucional, sem descurar aspectos semânticos. Não tomaremos como base das discussões as relações gênero e o discurso e as formações encontradas, pois adentraríamos a fundo nas condições de produção, relativas a aspectos extralinguísticos. A referência às condições de produção, acresçamos, exigiria um maior detalhamento do *corpus*. Também não daremos uma lista exaustiva de palavras do *corpus*. Sempre que necessário cotejamos com o Aurélio ou asteriscamos as formas para mostrarmos o que é efetivamente do *corpus*.

Isto posto, analisaremos os prefixos e prefixoides latinos e vernáculos, chamados na classificação geral, constituintes iniciais ou afixos, quando preciso, conforme os seguintes parâmetros os correspondentes iniciais:

- a) sem correspondência formal com forma livre ou dependente (excluídas as braquissêmicas);
- b) correspondentes formalmente a formas livres plenas ou por truncamento ou a formas dependentes;
- c) correspondentes a formas livres truncadas.

3. *Análise do Corpus*

3.1. Constituinte inicial como forma presa

3.1.1. CO-

Co- participa de algumas formações verbais que vieram por meio do latim eclesiástico, direta ou indiretamente.

O prefixo ostenta real vitalidade em formações dessubstantivais, no que remonta a modelo do latim eclesiástico (cf. MAURER JR., 1951, p. 125): *codirigente**; *cofator*; *cofundador**; *cogestão**; *cogestor**; *coins-*

*trução**; *coparticipante*; *copilotagem*; *corealidade**; *coequestrador**; *co-soberano**; *costar**.

Co- se anexa também adjetivos, no que segue igualmente modelo do latim medieval: *coaeternus*, por exemplo: *coeducativo**, *colateral**, *copatrocinado**, *corresponsável**.

3.1.2. DES-

Des- é prefixo de notável presença em português. Forma legitimamente vernácula, logrou em nossa língua prosperidade não alcançada por *dis-*, prefixo do qual procedeu. As condições linguísticas favoráveis a *des-* já estavam postas desde idos tempos. No plano semântico, já existiam os traços de negação (cf. latim *displicere* "desagradar", *dissimilis*: "dessemelhante") e separação (cf. latim *discedere*: "afastar-se", *dissociare*: "dissociar"), ao qual se prende subsidiariamente o de "em sentido contrário". Outros traços, entre os quais o de ordem e disposição, ficaram excluídos. Explicam-se, assim, formações em português como *desleal* e *desfolhar*. Baseado nos dados de Saraiva (s/d), percebemos que, em português, parassintéticos latinos com *de-*, como *deartuare*, "desmembrar" (<artus), *decorticare*, "descascar (<cortex), *defflorare* "deflorar" (<flos), *deviare* "desviar" (<via) e *devirginare* "desvirginar", não lograram grande prosperidade.

Os parassintéticos vernáculos são majoritariamente formados com *des-*, como daremos a conhecer. Perceba-se que, nalgumas formações em português, houve troca de prefixo, conforme o de Cunha (1987): *desviar* (em lugar de **deviar*) e *desvirginar* (em vez de **devirginar*).

O Aurélio dá os termos da química *despolarizar* e *desvitrificar* como variantes de *depolarizar* e *devitrificar*. Para os itens lexicais do nosso *corpus* constantes do prefixo *de-* *decodificar* e *depenar*, existem também formas alternativas com o prefixo *des-*: *descodificar* e *despenar*.

Des- não ostenta vitalidade apenas em relação a *de-*. Podem-se registrar variantes com *des-* e *es-*: *descabelar/escabelar*, *desfolhar/esfolhar*, *desgalhar/esgalhar*, *despedaçar/espadaçar*, *despetalar/espetalar*.

Feita a exposição acima, elencamos a seguir as derivadas com *des-*, não dicionarizadas no Aurélio:

Adjetivais	Substantivais	Verbais
desabitado	deadação	desacontecer
desacalmado	desatendimento	desalongar
desadequado	desaventura	desamontar
desadorado	descalcificação	desapartar
desalienado	descarboxilação	desaplastar
desamante	descombustão	desarreganhar
desapoiado	descompactação	desvantajar
desatual	descompromisso	desbrotar
desaurido	desesterificação	descomparecer
desbeneficiado	desestocagem	descomplexar
desbrilhado	desetilação	descomprometer
descalculado	desfeminilização	desconvocar
descalqueado	desfeminização	desembolorar
desengavetado	desfunção	desengurdir
desengordurado	desideologização	desenxurdar
desensofrido	desidratação	desespiralizar

3.1.3. EX-

Em nosso *corpus*, há registros de formações herdadas, pertencentes à classe dos verbos, nas quais o prefixo apresenta o sema fundamental de "para fora": *exalar* (<*exhalare*); *exorbitar* (<*exorbitare*), *expelir* (<*expellere*), *exportar* (<*exportare*).

Deparamo-nos também com formações em português, em que o prefixo *ex-* exibe seu traço "o que era", "antigo". Note-se que todas as formações são substantivos: *ex-administrador*, *ex-bancário*, *ex-bispo*, *ex-camponês*, *ex-candidato*, *ex-deputado*, *ex-diretor*, *ex-dirigente*, *ex-embaixador*, *ex-empresário*, *ex-folião*, *ex-funcionário*, *ex-futuro-sacerdote*, *ex-general*, *ex-inspetor*, *ex-instrutor*, *ex-jogador*, *ex-líder*, *ex-marido*, *ex-membro*, *ex-noivo*, *ex-notável*, *ex-oficial*, *ex-operário*, *ex-padre*, *ex-patrão*, *ex-prefeito*, *ex-preparador*, *ex-presidente*, *ex-presos*, *ex-primeiro-ministro*, *ex-professor*, *ex-PSD*, *ex-sapateiro*, *ex-secretário*, *ex-secretário-geral*.

O Aurélio não acolhe derivados vernáculos em *ex-*. Nossas gramáticas incorrem em (opção ou) erro idêntico. Rocha Lima (1976, p. 176) contenta-se com exemplificações como *expectorar* (<*expectorare*, ligada a *pectus*, *oris* "peito"), *expelir* e *exprimir*.

Diga-se de passagem que o paradigma para as referidas formações vernáculas não é novo, conforme testemunho de Maurer Jr, a respeito de *ex-*:

É hoje nas línguas românicas do Ocidente um verdadeiro prefixo nominal, servindo para indicar a pessoa que exerceu um cargo, mas não o exerce. Este começa a constituir-se no latim da decadência, aparecendo em uma forma tardia como *exconsul* e *expatricius*, isto é, o que deixo de ser patrício " (Freund). De fato já se poderia interpretar assim o plautino *exheres* (deserdado) inspirado no verbo *exheredare* (126 bis). O novo sentido de *ex* se desenvolve da significação de "fora de", daí "fora do cargo", e por fim " antigo ocupante do cargo". De fato em latim se constrói às vezes com o nome no ablativo, e.g. *exconsule* em Sidônio Apolinário. Os exemplos se multiplicam pouco a pouco. Assim aparecem *exadvocatus* "qui fuit advocatus", *expoenitentes* "qui publicam egerant poenitentiam" (DU CANGE). (1951, p. 127)

3.1.4. PRÓ

Muito comum é o emprego do prefixoide *pró-* junto a substantivos e adjetivos, indicando "favorecimento" "em prol de". Trata-se, neste caso, de fato recente. A motivação para o processo se acha na forma livre *pró-*, de valor ora substantival ora adverbial. À guisa de comparação apenas é bom lembrar que em latim, nalgumas formações deverbais, já se pode encontrar *pró-* significando "em favor de", embora não seja este o significado original. É o caso de *propugnare* "combater em favor de", originalmente "lutar a frente de". Da noção de "à frente" provém a noção subsidiária de "defesa, favorecimento". Eis os exemplos do *corpus*, que não são registrados no Aurélio: *pró-álcool*, *pró-fisco*, *pró-Juarez*, *pró-vida*, *pró-filho* *pró-índio*, *pró-turismo*, *pró-indicação*, *pró-soviético*, *pró-aumento*, *pró-construção*, *pró-cardíaco*, *pró-melhoramento*.

3.1.5. RE-

O prefixo nos chegou via latim medieval, em que o ambiente de ocorrência era eminentemente verbal. No *corpus*, dada a grande quantidade de dados, separamos os itens não dicionarizados, tomando por base o Aurélio: *reachar*, *reaparelhar*, *recompletar*, *reprivatizar*, *reacoplar*, *reapossar*, *recomprimir*, *rematricular*, *reacumular*, *rearrumar*, *reinstaurar*, *reafundar*, *reassentar*, *reinterpretar*, *reaglutinar*, *reatiçar*, *reempresar*, *reirmanar-se*, *reagrupar*, *reatualizar*, *reequacionar*, *reanalisar*, *re-colorir*, *reenquadrar*, *reinaugurar*.

O português deu fraca expansão ao padrão *re-* + substantivo, este

interpretável como nome de ação.

3.1.6. SUB-

Sub-, prefixoide, em latim possuía dois semas básicos, "de baixo para cima" e soto-posição, se agregava a verbos e nomes. Sua introdução em português se deu por influência da língua culta.

Formações nossas, não dicionarizadas, são subalimantar, *subclasificar*, *subnadar*. Comprovam que o contexto hegemônico de *sub-* não é o verbal. Teremos oportunidade de demonstrá-lo com mais dados, logo adiante.

Como afixo pré-substantival, *sub-* é de emprego antigo, remontando ao latim, embora não ostentasse aspecto clássico. Pertencia a linguagem técnica e passou para as línguas românicas, via latim medieval. Indicava, junto a substantivo designador de cargo, função subalterna. Maurer Jr. (1951, p. 131) registra *subdiaconus*, no código de Justiniano, *subdoctor* (professor ajudante) em Ausônio, *subvillicus* (subadministrador). Em Plauto, encontra-se *subcustos*, "soto-guarda". Justificam-se, portanto, derivados portugueses como subchefe, *subdelegado*, *subgerente*.

Mas *sub-* não se confinou aos casos acima e congêneres. Tem hoje seu emprego bastante alargado, indicando não só parte de um todo: *subclasse*, *subgrupo*, *subsistema*, *subtotalidade*, mas também pejoratividade: *sub-habitação*, *subproletariado*. Nestes exemplos e outros mais, o sema fundamental é de soto-posição.

O referido sema se acha presente também, quando *sub-* se anexa a adjetivos. Ele assume matizes diversos. Pode ter acepção locativa: *subbandino*, *subcutâneo*, *subcortical*, *subgengival*; pejorativa: *subdesenvolvido*, *sub-humano*; partitiva: *subatômico*. Indica igualmente "um pouco, um tanto", em alguns termos técnicos da Biologia: *subbraquicéfalo*, *subdolicocéfalo*, *subglobosa*, *submuricado*. Este último matiz sêmico provavelmente se deve à influência do latim, onde eram numerosas as formações como: *subagrestis* "um pouco rústico", *subraucus* "um pouco rouco".

Abaixo, listamos em dois grupos os derivados com o prefixo *sub-*, não lexicografados:

3.1.6.1. Substantivais

sub-habitação, *sub-história*, *sub-humanidade*, *subaproveitamento*

3.1.6.2. Adjetivais

subandino, subaproveitado, subaracnoidiano, subarborescente, subcortical, subdolicocefalo, subentitulado, subentrante, submarginal, subministrado, submuricado, sub-romântico, subutilizado

3.1.7. SUPER-

Em latim, o prefixo *super-* se mostrava muito prolífico, quer como préverbo, como prefixo nominal. Além da noção básica de superposição (ex. *superponere*, "por sobre", *superscribere*, "escrever por cima"), existem as de transposição (*supervadere* "transpor") e a de excesso (*supervacuuus* "muito vazio"). Porém, na România Ocidental, em particular no português, acabou por vigir a noção de excesso. Menção seja feita à tradição medieval que nos legou inúmeras formações com *super-*, em que este apresenta valor intensivo: *supereminente, superabundância*.

Nos derivados nominais, vigora a noção de excesso. Os limites nocionais do item lexical de base são sobredimensionados. Não conseguiu firmar-se na língua um padrão em que *super-* tivesse a noção de superioridade em cargo, para que se contrapusesse a *sub*. O substantivo *superintendente* é do latim, via participio presente. O substantivo *superestrutura* é um exemplo isolado em que o prefixo tem o sema contraponível ao de *infra-*.

Damos a seguir as seguintes formações com *super-*, não acolhidas no Aurélio:

3.1.7.1. Adjetivais

super-rápido, super-reprodutor, superacolchoado, superdesenvolvido, superdimensionado, superminiaturizado, superneurótico, supernormal, superpastejado, superperigoso, superseguro, supersimplificado

3.1.7.2. Substantivais

super-herói, super-humanismo, superafetação, superatividade, superbel-dade, supercérebro, superconstrução, supercopa, supercorreção, superdosagem, superempresário, superespecial.

3.1.8. VICE-

Vice- é um prefixoide que nos chegou através do latim medieval, *vice-* (forma ablativa de *vix* "vez, sucessão, alternativa"), que se encontrava em lugar de *pro-*: *vicequaestor* e *vicedominus*. Etimologicamente significa: "o que está em vez ou lugar de". Temos, aliás, uma formação antiga, *visconde*, que remonta a *vice-comitis* "substituto do conde". *Vice* é um prefixoide por sua pauta acentual 2 e por poder figurar só: "todos vieram, menos o vice".

Vice- acabou por tomar o lugar de *pro-*, antes de substantivos designativos de cargo. Só um ou outro exemplo com *pró* pode ser encontrado: *pró-reitor*, onde o prefixo não tem a mesma acepção do *pro-* latino.

Eis abaixo os exemplos do *corpus*, todos substantivos, não acolhidos pelo Aurélio: *vice-bruxo*; *vice-chefe*; *vice-decano*; *vice-diretor*; *vice-gerente*; *vice-ministro*; *vice-prefeito*; *vice-presidente-executivo*.

3.2. Constituintes iniciais correspondentes a formas livres truncadas

3.2.1. MAXI-, MINI-

Maxi-, forma provavelmente surgida por influência de *mini-*, é um prefixoide de caráter aumentativo. O *corpus* de Li Ching (1973), que forneceu significativo número de formações com a forma ora em tela, o nosso atestou um só exemplo: *maxidesvalorização*, já inserido no Aurélio.

Fica aqui a sugestão para posterior pesquisa sobre as razões que interferem no fraco rendimento de *maxi-*.

Mini- por sua vez, é prefixoide de cunho diminutivo. Revela no *corpus* uma vitalidade maior que a de *maxi-*. Listamos abaixo as palavras formadas com o referido afixo: miniciclo, mini-hostilidade, minissérie, mini-industrialista, minirrecessão, minicobertura.

Ambas as formas são decorrentes de truncamento não estrutural, já que parte do corpo fônico da lexia original foi cortada, mas sem corresponder a um elemento mórfico.

3.2.2. RECÉM-

Recém- é uma forma apocopada do adjetivo recente por truncamento, já que parte do corpo fônico da lexia original é retirada. Segundo o Aurélio, a forma reduzida é empregada no Rio Grande do Sul e Santa Catarina em função adverbial, em virtude da influência do espanhol, *recién*. Ainda conforme o mesmo dicionário, considerando-se o uso geral na língua, *recém-* é prefixoide, mas por unido em geral a participípios.

De fato, há muitos exemplos, não incluídos no referido dicionário, de *recém-* + participípio:

recém-achado, recém-desmatado, recém-terminado, recém-acontecido, recém-divulgado, recém-promovido, recém-adotado, recém-eleito, recém-desenvolvido, recém-adquirido, recém-emancipado, recém-desem-bruhlado, recém-aparecido, recém-estudado, recém-ligado, recém-aposentado, recém-findo, recém-contratado, recém-arrancado, recém-fundado, recém-concedido, recém-descoberto, recém-casado, recém-colhido

O *corpus*, porém, registra dois exemplos de *recém-* junto a uma forma que só pode ser considerada participípio à luz de uma abordagem diacrônica: *recém-egresso** e *recém-nato**. Um exemplo, é de *recém-* unido a adjetivo: *recém-pentecostal*.

3.3. Constituintes constituído de formas correspondentes a formas dependentes

3.3.1. CONTRA-

Contra- era um afixo inicial em latim que formava um pequeno número de verbos pós-clássicos, o que condicionou formações como estas do *corpus*: *contra-atacar, contraindicar contrapiar**, *contrabalançar**, *contramentir**, *contrabalancear**.

Mas expressivo nas línguas românicas em particular no português, é o emprego de *contra-* junto a substantivos e a adjetivos como prefixoide. Constitui, segundo Maurer Jr. (1951, p. 126), desenvolvimento do latim medieval, ou mesmo do baixo latim. Registram-se aí exemplos como: *contrasigillus contracambium, contraliltera, contramandamentum, contramagister, contrapondus* e *contratitulus*.

Em nosso *corpus*, há um bom número de derivados dessubstantivais: *contra-aculturação**, *contraluz, contraplano**, *contrapeso, contra-*

*almirante, contramão, contraencosta, contrapé, contra-argumentação**, *contramarcha, contracultura, contrapasso, contra-ataque, contraofensiva, contracorrente, contrapartida, contra-aviso, contraordem, contracorno**, *contraparte, contracanto, contraparente, contracabeceira**, *contracheque, contraespionagem, contrapressão, contraexemplo, contraproposta, contragolpe**, *contraprova, contragosto, contrarreação, contraindicação, contrarreforma, contrainformação**, *contrarregra, contra-insurgência**, *contrarrevolução, contrainsurreição**, *contrassenso**.

Os derivados deadjetivais em menor número são: *contrafactual**; *contraindicativo*; *contraproducente*; *contrapudente*.

3.3.2. ENTRE-

Entre- é prefixoide vernáculo. Como bem assinala Cunha (1987), não ostenta presentemente a fecundidade de *inter-* na formação de derivados, embora tenha sido mais fecundo no português antigo, onde também ocorria a forma *-antre* (antrecosta). *Entre-*, apresenta vários matizes semânticos que evocam a noção básica de "entre": "em parte, um pouco (entrecessar, entreabrir)", reciprocidade (entrebater-se, entrechocar-se). A noção básica pode comparecer: em substantivos: *entrenó, entrelinha, entressaфра*.

Segundo o *corpus* com que lidamos, *entre-* surge nos seguintes ambientes:

a) verbal (excluídas as formações herdadas, como *entreter*, do latim *intertener*, e *entrever* calcada no francês *entrevoir*, do latim *intervidere*): *entreabrir* *entreajudar** *entrebater*, *entrecerrar*, *entrechocar*, *entrecruzar*, *entrededorar*, *entrefechar*, *entremorrer*.*

b) substantival *entrebossa** *entrechoque*, *entrecontratempo*, *entredente**, *entreolho*, *entretarde*, *entrevioleta*

3.3.3. SEM-

Sem- é prefixoide vernáculo. Anexa-se a substantivos. Seu significado, em geral, evoca o da preposição que lhe formalmente correlata. O *corpus* em que baseamos nossa pesquisa nos fornece o seguinte exemplo: *sem-limite**, *sem-deus**, *sem-querer** (subst), *sem-juízo**, *sem-fim**, *sem-fio**, *sem-sol**, *sem-graceza** *sem-trabalho**, *sem-gracice**.

3.3.4. SOBRE-

Sobre- é a forma prefixoide vernácula, proveniente de *super-*. Similarmente a este, aparece em contextos verbais, substantivais e adjetivais. A amplitude semântica de *sobre-* é, porém, maior; *super-* praticamente se especializou com o significado de "excesso", "excepcionalidade".

A noção básica do prefixo *sobre-* é "acima de". Desta noção decorre a de "além de" verificável nestes adjetivos: *sobreaguado*, *sobrelesito** (=muito ágil) *sobredeterminista**, *sobreexplorado*. Três exemplos atestam *sobre-* com o significado local de "acima de": *sobreassoalhado**; *sobredito*; *sobreimpresso**. Em união com alguns substantivos, *sobre-* tem o significado derivado de "excesso", "acréscimo": *sobrepreço**, *sobressignificado**, *sobretalho**, *sobrevalor**, *sobrevida**.

Em menor escala, há exemplos em que *sobre-* tem significado local: *sobrecapa*, *sobreecasaca*, *sobrecu*, *sobre-enxertia**, *sobreloja*, *sobrepassagem**, *sobreunha**.

Subsidiariamente *sobre-* veicula o significado de sequência: *sobrecarta*.

Sobre-, anexando-se a verbos pode ter significado local: *sobreacruz**; *sobrenadar*; *sobreparar*; *sobrevoar*.

Sobre- também indica "excesso": *sobreabrir**, *sobreacarregar*, *sobredeterminar**, *sobreimpor-se**, *sobrelavar**, *sobrelevar*, *sobressobrar**.

4. Conclusão

Do exposto acima podemos inferir que o intercâmbio entre latim vulgar e latim medieval não é de desprezar-se. Fica para um próximo trabalho dimensionar esta influência. Assim como deter-se na herança medieval na terminologia científica.

Podemos deduzir, a priori, que foi expressiva a incursão do latim medieval via eclesiástica na formação de termos científicos. E, segundo nosso parecer, isto remonta a tempos mais remotos: com a queda do Império Romano, ascendeu sociopoliticamente o latim eclesiástico, fonte de ciência e do saber filosófico. Os homens da Idade Média divulgavam suas ideias em latim, modificado pela nova ordem. Eram homens que tentavam conciliar religião e filosofia. Newton, no século XVII, lançou sua

magistral obra de Física em latim. E, mesmo com o advento de uma nova época, em que a burguesia escrevia em língua nacional a exemplo de Descartes, veio um cartesiano como Spinoza e escreveu sua ética em latim. A entrada de palavras novas em ciência não se deu por acaso. Convém fazer um histórico deste percurso que culminou século XIX.

Um fenômeno a estudar-se futuramente é o liame entre latim clássico e latim eclesiástico, e a relação da modalidade clássica e medieval latina com a vulgar.

Se não podemos traçar com exatidão variações diafásicas e diatráticas no latim vulgar no concernente às formações de lexias, pelo menos fica a proposta de delinear as variações diatópicas e, mesmo sem sabermos exatamente as nuances do latim vulgar, pelo menos podemos aventurar-nos a ver com datação e abonação os laços entre as modalidades de latim em tela e os pontos diferenciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSERIU, Eugenio. *Lições de linguística geral*. Tradução de Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

FEREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

LI CHING. Sobre a formação de palavras com prefixos em português actual. *Separata do boletim de filologia*, XXII, p. 3-100, 1973.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

MAURER JR., Theodoro Henrique. *A unidade da românia ocidental*. São Paulo: [s/e], 1951.

_____. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: 1959.

NETO, Serafim da Silva. *História do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Dicionário latino-português*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1993.

A IMPORTÂNCIA DO LATIM PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA¹

José Pereira da Silva (UERJ/UFAC)

pereira@filologia.org.br

RESUMO

A língua portuguesa, assim como as demais línguas românicas, provém de uma língua oral desenvolvida na Península Itálica a partir da expansão de Roma, o latim vulgar, que se desenvolveu nos romances, sem deixar de receber contribuições do latim clássico, em forma de empréstimos eruditos, em todas as épocas (até hoje). Pode-se afirmar, portanto, sem qualquer constrangimento, que o português que se fala em Araguaína (TO), em Cruzeiro do Sul (AC), em Dom Cavate (MG) e em qualquer outro lugar do mundo é o latim vulgar de hoje. Sendo assim, é difícil compreender e explicar convenientemente alguns problemas da língua portuguesa atual sem conhecer os seus fundamentos históricos, que se baseiam na língua de que descende. Nesta oportunidade, trataremos apenas de alguns dos muitos casos já lembrados por especialistas como João Bortolanza, Napoleão Mendes de Almeida, Teodoro Henrique Maurer Jr., Elias Alves de Andrade etc., que são autoridades no assunto.

Palavras-chave: Latim. Português. Ensino. Evolução. História.

1. Introdução

Não há dúvidas de que o estudo do latim é muito importante para melhor compreendermos a língua portuguesa, tanto sincrônica quanto diacronicamente, mas, muito mais especialmente do ponto de vista diacrônico.

Corroborando isto, o professor Francisco Edmar Cialdine Arruda, da Universidade Regional do Cariri (no Ceará), entrevistado pela *Revista Língua Portuguesa*, lembra que “deixar de lado a língua que não só deu origem ao português e demais línguas neolatinas, como também influenciou tantas outras, é deixar de lado a oportunidade de entender, historicamente, como todas essas línguas se relacionam e se transformam”. (ARRUDA, 2009).

É difícil ensinar bem sobre a estrutura da língua portuguesa sem um mínimo conhecimento da estrutura do latim, assim como ensinar la-

¹ Uma versão deste texto foi apresentada como palestra na Semana de Letras da Universidade Federal de Tocantins (*Campus de Araguaína*), no dia 30 de outubro de 2012.

tim para quem não conhece as bases gramaticais de sua própria língua, visto que a aprendizagem é conseguida por agregação das informações novas às anteriores já fixadas e por comparação de elementos já fixados com os novos.

Assim como é um grande risco, por exemplo, casar-se com alguém cujo passado é completamente desconhecido e é difícil acertar o diagnóstico de uma doença sem conhecer os antecedentes relativos à enfermidade de alguém, para se poder explicar com segurança seu estado atual da língua portuguesa, não se deve desconhecer a sua história, que que se sustenta no conhecimento do latim.

2. Napoleão Mendes de Almeida

Napoleão Mendes de Almeida, no Prefácio de sua *Gramática Latina*, relatando depoimentos de especialistas de matemática, engenharia, pedagogia, filosofia etc., lembra que “é de todo falso pensar que a primeira finalidade do estudo do latim está no benefício que traz ao aprendizado do português”. (ALMEIDA, 1994, p. 7)

Na verdade, este benefício é apenas mais um entre tantos outros.

Transcrevo, por exemplo, parte do ofício que os três professores da Universidade de São Paulo (Gleb Wataghin, de mecânica racional e de mecânica celeste, Giacomo Albanese, de geometria, e Luigi Fantapié, de análise matemática) enviaram ao ministro da educação de sua época, argumentando favoravelmente ao latim: “... pedimos a vossa excelência que, na reforma que se projeta, se dê menos matemática e *mais latim* no curso secundário, para que possamos ensinar matemática no curso superior” (*Apud* ALMEIDA, 1994, p. 7).

E este pedido oficial dos três professores é justificado, mais adiante, por Napoleão Mendes de Almeida, com a frase que o professor Giacomo Albanese costumava repetir: “Deem-me um bom aluno de latim, que farei dele um grande matemático” (*Idem, ibidem*).

Tratando do método em sua *Gramática Latina*, Napoleão Mendes de Almeida (1994, p. 11) tem esta bela síntese: “Asas de um pássaro, o latim e o português devem voar juntos: tal é a minha convicção, tal a minha preocupação em todas estas 104 lições”.

3. João Bortolanza

Usarei as palavras do professor João Bortolanza, atualmente na Universidade Federal de Uberlândia, em seu artigo “O Latim e o Ensino de Português”, publicado por nós na *Revista Philologus*, do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, para algumas observações muito importantes:

[...] com a supressão do latim dos currículos brasileiros, é comum ouvir-se que latim é uma “língua morta”. Com isso, o que morreu foi a diacronia do português. Estudos sincrônicos são, sem dúvida, de fundamental importância, mas não podem vir sistematicamente desconhecendo que a língua, como fenômeno social, é histórica, tem história e só se entende a fundo como pertencente a um momento de sua *lata* história. Essa perda da dimensão histórica é que está na raiz, embora não exclusiva, da crise [no ensino] da disciplina de língua portuguesa, sempre a procurar novos métodos, como se métodos resolvessem a falta de conhecimento.

Anedótico é o caso da professora que, interpelada por um aluno sobre o porquê de o feminino de *cavalo* ser *égua*, respondeu: “Pergunte pra ela”. E como poderia responder, se não tem a diacronia à mão? E quantas palavras têm raiz latina – do latim clássico! – como alomorfe de outra forma vernácula? Algo em torno de 40%, e justamente as mais elaboradas em função dos avanços tecnológicos e científicos. Sem contar as 14% que derivam do grego, via latim. (BORTOLANZA, 2000, p. 77-78)

Ainda acompanhando o professor João Bortolanza, destacam-se algumas notas sobre a presença do latim no português em aspectos lexicais, fonéticos, morfológicos e sintáticos.

Começemos pelos aspectos lexicais:

Verifica-se facilmente a presença do latim em nosso léxico, constatando os muitos alomorfes concorrentes, eruditos uns, outros vernáculos, como é o caso de EQU-, EGU-, CAVAL-, CAVALH- (sem contar o grego HIPO-), a formarem uma extensa família de palavras: *equino, equitação, égua, cavalo, cavalgar, cavalheiro, hípico...* Isto poderia mostrar à professora da anedota que, “para qualquer dúvida, é só perguntar à professora” – desde que licenciada em português – diacrônico e sincrônico.

São vários os exemplos dados por Bortolanza, mas isto vocês poderão ver acessando seu artigo na Internet.

Nos aspectos fonéticos, Bortolanza lembra que

Os estudos descritivos dos vários níveis de fala, preocupados normalmente em descobrir as variantes socioespaciais, do ponto de vista fonético, acabam por apreender os mesmos metaplasmos estudados na diacronia do português.

Comparem-se os metaplasmos por aumento diacrônicos e sincrônicos:

Círculo Aluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

– prótese (acréscimo no início do vocábulo) → avoar, arrã, desvaziar, e minacia > ameaça, remittere > arremeter

– epêntese (acréscimo no interior) → apeiamos, beneficente, admitir e blatta > barata, cena > cea > ceia

Confrontem-se também os metaplasmos por supressão:

– aférese (supressão no início) → inda, marelo, bobrinha e apotheca > bodega, attonitu > tonto, horologiu > relógio

– síncope (supressão no interior) → chacra, memo, corgo e viride > verde, opera > obra, legenda > lenda

Nos aspectos morfológicos ele lembra vários casos, mas vamos destacar apenas três:

a) Seria mesmo acrescentando -ES que se forma o plural dos nomes terminados em R, Z e S (oxítonas)? Na evolução de *doctorem* e *doctores*, dá-se a apócope primeiro do -M (ainda no latim vulgar) e depois do -E, vogal temática dos nomes da terceira declinação, que se mantém antes do morfema -S do plural. *Motu continuo*, podem-se salientar as vogais temáticas dos nomes em português – A, O, E – em estreita relação com as declinações latinas que restaram e o caso lexicogênico, o acusativo.

b) Entre os plurais, vale ainda destacar os nomes em -ÃO, que no singular são formas convergentes, mas no plural mantêm a divergência, com o predomínio do plural em -ÕES, o único produtivo. *MULTITUDINE*, *NATIONE*, *PANE* e *CHRISTIANU* convergem, pela síncope/nasalização do N, para as formas multidão, nação, pão e cristão, enquanto os plurais *multitudines*, *nationes*, *panes* e *christianos*, pelo mesmo fenômeno, mantêm-se muito próximos do latim, com exceção do final *-udine*: multidões, nações, pães e cristãos.

c) Os participípios presentes, embora normalmente se tenham transformado de adjetivos em substantivos, são de expressiva frequência em português: *falante*, *pensante*, *perseverante*, *atuante*, *vivente*, *amante*, *dependente*, *ouvinte*, *durante*, *consoante*, *presente*, *ausente*, *constituente*, *estatuante*, *concernente*, *referente*, *tangente*, *persistente* etc.

No aspecto sintático, pode-se dizer com segurança que “o latim é a matemática das línguas, importantíssimo para atingir o nível de abstração necessário face ao fenômeno da linguagem em sua relação com o pensamento. Seu muito racional e abstrato caráter flexivo permite inversões” as mais diversas, como se pode ver nos primeiros versos do Hino Nacional Brasileiro.

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heroico o brado retumbante

Audierunt Ypirangae ripae placidae
Heroicae gentis validum clamorem

Para ser fiel ao colega tão longamente seguido nesta fala, concluo também como Bortolanza, ao som *Hymnus Brasiliensis*:²

Apesar de ter focado sucintamente alguns dos aspectos, creio ter demonstrado o muito para pesquisar e divulgar sobre o tema proposto “O Latim e o Ensino de Português”. Língua latina, apenas deslocada na linha do tempo, o português só se entende em sua dimensão diacrônica. No dizer de Guimarães Rosa, “toda língua são rastros de velhos mistérios”, sobretudo para os que querem a “morte” do latim. Cumpre afastar de vez “a pedra no meio do caminho” que torna tão desinteressantes as aulas de português – a exigirem muito da memória e pouco levando à reflexão sobre a língua. (BORTOLANZA, 2000, p. 85)

Além disso, o professor Francisco Edmar Cialdine Arruda lembra que ele está mais vivo do que nunca, quando “deixamos o *curriculum vitae* nas empresas para conseguir emprego, fazemos cursos de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, nossa universidade pode estar localizada em diferentes *campi* etc.”. (ARRUDA, 2009)

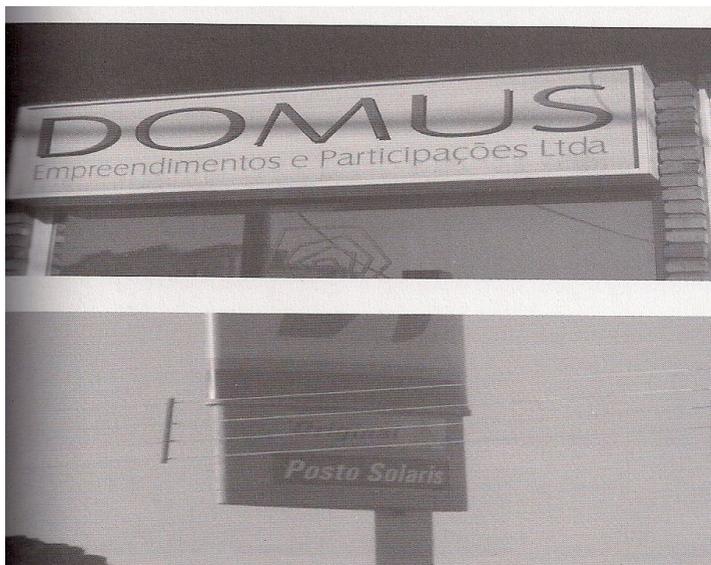
Apresentando o livro da professora Carolina, o professor Elias Alves de Andrade, da Universidade Federal do Mato Grosso e da Academia Brasileira de Filologia, lembra que

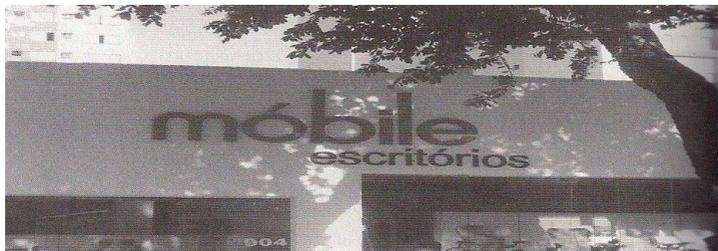
O latim, assim, vivo, em constante transformação, tem apenas trocado sua roupagem ao longo do tempo. Desde o latim vulgar, passando pelo românico, galego-português e português arcaico, está, sob outra forma e aspecto, presente nos dias atuais, na língua portuguesa, e nas demais línguas neolatinas.

Mais do que isso, o latim está, na sua variante clássica, atuante e presente na vida moderna, conforme fica demonstrado neste manual [...] pela observação de letreiros, placas, nomes de edifícios, de empresas, de produtos dos mais variados tipos, pôsteres, rótulos e de sites da internet, escritos em latim, em parte ou no todo, numa clara evidência de que, como sempre em sua história, além de efetivamente ser o português, resultante, pelo uso, de sua transformação, continua como língua viva e pulsante nos dias de hoje. (ANDRADE, 2012, p. 9-10)

Veja o quanto está atualmente utilizado o latim clássico no cotidiano dos falantes da língua portuguesa, nessas imagens, extraídas do livro organizado pela Profa. Carolina Akie Ochiai Seixas Lima, cujo lançamento oficial nem ocorreu ainda (ocorrerá no dia 5 de novembro de 2012 – Dia Nacional da Língua Portuguesa, em Cuiabá – MT):

² Veja o texto do Hino Nacional em latim em Almeida (1994, p. 483-484), traduzido por Mendes de Aguiar e ouça a sua execução no Youtube <<http://www.youtube.com/watch?v=T5A9ZaiAZfE>>.





Respondendo à pergunta retórica “Por que estudar latim no século XXI?” com que inicia seu livro, a professora Carolina Akie Ochiai Seixas Lima responde:

A resposta é muito simples. Há a necessidade, no mundo moderno, tão veloz, tão globalizado, de discutir problemas relevantes às questões linguísticas com mais clareza. O aluno que estuda latim, entendendo o processo lógico-linguístico de funcionamento da língua, poderá posteriormente analisar, descrever e discutir as mudanças ocorridas na língua portuguesa, já que o português, sendo uma língua românica, é um prolongamento do latim levado pelos romanos à Península Ibérica e posteriormente trazido ao Brasil pelos portugueses. (LIMA, 2012, p. 11)

No final do capítulo, ela ainda conclui:

[...] gostaríamos de incentivar o estudo da língua latina como um idioma que está vivo em nossas vidas e que pode ser revitalizado através de leituras e pesquisas que envolvam o saber linguístico.

A pergunta inicial pode ser respondida pelos próprios alunos que visualizam no estudo de uma língua clássica a possibilidade de contato com a raiz da língua portuguesa. (LIMA, 2012, p. 12)

4. O latim e o estudo da ortografia

O latim e a ortografia nas línguas românicas e no português estão muito diretamente interligados, porque a ortografia é convenção normativa para a língua culta e, por isto, precisa ter fundamentos seguros, um dos quais é a etimologia e o segundo é a sua evolução fonética.

Tratando da ortografia, Theodoro Henrique Maurer Jr. defendeu, em sua tese de livre docência na USP:

Aqui é enorme e decisiva a influência do latim. Desde os primeiros textos romances, em lugar de se escrever em uma ortografia genuinamente fonética, se empregou uma ortografia latinizante. [...]

A influência latina neste campo apresenta dois aspectos:

a) para a representação dos fonemas românicos empregam-se as letras latinas. Como a transformação fonética multissecular tinha acabado por dar um aspecto muito diferente às palavras, era quase impossível aproveitar o sistema ortográfico latino clássico, sem determinar uma série de complicações. Frequentemente a mesma letra tinha passado a representar fonemas diferentes, e.g. *s* se usava para simbolizar tanto a surda como a sonora, e representava uma consoante velar antes de *a*, *o*, *u*, e uma palatal (depois sibilante em algumas regiões), antes de *e* e *i*. O mesmo duplo valor tinha a letra *g*. (MAURER JR., 1951, p. 150)

b) Cria-se uma ortografia etimológica, que insiste em representar fonemas

latinos inteiramente perdidos no falar do povo. Assim ressurgem a *h* inicial. [...] Em português só as reformas ortográficas modernas puseram de lado estas formas. [...] Ainda nas línguas que procuram mais fielmente estabelecer um sistema ortográfico racional, a influência da tradição latina é inevitável, como se vê da atual ortografia portuguesa na fixação do uso de *s* e *z*, de *c* e *ss*, ou no espanhol quanto ao uso de *b* e *v* (*caballo* e *uva*). [...]

Este fato ilustra de um modo muito objetivo a influência decisiva do modelo latino na elaboração das línguas românicas, que certamente não se limitou apenas à forma material e externa da língua, como se dá com a ortografia, mas penetrou mais profundamente na alma do romance. (MAURER JR., 1951, p. 151)

5. Conclusão

Vamos encerrar por aqui esta seleção de situações em que o latim é importante para o ensino do português, porque isto não acabaria em uma semana.

Para compreender a evolução da língua portuguesa e de sua história interna e externa, assim como do francês, do espanhol, do italiano e de qualquer uma das línguas românicas e de muitas outras línguas europeias modernas como o inglês e o alemão, é indispensável o conhecimento do latim, principalmente porque ele continua sendo a língua que mais tem empréstimos nas línguas de cultura em todo o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Mendes de. *Hymnus Brasiliensis*. Letra disponível em: <http://la.wikipedia.org/wiki/Hymnus_Brasiliensis> e execução musical disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=T5A9ZaiAZfE>>.

ANDRADE, Elias Alves de. Prefácio. In: LIMA, Carolina Akie Ochiai Sexas (Org.). *Guia de estudos latinos*. Cuiabá: Edufmt, 2012, p. 9-10.

ARRUDA, Francisco Edmar Cialdine. Por que (não) estudar latim hoje? [Reportagem]. *Revista Língua Portuguesa*, n. 18, 2009. Disponível em: <<http://linguaportuguesa.uol.com.br/linguaportuguesa/gramatica-ortografia/18/por-que-nao-estudar-latim-hoje-se-a-lingua-143917-1.asp>>.

BORTOLANZA, João. O latim e o ensino de português. *Revista Philologus*, ano 6, nº 18, p. 77-85. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2000. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/revista/artigo/6\(18\)77-85.html](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/6(18)77-85.html)>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

LIMA, Carolina Akie Ochiai Seixas (Org.). *Guia de estudos latinos*.
Cuiabá: Edufmt, 2012.

MAURER JR., Theodoro Henrique. *A unidade da românia ocidental*..
São Paulo: [s.e.], 1951, p. 150-151.

A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA ROMENA NOS ESTUDOS FILOLÓGICOS

Nilsa Areán-García (USP)
nilsa.arean@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar, de modo bastante breve, a principal motivação para o estudo da língua romena no contexto dos estudos de Filologia Românica. Para tanto, sabendo-se que cada língua é fruto da conjunção dos fatores de sua história externa e interna, aponta-se aqui para a sua história proveniente da colonização romana da Dácia e das influências exercidas pelas línguas adjacentes e pelas de dominação política e cultural, culminando em uma língua cujo latim vulgar data de 270, período de abandono da província pelo Império Romano, sofrendo, posteriormente influências totalmente divergentes das demais línguas românicas. Motivo pelo qual, mantém formas do latim vulgar da região, que foram totalmente abandonadas por outras línguas românicas, ou sequer nelas chegaram a existir. Desse modo, acredita-se que, embora haja vários estudos em Romanística neste sentido, necessitamos de muitos mais estudos filológicos que envolvam também o romeno, para que melhor seja entendido o desenvolvimento das línguas românicas e dentre elas, particularmente, o português.

Palavras-chave: Filologia. Línguas Românicas. Romeno.

1. Introdução

De acordo com Bassetto (2001, p. 136-137), é muito importante levar em conta o romeno nos estudos filológicos de reconstituição do latim vulgar, pois, devido ao seu isolamento, o romeno sofreu uma evolução própria e independente de influências mútuas que houve entre as demais línguas românicas, ficando, assim, privado da influência do latim medieval. Dessa forma, segundo o autor,

se um elemento fonético, léxico, morfológico ou sintático se encontra em todas as línguas românicas, inclusive no romeno e no sardo, pode-se perfeitamente inferir que tal elemento fazia parte do universo do tronco linguístico, o latim vulgar, mesmo que esse fato não tenha sido documentado de outro modo. (BASSETTO, 2001, p. 137).

Não obstante, cada língua românica é fruto da sua história interna e externa que não devem ser ignoradas, embora a origem comum proveniente do latim vulgar traga semelhanças intrínsecas que as torna parte de uma mesma família linguística muito bem caracterizada. A língua romena é, neste caso, particularmente, segundo Bassetto (2008, p. 39), “um

bom termo de comparação em relação à evolução das outras línguas românicas, ao que todas herdaram do latim vulgar e ao que é próprio de cada uma”, dado o isolamento que sofreu. “Tudo o que o romeno apresenta de latinidade, antes da sua relatinização tardia desde o fim do séc. XVIII e acelerada sobretudo no séc. XIX, é herança do latim vulgar”. (SALUM, 1978, p. 21).

Em parte, justifica-se, desse modo, o interesse da Filologia Românica no seu estudo.

2. O isolamento do romeno

A Dácia, apesar de ter tido menos de dois séculos de latinização – foi conquistada por Trajano entre 101 e 106, mas teve que ser abandonada por Aureliano em 270 – sofreu o processo de forma bastante profunda a tal ponto de ali dar origem a uma língua românica. Segundo Bassetto (2001, p. 188), esse profundo e rápido processo de latinização deveu-se a uma verdadeira substituição da população local e um repovoamento com colonos vindos de todo o Império Romano.

Fato é que ao se observar a Figura 1 que evidencia o mapa das línguas europeias, sobressai-se entre as línguas eslavas uma única língua românica isolada, ao lado da língua húngara (que não é indo-europeia), como testemunho linguístico vivo da colonização do Império Romano.

A posição geográfica, como um corredor ligando o Oriente ao Ocidente, pela interposição do Mar Negro, colocou a Romênia numa situação particular, com muitos vizinhos étnica e linguisticamente diferentes. Sua atribulada história colocou-a entre vizinhos que influenciaram sua cultura e sua língua, sem contudo, tirar-lhe as características latinas originais. (BASSETTO, 2008, p. 45).

Atualmente, a língua romena (*limba română*) é falada por aproximadamente 28 milhões de pessoas. É língua oficial na Romênia, na Moldávia e na província da Voivodina, na Sérvia. O romeno é também é uma das cinco línguas nas quais os serviços religiosos são prestados no estado monástico autônomo do Monte Athos, falado nas *sketae*³ de Prodromos e de Lacu.

³ *sketa*, cujo plural é *sketae*, é uma comunidade de monges.



Figura 1. Mapa das línguas europeias. Fonte: <<http://www.proel.org>>.

3. *Influências de outras línguas*

Ainda que a estrutura da língua romena se baseie no latim, o romeno apresenta alguns traços específicos das línguas balcânicas (búlgaro, macedônio, albanês e grego), que não são encontrados em outras línguas românicas. Dentre estes traços comuns está o artigo definido enclítico, o sincretismo entre os casos genitivo e dativo, bem como a formação dos tempos futuro e perfeito. Para Bassetto (2008, p. 44), estes traços “inserir o romeno no substrato comum das línguas balcânicas, pelo menos em parte”.

O superstrato eslavo parece ter sido uma das mais importantes influências ocorridas durante a formação da língua romena, devido à migração das tribos eslavas que atravessavam o território da atual Romênia, durante o século VI. É interessante notar que os eslavos foram assimilados ao norte do Danúbio, ao passo que assimilaram quase completamente as populações romanizadas ao sul do Danúbio. A influência continuou na Idade Média, especialmente através do uso do Eslavo Eclesiástico nos cultos religiosos, até o século XVIII. Segundo Dobrinesco (1978, p. 232), “de todas as influências recebidas pela língua romena, a eslava é a mais intensa.” Para Bassetto (2001, p. 161), “isolado das demais línguas românicas desde fins do século III, o romeno recorre ao eslavo, da mesma forma que as outras línguas românicas recorrem ao latim eclesiástico e medieval como fonte de empréstimos.” *Grosso modo*, estima-se que cerca de 15% do vocabulário romeno é de origem eslava, por exemplo, como o latim não possui uma palavra para *sim*, o romeno adotou o eslavo *da*. Entretanto, ressalta Dobrinesco (1978, p. 233), que “para se ter uma ideia mais positiva dessa influência, devemos lembrar também a frequência das palavras” e, segundo o autor, na língua romena falada de hoje tem-se praticamente a mesma porcentagem de termos eslavos e de termos latinos.

Além do eslavo, até o século XIX, o romeno entrou em contato com algumas outras línguas geograficamente próximas que também o influenciaram, como o alemão (por exemplo: *cartof* < *Kartoffel*; *bere* < *Bi-er*; *șurub* < *Schraube*), o grego (por exemplo: *folos* < *ófelos*; *buzunar* < *buzunára*; *proaspăt* < *prósfatos*), o húngaro (por exemplo: *oraș* < *város*; *a cheltui* < *költeni*; *a făgădui* < *fogadni*) e o turco (por exemplo: *cafea* < *kahve*; *cutie* < *kutu*; *papuc* < *papuș*).

No século XVIII iniciou-se na língua romena o processo de relatinização que culminou, na segunda metade do século XIX, com uma mai-

or aproximação da cultura românica ocidental e com a entrada de numerosos neologismos emprestados de outras línguas românicas no romeno, especialmente do francês e do italiano, segundo Bassetto (2008, p. 43), “as duas línguas de maior prestígio dentro da România ao longo dos séculos.” Contudo, para o autor, o francês foi o modelo adotado neste processo de relatinização da língua: “as formas foram as latinas e o conteúdo semântico foi o do românico moderno, embora seja clara a presença de numerosos galicismos, comuns igualmente em outras línguas românicas.”

Recentemente também entraram no romeno algumas palavras por influência do inglês, como *gem* (*jam*), *interviu* (*interview*), *meci* (*match*), *manager* (*manager*), que receberam o gênero gramatical e concordância conforme as regras da língua romena.

Conforme Sala (1988, p. 19-79), o vocabulário representativo da língua romena é constituído por:

- a) Elementos românicos – 71.66%, dos quais
 - a.1) 30,33% – latinos herdados
 - a.2) 22,12% – franceses
 - a.3) 15,26% – latinos aprendidos
 - a.4) 3,95% – italianos
- b) Formações internas – 3,91% (a maioria com étimos latinos)
- c) Elementos eslavos – 14,17%, dos quais
 - c.1) 9,18% – eslavos antigos
 - c.2) 2,6% – búlgaros
 - c.3) 1,12% – russos
 - c.4) 0,85% – servo-croatas
 - c.5) 0,23% – ucranianos
 - c.6) 0,19% – poloneses
- d) Germânicos – 2,47%
- e) Neo-helênicos – 1,7%
- f) Traco-dácios de substrato – 0,96%

- g) Húngaros – 1,43%
- h) Turcos – 0,73%
- i) Ingleses – 0,07% (em crescimento)
- j) Onomatopeias – 0,19%
- k) Origem incerta – 2,71%

Nota-se também que quase todas as atividades rurais têm nomes de origem latina, enquanto a maioria das palavras relacionadas à vida urbana chegou pela via do empréstimo de outras línguas. Palavras modernas foram frequentemente tomadas do francês ou italiano no século XIX; algumas vieram mais tarde do alemão e do inglês.

Nota-se que no léxico a influência, na língua romena, de elementos latinos é sobrepujante, porém na morfologia muitas estruturas são herdadas das línguas eslavas.

Na morfologia, mais do que aconteceu com outros superstratos em relação às línguas românicas, o eslavo legou ao romeno numerosos sufixos, bastante produtivos: a) *-ac*: *buimac* ('perturbado'), *burlac* ('solteirão'); b) *-că* (forma o feminino a partir do masculino): *român/romancă* ('romeno/romena'), *orășean/orășeanca* ('urbano/urbana'), *sălțean/sălțeancă* ('aldeão/aldeã'); c) *-eală*: *piroteală* ('sonolência'), *mînjeală* ('sujeira'), *perpeleală* ('tormento'); d) *-nic*: *abraznic* ('insolente'), *polușnic* ('criado'), *voinic* ('valente'); e) *-iță*: *mlădiță* ('raminho'), *mranijă* ('estrupe'), *ocniță* ('nicho'). (BASSETTO, 2001, p. 161-162).

O romeno é uma das poucas línguas românicas em que o fone /h/ tem valor fonológico, isto é, atua como fonema. Convém lembrar que esse som existe como alofone do /x/ (grafado <j>) no espanhol, e também como alofone do /R/ em algumas variedades do português.

Em que pesem todas essas influências e seus aportes léxicos, o romeno nunca deixou de ser uma língua fundamentalmente românica, admirável, se considerarmos sua história e o grande número de culturas com as quais teve que conviver e suplantar. (BASSETTO, 2008, p. 47).

4. Considerações finais

Como consideração final coloca-se a necessidade de mais estudos filológicos na língua romena, dado que é uma língua com características românicas, mas com forte influência de suas línguas vizinhas, principalmente das eslavas. No entanto, com relação à morfologia, ainda que haja uma grande influência eslava, os parâmetros morfológicos que prevale-

cem, principalmente no que tange ao processo de sufixação, são os greco-latinos, que muitas vezes entraram na língua romena por influência de outras línguas, como a francesa e até mesmo a alemã ou inglesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSETTO, B.F. O romeno no contexto românico. *Organon*. Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, n. 44/45, vol. 22, jan.-dez. 2008, p. 39-52.

_____. *Elementos de filologia românica*. vol. 1. História externa das línguas. São Paulo: Edusp, 2001.

DOBRINESCO, G. *Gramática da língua romena*. Rio de Janeiro: Presença/Edusp, 1978.

RAUTA, A. *Gramática rumana*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1947.

SALA, M. et al., *Vocabularul reprezentativ al limbilor romanice*. București: Științifică și enciclopedică, 1988.

SALUM, I. N. Prefácio. In: DOBRINESCO, G. *Gramática da língua romena*. Rio de Janeiro: Presença/Edusp, 1978, p. 15-23.

_____. Posfácio. In: DOBRINESCO, G. *Gramática da língua romena*. Rio de Janeiro: Presença/Edusp, 1978, p. 291-294.

**ADAPTAÇÃO FÍLMICA COMO TRADUÇÃO:
TRANSMUTAÇÃO DE SIGNOS
ENTRE SISTEMAS SEMIÓTICOS**

Kall Lyws Barroso Sales (UECE)

k_lbs2000@yahoo.com.br

Eliabe Procópio (UECE/UFC)

eliabe.procopio@uece.br

RESUMO

Todo processo mental envolve uma tradução, uma vez que pensar é realizar uma transmutação em signos. De acordo com Peirce (2010), podemos conceber, de início, a ligação entre a tradução e a construção de sentido pelo homem, o conhecimento é formado por signos. As traduções, há muito, são estudadas como textos duplos cuja inter-relação "original"/"cópia" é, frequentemente, retomada nas discussões. Na tradução entre línguas, os signos não ultrapassam a barreira do campo semiótico verbal, ou seja, nos dois lados do processo, o sentido é construído pela linguagem verbal, ele permanece nessa grande área de construção de significado. Na visão de Plaza: "na tradução interlingual, o processo tradutório processa-se no mesmo meio, porém em língua diferenciada, tendo, por isso mesmo tendência a despertar os sentidos latentes na língua de partida" (2001). O que é diferenciado na tradução intersemiótica, ou seja, na tradução realizada de um meio para outro. Desde a gênese das películas, o diálogo entre o cinema e a literatura não foi limitado, e, com isso, deu-se uma multiplicidade de métodos de adaptação de elementos verbais para elementos audiovisuais. O que era visto em textos literários descritos através de palavras (signos verbais) passa para a tela com elementos visuais, sonoros, gestuais (signos não verbais). Por isso, o presente trabalho objetiva apresentar a tradução como processo intersemiótico, evidenciado as transformações que são realizadas no momento em que se realiza a tradução de um romance para a tela.

Palavras-chave: Tradução. Intersemiótica. Adaptação fílmica.

1. Introdução

O mundo humano é regido por signos. Segundo Peirce (1977, p. 272), o próprio pensamento é transmutação, pois, os homens representam as realidades através desses signos e essa transmutação pode ser entendida como tradução, de acordo com Plaza (2001, p. 18). Como afirma Prates (2011), em muitos casos pode ser experimentada a concretude de signos, objetos e *representamina*, embora, em alguns casos, eles careçam de qualquer materialidade. Para exemplificá-los, segundo o autor, pode-se observar o signo "Pégasus". Embora ele esteja, materialmente, representado nesta página, através de signo verbal, grafemas e fonemas, dele de-

rivará, na mente do leitor, um signo mental de "cavalo alado" cujas partes e objeto referido carecem de concretude. Mesmo assim, é impossível negar que, no exemplo dado, algo representou alguma coisa para alguém, o que atende, plenamente, à definição de signo, ou seja, algo que representa, que possui um *representamen*.

Na tradução entre línguas, os signos não ultrapassam a barreira do campo semiótico verbal, ou seja, nos dois lados do processo, o sentido é construído pela linguagem verbal, ele permanece nessa grande área de construção de significado. Na visão de Plaza: “na tradução interlingual, o processo tradutório processa-se no mesmo meio, porém em língua diferenciada, tendo, por isso mesmo tendência a despertar os sentidos latentes na língua de partida” (2001, p. 45).

Isso posto, quando a tradução está relacionada a línguas, signos verbais são transmutados em outros signos verbais e, assim, os sentidos tendem a se representar da mesma forma por meio de sugestão, alusão e metáforas.

Em uma perspectiva tradicional, a tradução é o ato de transladar, transportar elementos inerentes ao texto, um sentido, algo que vai ser transportado e, portanto, já existente. Entretanto, atuais teorias, tais como as discutidas por Arrojo (2005), defendem que um texto só existe à medida que é lido. Segundo Zilberman (1989), em seu estudo sobre a estética da recepção, com base na teoria de Jauss, tem-se uma nova concepção do texto, entendido não como elemento realizado, seja escrito, seja visual, mas como elemento que se constrói a partir do momento em que é consumido, ou seja, em que é lido:

H. R. Jauss propõe uma inversão metodológica na abordagem dos fatos artísticos: sugere que o foco deve recair sobre o leitor ou a recepção, e não exclusivamente sobre o autor e a produção. Seu conceito de leitor baseia-se em duas categorias: a de horizonte de expectativa, misto dos códigos vigentes e da soma de experiências sociais acumuladas; e da emancipação, entendida como a finalidade do efeito alcançado pela arte, que libera seu destinatário das percepções usuais e confere-lhe nova visão da realidade. (ZILBERMAN, 1989, p. 49)

Assim, faz-se com que se elimine a possibilidade de um texto pronto. Ao se relacionar esse princípio à tradução, pode-se dizer que o fazer tradutório envolve processos mais abrangentes do que a via unidirecional língua-alvo/língua-destino. Uma vez que o material textual é traduzido, tem-se um novo texto. Esse outro texto, então, não se trata de material textual apenas transladado, mas de um novo texto que dialoga e

que se constrói com outros textos. Plaza evidencia esse processo mais complexo:

Quando se fala de "adaptação" (aqui vista sob a possibilidade de inserção prismática de uma tradução intersemiótica) de um romance para o cinema, não se procede somente de uma mera substituição da linguagem verbal para uma linguagem absolutamente não verbal, mas de uma interpretação/inferência dos signos verbais por meio de sistemas de signos não verbais. Nesse viés reivindicamos uma ampliação das possibilidades e procedimentos, fazendo referência à tradução intersemiótica mencionada por Roman Jakobson, isto é, a tradução que consiste na "transmutação" de um sistema de signos para outro, por exemplo, da arte verbal para a música, a dança, o cinema ou a pintura. (PLAZA, 2001, p. 71)

É esse modo de representação de outro que o texto se torna, pois, objeto dos estudos de tradução nas diferentes modalidades do ofício tradutório, dentre elas, a tradução intersemiótica.

2. A tradução como processo intersemiótico

Atualmente, a teoria dos signos ocupa lugar de destaque na análise de textos audiovisuais, tendo como elementos basilares as tricotomias peirceanas (índice, ícone e símbolo) (PIGNATARI, 1987, p. 48) e, dessa forma, discutindo as formas de representação através de signos. Contudo, antes de entender a tradução intersemiótica como componente de um polissistema⁴, faz-se necessário entender melhor o que teóricos descrevem como tradução intersemiótica e qual sua relação com a adaptação fílmica.

Plaza (2001, p. 45) observa que, no processo tradutório, entendido como intersemiótico, um signo gerado em determinado meio semiótico translada para outro meio, precisando encontrar, nesse meio, elementos que gerem sentido, significado.

A cognição humana permite que diversos órgãos sensoriais sejam utilizados para a produção de sentido. Dentre os quais, destacam-se três grandes semiosferas⁵ a saber: visual, verbal, gestual que se comunicam e

⁴ Na seção seguinte, lidar-se-á mais diretamente com o conceito de polissistema.

⁵ Foi em um trabalho de 1984 ("O semiosfere". Semeiotuké. Trudy po znakovym sistemam. Tartu Rükliku Ülikooli Toimetised, núm. 17, 1984, p. 5-23) que Iuri Lótman apresenta, pela primeira vez, suas formulações sobre a semiosfera com o firme propósito de pensar a cultura como um universo de estruturas, organicamente, integradas por mecanismos pensantes. A esse universo, ele denomina «universo da mente». A ideia geradora da semiosfera é a compreensão. Lotman interrogava-se como uma cultura compreende outra, se expande e permanece integrada a ponto de constituir sis-

interligam-se para produzir significado e, pelo fato de serem predominantes, são elencados como sistemas de centro, enquanto outros são elencados como periféricos. Assim se posiciona Catrysse, conceituando elementos centrais e periféricos:

Os conceitos *central* e *periférico* conduzem à posição mais ou menos dominante em um PS. Uma prática ocupa uma posição central em um país, um sistema se ela é frequentemente utilizada. A distinção entre práticas centrais e periféricas permite estudar os sistemas de um ponto de vista ao mesmo tempo sincrônico e diacrônico. (1992, p. 30)⁶

Como os códigos construtores de sentidos predominantes são elencados de forma central, observa-se que eles se intercomunicam, mas para que signos tenham representantes em outro sistema de sentido, ele precisa transmutar-se. Existem vários códigos semióticos utilizados pelo homem para a produção de sentido, mas, nas sociedades ocidentais, pode-se afirmar que os códigos visuais, verbais e gestuais são responsáveis pelo maior número de entidades significativas. O indivíduo constrói significado também por códigos olfativos, por exemplo, mas no que tange à necessidade de processos de tradução para outro meio semiótico, essas translações sígnicas são, extremamente, escassas. Não são recorrentes obras que constroem significados através de odores, por exemplo, mais escassos ainda são processos de traduções intersemióticas em que código olfativo e código visual dialogam.

O processo tradutório instala-se para que determinado signo componente de uma obra seja interpretada em outro código de sentido, pois, somente através desse processo, um signo (n), realizado em código verbal, pode chegar a um signo (n), realizado em código visual, no caso da pintura e fotografia, e código visual-verbal, no caso de produções em tela⁷.

Considerando a afirmação de que “somos sobretudo uma cultura visual” (PELLEGRINI, 2003), nota-se uma perspectiva contemporânea

temas.

⁶ Les concepts *central* et *périphérique* renvoit à la position plus ou moins *dominante* dans un PS. Une pratique occupe une position centrale dans un pays un système si elle est fréquemment utilisée. La distinction entre pratiques centrales et périphériques permet étudier les systèmes d'un point de vue à la fois synchronique et diachronique. (Todas as traduções sem referência são do autor).

⁷ O cinema será entendido aqui como meio audiovisual, pois, atualmente, não são comuns produções cinematográficas sem o campo sonoro. Entretanto, há a necessidade de lembrar que o cinema nasceu mudo. Suas produções só apresentaram elementos sonoros tempos depois.

de transformar o código visual em predominante criador de sentido. Então, infere-se que esse código tende a gozar de maior receptividade que outros, uma vez que determinados signos produzidos pelo meio visual tornam-se muito mais consumidos. Entretanto, traduzir signos de um meio verbal para meio audiovisual vai além da simples equivalência entre signos verbais e não verbais, os processos de tradução intersemiótica são complexos:

A Tradução Intersemiótica se pauta, então, pelo uso material dos suportes, cujas qualidades e estruturas são os interpretantes dos signos que absorvem, servindo como interfaces. Sendo assim, operar tradutor, para nós, é mais do que a “interpretação de signos linguísticos por outros não linguísticos”. Nossa visão diz mais respeito às transmutações intersignificas do que exclusivamente à passagem de signos linguísticos para não linguísticos. (PLAZA, 2001, p. 67)

Com base na discussão de Plaza (2001, p. 47), é perceptível que signo verbal e signo visual são diferentes em si. São produzidos em meios diferentes e possuem características particulares. Quando se pensa em equivalência em tradução intersemiótica, deve-se, primeiro, considerar os signos como tradução um do outro, bem como obras, inteiramente, independentes, mas, ao mesmo tempo, relacionadas. No resultado desse processo de translação, tem-se um elemento, totalmente, novo que é o texto, agora, visual, sendo visto como uma obra autônoma, e não podendo ser entendido apenas como uma reprodução, mas, principalmente, como transformação. Entretanto, não se pode negar que ambos estão, intimamente, ligados, pois, funcionam como interpretantes. Então, a equivalência não se define como semelhança, algo que não pode ser encontrado nem dentro de uma mesma língua, mas como processo.

Nessa perspectiva, em seguida, um diagrama que estabelece uma sistematização dos códigos produtores de sentido e sua intercomunicação. Elencados como centrais, os códigos gestual, verbal e audiovisual são grandes meios semióticos, nos quais elementos signíficos de determinado meio semiótico só pode ser transmutado para outro meio semiótico através de um processo tradutório. Por isso, quando se fala em adaptação fílmica de um romance, por exemplo, pode-se entender esse processo como tradução, pois, aquilo que significava em meio verbal, passa agora a representar no meio audiovisual como um novo produto, mas dialógico com o anterior.

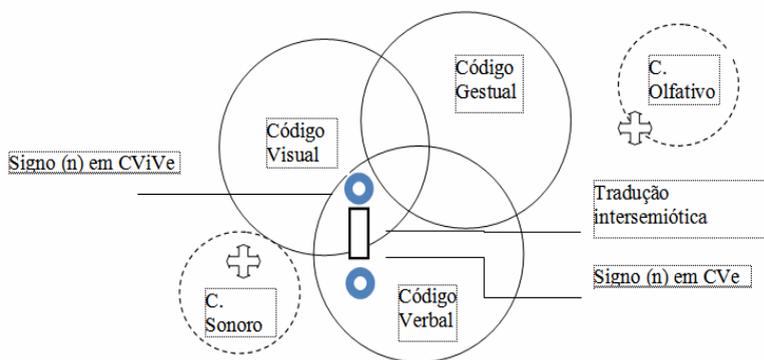


Figura 1 – elaboração própria⁸

8

Como se pode observar, no diagrama, o signo (n) em Código Verbal só consegue transladar para um meio audiovisual através de um processo tradutório, mas, longe de ser caracterizado apenas como processo técnico, muitos elementos estão envolvidos na mudança de meio semiótico como reescrituras e manipulações de textos, pois, traduzir também está inserido em meios culturais.

3. *Reescritura e manipulação nos polissistemas literário e cinematográfico*

Desde a gênese das películas, o diálogo entre o cinema e a literatura não foi limitado, e, com isso, deu-se uma multiplicidade de métodos de adaptação de elementos verbais para elementos audiovisuais. O que era visto em textos literários descritos através de palavras (signos verbais) passa para a tela com elementos visuais, sonoros, gestuais (signos não verbais). Como também discute Catrysse:

Assim tanto a tradução como a AF [adaptação fílmica] representam um processo de transferência que tem como ponto de partida textos e que produzem textos. A transformação é desde então intertextual (= nível semiopragmático) mais do que intersemiótica; ela implica em duplas de discurso com desenrolar atestado (sistema semiótico realizado), e ricocheteando somente em

⁸ Esquema de tradução intersemiótica com base no texto de Plaza (2001).

Observa-se, portanto, que há, na visão do autor, uma aproximação do processo de tradução e do processo de Adaptação Fílmica (doravante AF), que pode ser constatada através do ofício de ambos. Assim, Tradução e Adaptação repousam no limiar entre dois universos significativos: no primeiro, a relação de códigos é interlinguística e, no segundo, inter-semiótica.

Quando se fala em adaptação fílmica como um processo de tradução, entende-se que o material textual verbal, *grosso modo*, transmuta-se em material textual não verbal. Na tradução interlinguística, não se atravessa a barreira do meio semiótico, ou seja, os signos verbais de uma língua são transladados para outra língua sob o aspecto de outros signos verbais.

Segundo Cattrysse (1992), estudos fílmicos e tradução possuem objetos de estudo diferentes. Entretanto, atualmente, tem-se uma extensão do conceito de tradução, não apenas entendido como transmutação de língua para língua, mas de transmutação de linguagem para linguagem. O autor afirma o seguinte:

Eu não tenho em mente apenas um quadro teórico qualquer. Eu gostaria de incluir uma relativa nova tendência entre um grupo de estudiosos da tradução, que acreditam que não existem fundamentos para reduzirem o conceito de tradução em relações interlinguísticas apenas, e que aceitam que é a tradução, de fato, como um fenômeno semiótico de natureza geral.¹⁰ (CATRYSSSE, 1992, p. 54)

Com a ampliação do conceito de tradução, entendida agora como transmutação de signos para meios semióticos distintos, pode-se considerar a adaptação fílmica como tradução inter-semiótica. Entretanto, quando se pensa em processos de AF, Cattrysse (1992) argumenta que antes de ser produzida uma AF apresenta de uma política de seleção e escolha, e

⁹ Ainsi que la traduction de même que l'AF représentent un procès de transfert qui prend comme point de départ des textes et qui produisent des textes. La transformation est dès lors intertextuelle (= niveau sémio pragmatique) plutôt qu'intersémiotique; elle implique des couples de discours au déroulement attesté (=systèmes sémiotiques réalisés), et seulement par ricochet des couples de systèmes sémiotiques sous-jacents).

¹⁰ I do not have in mind just any theoretical framework. I wish to join a relatively new tendency among a group of translation scholars who believe that there are no grounds for reducing the concept of translation to interlinguistic relationships only and who accept that translation is in fact a semiotic phenomenon of a general nature.

uma política de adaptação, sua teoria fundamenta-se, também, nos estudos de Even-Zohar (1990), que entendem a cultura de maneira polissistêmica.

Cattrysse (1992) analisa os *film noir* americanos de 1940 e 1950 para falar das políticas de seleção, de escolha e de adaptação, bem como a função deles dentro do contexto cinematográfico. Segundo ele, quanto à seleção de obras literárias a serem adaptadas, dava-se mais atenção a textos com características semelhantes, por exemplo, os contos criminais do ponto de vista do criminoso.

A teoria dos polissistemas (doravante PS) desenvolvida por Even-Zohar (1990) traz para os estudos da tradução e da AF elementos fundamentais para entender que produções artísticas não são isoladas, mas componentes de determinados sistemas que dialogam com outros. Sua teoria amplia os conceitos de sistema literário e de cultura, pois, através dela é perceptível o eterno diálogo entre os PS presentes em uma cultura. Assim, antes de se examinar o diálogo entre os polissistemas literário e cinematográfico, faz-se necessária uma apresentação dos elementos que compõem aquilo que é entendido como PS.

Para ilustrar o exemplo relativo ao polissistema literário, Medeiros (2009, p. 97) apresenta o seguinte esquema criado por Even-Zohar:



Fig. 2 Esquema do polissistema literário segundo Even-Zohar (MEDEIROS, 2009, p. 97).

Medeiros (2009, p. 98) traz uma explicação sucinta desses elementos e o que eles representam para Even-Zohar. Segundo a autora, Even-Zohar não utiliza o termo “escritor”, pois, esse suscita imagens específicas, preferindo, então, os termos produtor e produtores. A autora reforça que seu poder e seu *status* alteram-se con-

forme o tempo e os valores culturais em voga:

Um produtor está vinculado a um discurso de poder moldado segundo um certo repertório aceitável e legitimado. Os produtores não estão confinados a um único papel na rede literária, mas podem, e muitas vezes são empurrados para isso, participando em um conjunto de atividades que, em certos aspectos, podem ser completamente incompatíveis entre si. (MEDEIROS, 2009, p. 97)

Even-Zohar (1992) também não considera que o termo “leitor” concentre a infinidade de indivíduos atingidos pela produção literária. Segundo Medeiros, ele dá ênfase à existência de consumidores diretos e indiretos. Os consumidores de literatura absorvem a função sociocultural dos atos implicados nas atividades em questão, de forma direta ou indireta:

Consumidores diretos são aquelas pessoas voluntária e deliberadamente interessadas em atividades literárias. Consumidores indiretos são todos os membros de qualquer comunidade que consomem fragmentos literários, digeridos e transmitidos por vários agentes culturais e integrados no discurso direto. (MEDEIROS, 2009, p. 97)

A instituição, por sua vez, representaria o elemento responsável pela regência de normas dentro do polissistema, pela manutenção da literatura, ditando as literaturas centrais e periféricas, bem como, determinando também quem e quais “produtos serão lembrados por uma comunidade durante um largo período de tempo” (*Idem, ibidem*).

O que se entende como mercado refere-se aos elementos relativos à compra e ao repertório. Trata-se de um conjunto de regras e unidades através das quais se produzem e entendem textos literários. Também estão relacionadas a essas instâncias a venda de produtos literários e a divulgação de tipos de consumo. Nesse mercado, estão incluídos instituições de intercâmbio de mercadorias, livrarias ou bibliotecas, por exemplo, quanto aos fatores que estão elencados nos intercâmbios simbólicos.

Ao conjunto de regras e conhecimentos compartilhados que regem a produção e o entendimento de produtos literários, dá-se o nome de repertório. Para a autora, esses seriam as unidades utilizadas para a produção e entendimento do texto literário.

Ainda segundo Medeiros (2009, p. 98), Even-Zohar faz questionamentos quanto à unanimidade do texto como produto único da literatura. Segundo o teórico, o próprio texto já não é o único, nem o mais importante produto literário, pois: “são também produtos da literatura quaisquer conjuntos de signos realizados ou realizáveis, retirados das o-

bras ou referentes a elas, tais como resumos, resenhas críticas, citações, referências”. (MEDEIROS, *idem*, p. 98).

Entende-se, então, a produção literária como um conjunto de elementos que estão interligados em um polissistema. Por tanto, não se pode pensar em produção sem pensar no produtor, no repertório e no consumidor, já que a obra literária está, eternamente, em processo dialógico como os demais componentes do polissistema literário.

Medeiros (*idem*, p. 98) aprofunda essa discussão, levando também o esquema polissistêmico da literatura para pensar um polissistema cinematográfico, regido pelos mesmos constituintes daquele literário. E para que o cinema seja entendido como um polissistema, deve-se, primeiro, entender que o ato cinematográfico é mais complexo do que o filme em si, pois, obra fílmica, assim como obra literária, estão dentro do mesmo esquema elaborado por Even-Zohar (1990):



Figura 3 – esquema realizado por Medeiros, 2009

Como se pode verificar, Medeiros faz uma síntese muito interessante para se entender o processo cinematográfico como um polissistema. Para a autora, o filme é considerado o produto mais perceptível desse processo, mas existem, entretanto, outros produtos. Quaisquer signos realizados ou possíveis de serem realizados por meio de repertórios cinematográficos são, também, produtos. A autora ressalta a importância dos bens culturais e da produção de símbolos associada ao cinema, ou seja, o filme nem é único, nem exclusivamente, o mais importante produto do PS cinematográfico.

No que diz respeito a produtor e produtores, geralmente, as-

socia-se à figura do diretor tal classificação, geralmente, comparado ao escritor. Entretanto, a autora afirma que ao produtor várias funções estão agregadas, desde arrecadação de verba à escolha de atores, e que, muitas vezes, o que se entende como produtor é pouco relevante para o público em geral (MEDEIROS, 2009, p. 104).

Ao grupo de consumidor e consumidores, necessita-se de uma visão mais abrangente daqueles que irão “consumir” os produtos cinematográficos, e por isso, não se pode entender apenas o espectador como consumidor. Medeiros diferencia consumidor em dois tipos: direto e indireto, o do primeiro tipo, os espectadores, os críticos, enquanto, no segundo tipo, estão enquadrados as telenovelas, comerciais, videocliques, cujos diálogos com a produção é evidenciado de forma indireta (MEDEIROS, *idem*, p. 105).

Como instituição no PS cinematográfico, pode-se entender os elementos reguladores da produção cinematográfica, como, por exemplo, as produtoras hollywoodanas que exercem uma força avassaladora no mundo atual, ou a produtoras independentes que, geralmente, têm sua produção difundida em circuitos alternativos, dificilmente, chegando ao grande público. Outro elemento elencado por Medeiros (*idem*) como representando a instituição no cinema são as premiações dos grandes festivais de cinema como Cannes, Sundance, Veneza, Berlin, Gramado e a que chega ao grande público, o Óscar.

Como mercado do que é produzido no meio cinematográfico, são elencadas as salas de cinema, as transmissões televisivas tanto de canais abertos ou privados e toda produção que se refira à produção cinematográfica: revistas especializadas em cinema, lojas de DVD, trilhas sonoras, livros, palestras, debates, monografias sobre cinema etc.

Ao discutir o repertório do cinema, Medeiros (*idem*) dá maior atenção, pois, como o cinema possui uma linguagem própria, ele só pode ter significação se o receptor é capaz de receber,

compreender e assimilar as informações dos “códigos cinematográficos”, utilizando a definição de Christian Metz.¹¹

Então, não passam despercebidos os diálogos entre os elementos do PS cinematográfico e os do PS literário. Quando se pensa em uma adaptação fílmica, uma tradução para a tela de alguma narrativa verbal é, fundamental, entender que o processo de tradução começa na escolha da obra que será traduzida, se ela representa aquilo que instituição, consumidor, repertório estão prontos para elaborar e receber. Para exemplificar, apresenta-se um esquema que utiliza o discurso sobre a sexualidade como elemento influenciador da produção de textos visuais:

Instituição: As sexualidades estão inseridas em um contexto¹²; se a instituição dita regras, então, para a sexualidade é o discurso mais vigente e dominante que trata os afetos¹³ com base na produção de prole para o estado, para a guerra ou para Deus. Portanto, os sexos que não se encaixam nesse discurso são considerados como “desviantes”. Brinquedos, Igreja, Casamento são exemplos de instituições que regem as sexualidades, ditando uma normatização sexual.

Repertório: é a própria linguagem que constrói a sexualidade, com o reforço de discursos no qual sejam produzidos um oposto binário “de homem”/“de mulher”.

Produtor: quando se pensa em discurso, deve-se pensar também em um produtor/reprodutor de discurso, pois, mais do que produzir uma heteronormatividade, produções literárias e cinematográficas reproduzem padrões enrijecidos pelas sociedades. Assim, quando uma obra é escolhida para ser produzida e adaptada para o cinema, ela, geralmente, segue esses padrões.

¹¹ Segundo a definição de Metz (1982, p. 23.), os códigos cinematográficos gerais são aquelas instâncias sistemáticas que são comuns a todos os filmes. “Será ‘geral’ qualquer código que, mesmo de conteúdo muito restrito, interesse, virtualmente, a todos os filmes.”

¹² Para se entender melhor o contexto de um pensar sexualidades, faz-se necessário a leitura de obras da teoria *queer* como os trabalhos de Butler (2003) e seu questionamento sobre gênero e sexualidade.

¹³ O conceito de afetos será abordado na seção seguinte.

Mercado: pensar um mercado das sexualidades não é difícil. Não se deve, contudo, pensar em produções culturais (cinematográficas ou literárias) eróticas ou pornográficas, mas na disseminação de produtos que constroem uma sexualidade “correta” de acordo com a corrente dominante, e outra que foge dessa corrente.

Produto: seriam os meios pelos quais os discursos das sexualidades são manifestados. Um exemplo clássico de produto do PS das sexualidades é o quarto do casal, um dos mais simbólicos elementos do controle da sexualidade, somente lá a afetividade pode existir. Ou no caso do vestido branco da noiva, que, simbolicamente, atesta sua castidade.

4. Conclusão

Além das características de significação, através de ícones, índices ou símbolos, as questões que estão envolvidas no processo tradutório não mais se atêm, unicamente, a questões, puramente, linguísticas ou literárias. Grande parte dos estudos de análise do discurso e estudos culturais e históricos colocam o fazer tradutório como elemento ímpar. Podemos, então, afirmar que Tradução é também discurso, pois como nos informa Foucault:

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2008, p. 9).

Se tradução encontra-se entre duas culturas ou entre duas línguas, ela é ponte, elemento de diálogo entre dois campos significativos. Tradução também é discurso, pois é escolhida, manipulada, reescrita. Assim, um texto traduzido é muito mais uma ampliação de significado do que, propriamente, uma translação para uma linguagem distinta. Os prestígios e os perigos da tradução são muitos, ora ela atua como elemento de reafirmação de um cânone literário ou cultural, reforçando os padrões centrais, ora ela atua como o estrangeiro, modelo periférico que provoca estranheza.

Com Lefevère (1990), a tradução passou a ganhar, então, um aspecto social e o estudo dos textos traduzidos é levado para o campo dos estudos culturais, fazendo com que o processo tradutório também seja entendido como processo social, quer dizer: uma tradução representa, an-

tes de tudo, um ato político. O tradutor é submetido a políticas de escolha; como reforça Catrysse (1992), é um dos primeiros elementos para entender o tradutor, não somente como profissional técnico, mas, igualmente, como sujeito histórico e político.

No que diz respeito às traduções intersemióticas, na contemporaneidade, não se pode deixar de observar que elas exercem um grande poder dentro dos grupos sociais. O conceito de Tradução ampliou-se e o fenômeno deixou de ser visto apenas na perspectiva de um texto de outra língua para tornar-se a possibilidade de disseminação de ideologias, sejam baseadas em mercado ou em fatos históricos. Aqui, citamos o grande impacto da obra de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo* (1949), traduzida para o inglês nos Estados Unidos em 1953, apedrejada e considerada como subversiva. A referida obra teve, fundamental, importância para o movimento feminista no século XX, para questionar e criticar o entendimento do feminino na época e ampliar o conceito de gênero. O caso de Simone de Beauvoir é apenas um exemplo entre muitos nos quais a tradução tem íntima relação com cultura.

Quando uma obra literária é escolhida e traduzida para outra língua, o contato dessa nova obra com a cultura de chegada é perceptível, mas quando uma obra é transmutada para a tela seus efeitos podem ser ainda mais impactantes. Nas sociedades usuárias de mídias, por exemplo, em que a educação tornou-se objeto de mercado, um número significativo de não leitores textuais é marcante, mas o número de leitores-visuais é deveras significativo. Logo, enquanto uma obra escrita encontra-se acessível para poucos, o cinema, principalmente, o hollywoodiano e que, geralmente, chega à televisão aberta, torna-se produto muito mais consumido que o primeiro.

Dessa forma, não é espantoso ver o quanto cinema e literatura dialogam desde seu princípio; muitas vezes, aquele utiliza recursos desta e multiplica suas possibilidades, dando cor, som e movimento reais àquilo que a leitura possibilita em pensamento. Logo, texto escrito e texto visual encontram seu elo, sua narrativa e sua história, o cinema seria uma nova arte e, dentro de um polissistema cultural, dialogaria com tudo o mais em seu entorno.

Quando a produção literária trata de relações homoafetivas, as leituras andam por caminhos sinuosos, pois, como sobreviveram obras antigas, senão por meio de traduções? Afinal, fazendo uso do estudo histórico e literário, pode-se afirmar que as formas de amar, assim como qual-

quer outra expressão do desejo humano, evidenciam as práticas culturais e as formas de conduta de sua época. Isto é, muitas vezes, o que é percebido na linguagem, expondo aquilo que é vivenciado no discurso. Assim, o prazer entre semelhantes, constante, nas sociedades antigas e contemporâneas, foi eternizado pela literatura e pelas demais expressões artísticas sejam visuais, verbais ou ambas, mas sempre representado conforme sua cultura o interpreta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROJO, Rosemary. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2010.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CATRYSSSE, P. *Pour une théorie de l'adaptation filmique*. Leuven: Peter Lang As, 1992.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 16. ed. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2008.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2005.

EVEN-ZOHAR, I. Polysystem studies. Special issues of poetics today. *The Porter Institute for poetics and semiotics*, Tel Aviv, vol. 11, n. 1, 1990.

HIOKA, Luciana. A subversão da heteronormatividade no filme *O Segredo de Brokeback Mountain*. *Revista Ártemis*, vol. 8, p. 95-109, jun.2008.

LEFEVÈRE, André. *Tradução, reescrita e manipulação da literatura*. Trad.: Cláudia Matos Seligmann. Bauru: Edusc, 2007.

LEGENDRE, Pierre. *L'amour du censeur: essai sur l'ordre dogmatique*. Paris: Seuil, 1974.

MEDEIROS, R. F. O Cinema enquanto polissistema. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 95-113, jul.-dez./2009.

MONTEIRO, C. A. F. *Mapas e tramas*. Florianópolis: Edufsc, 2002.

- METZ, Christian. *Linguagem e cinema*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- MISKOLCI, Richard. O segredo de Brokeback Mountain ou o amor que ainda não diz seu nome. *Estudos feministas*, Florianópolis, vol. 14, n. 2, p. 549-571, maio-ago./2006.
- PEIRCE, C. S. *Semiótica*. Trad.: José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- PELEGRINI, Tânia et al. *Literatura cinema e televisão*. São Paulo: Senac, 2003.
- PERCY, William Armstrong. *Reconsiderations about Greek Homosexualities*. In: *Same-sex Desire and Love in Greco-Roman Antiquity and in the Classical Tradition of the West*. Binghamton, 2005.
- PRATES, E. *Semiótica*. Disponível em:
<<http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/Semiotica.htm>>. Acesso em: 5-07-2011.
- PLAZA, Julio. *Tradução intersemiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- ZIBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática, 1989.

**ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE CRÍTICA TEXTUAL,
CRÍTICA LITERÁRIA
E RECORDAÇÕES DO ESCRIVÃO ISAIAS CAMINHA,
DE LIMA BARRETO**

Ceila Ferreira (UFF, ABRAFIL)
ceilamaria@hotmail.com

A tristeza, a compressão e a desigualdade de nível mental do meu meio familiar, agiram sobre mim de um modo curioso: deram-me anseios de inteligência.

(Lima Barreto)

RESUMO

Este artigo é o texto - com algumas pequenas modificações - da palestra que proferi na reunião da Academia Brasileira de Filologia, ocorrida em 24/11/2011. Ele versa sobre a importância da Crítica Textual para o reexame e a valorização do trabalho autoral, no caso, de Lima Barreto e da obra *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*, a partir da realização de uma edição crítico-genética da obra aqui citada, que está sendo realizada pela autora deste artigo, a partir de um convite e sob a coordenação da Professora Carmem Negreiros (UERJ) - que também participa da edição com um ensaio de crítica literária sobre o *Isaias* e com participação na organização do volume. Participam também da preparação da edição crítico-genética as pesquisadoras Patrícia Teixeira, Mestre em Literatura Brasileira pela UFF, e Marina Mello, aluna de graduação em Letras da UERJ.

Palavras-chave:

Crítica textual. Crítica literária. Edição crítico-genética. Literatura. Romance.

Com essas palavras ritmadas, com sonoridade cuidadosamente estruturada, contribuindo forma e conteúdo para expressar a tentativa de superação de uma atitude de contenção do ser em favor do movimento de sua expansão por meio da escrita de recordações de fatos, de atitudes, de sensações, de percepções, de sentimentos, todas elas ligadas às dificuldades das relações humanas e à luta contra preconceitos de várias ordens, no esforço de compreender o que fez com que o menino Isaias se transformasse no Escrivão Isaias Caminha, assim como o que levava (e leva), aqui neste país, a muitas pessoas a não conseguirem desenvolver o seu potencial, tem início o primeiro capítulo da 2ª edição do romance: *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*, de Lima Barreto.

As palavras aqui citadas do início do romance, objeto deste trabalho, assim como outras que formam muitas das passagens escritas por

Lima Barreto, têm musicalidade acentuada. Lembro-me então de Gilles Deleuze, quando diz que a grande literatura se assemelha à Música. Diz ainda o filósofo, em *O Abecedário de Deleuze*, que os grandes escritores criam “perceptos”, que são conjuntos de sensações e de percepções condensadas em imagens que não precisam mais da presença de quem as sentiu ou as percebeu para continuarem a serem sentidas e percebidas, pois foram eternizadas por seus autores até que não existam mais seres humanos capazes de compreendê-las (ou como diríamos nós, críticos textuais, até que surjam variantes de terceiros que afastem o texto autoral de seus leitores).

E falo aqui em termos ligados à música, à pintura e à própria filosofia, pois a literatura, que a todas elas irmana e aproxima, tem, na crítica textual ou filologia, um passaporte para a posteridade, que preserva, na sua teoria e na sua prática, o aspecto dialogal que caracteriza o texto literário.

A edição crítico-genética, um dos trabalhos que podem ser desenvolvidos pelos críticos textuais ou filólogos e que espelham em suas páginas o caráter multidisciplinar da área, leva o texto autoral final aos leitores, além de também apresentar etapas do processo de criação da obra, objeto da edição, mostrando parte significativa desse processo, como também de marcas da transmissão de edições que formam a sua tradição direta, sem esquecer os paratextos. Essa explicação de edição crítico-genética se adequa ao universo do que Ivo Castro chamou de crítica textual moderna, aquela que trabalha com originais presentes. E é preciso aqui abrir parêntese explicativo, pois a palavra original tem pelo menos duas acepções em crítica textual: uma, a de manuscritos autógrafos; outra, a de texto final. No caso de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, estamos inseridos no universo da crítica textual moderna, porque contamos com originais nos dois sentidos acima citados e estamos trabalhando com eles.

A respeito de edição crítico-genética e de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, estou preparando, a partir de um convite da Professora Carmem Negreiros, da UERJ, uma edição crítico-genética do referido romance de Lima Barreto. Nessa tarefa, conto com a ajuda de Patrícia Teixeira, mestre em literatura brasileira pela UFF, e de Marina Mello, aluna de graduação em letras da UERJ.

Esse projeto, em vias de conclusão, é coordenado por Carmem Negreiros, que também está terminando um ensaio de crítica literária que

fará parte da edição crítico-genética. Tal edição será constituída por uma introdução geral assinada por Carmem e por mim; uma introdução crítico-filológica de minha autoria; o texto crítico de *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*, com notas do editor crítico, acompanhadas de comentários exegéticos e de informações relativas ao início e ao término das páginas do manuscrito nas suas primeiras dez páginas apógrafo e nas restantes, autógrafo, pertencente ao acervo da Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional-RJ; um capítulo intitulado atualizações gráficas, em que são arroladas as mudanças de grafia contidas no texto crítico em relação ao texto-base; um aparato crítico, construído por Patrícia Teixeira e Marina Mello, a partir do cotejo da *Revista Floreal* com a 1ª edição do romance em livro e com o texto crítico supracitado; um aparato crítico-genético, preparado por Patrícia, por Marina e por mim, que expõe o resultado do cotejo do já mencionado manuscrito com o texto crítico, além de descrever as folhas do manuscrito e trazer a público – quando possível – uma leitura das partes que foram rasuradas, substituídas ou suprimidas pelo autor. Também farão parte da edição o ensaio de crítica literária escrito por Carmem Negreiros e as referências bibliográficas de todo o trabalho. Contudo, a ordem em que tais capítulos aparecerão na edição crítico-genética ainda será discutida por Carmem e por mim.

Quanto à concepção de edição crítica, baseada na crítica textual moderna, que dá corpo tanto teórico quanto prático ao trabalho que estamos realizando, ela é constituída principalmente a partir da leitura de *Editar Pessoa* e de Enquanto os escritores escreverem (situação da crítica textual moderna), de Ivo Castro; das edições das Obras de Eça de Queirós, coordenadas por Carlos Reis, especialmente a de *A Capital!*, cujo editor crítico é Luiz Fagundes Duarte. É claro que outras leituras e outros ensinamentos estão presentes na edição que estamos concluindo, e a todos eles agradeço, mas todos eles convergem para o entendimento de que uma edição crítica deve levar, às vistas dos leitores, parte significativa do trabalho autoral e editorial que constituem os textos que formam aquela obra, além de libertar dos grilhões do esquecimento testemunhos que enriquecem o trabalho autoral e mais: deve legar à posteridade parte significativa da história da transmissão daquela obra. Tudo isto está presente também nas leituras aqui citadas e nos ensinamentos colhidos a partir da leitura de trabalhos de Maximiano de Carvalho e Silva e de Edwaldo Machado Cafezeiro, assim como a partir de conversas com esses eméritos professores. De Cafezeiro, também lembro aqui o alerta de que uma edição crítica, num país como o nosso, onde poucos têm acesso ao ensino

formal de qualidade, deve ter o texto crítico, no caso de textos publicados pela primeira vez no século XX, formado a partir de uma transcrição crítica atualizada do texto base.

E a edição que estamos concluindo é um exercício de valorização do trabalho autoral e de recuperação de dados acerca da historicidade da transmissão de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*.

Quanto ao texto que foi escolhido como base, ele é o da 2ª edição em livro, publicada em 1917, por A. de Azevedo & Costa, pois foi o último editado em vida do autor e também traz uma errata que diz que Lima Barreto e um amigo dele, Lício Barbosa, fizeram a revisão daquela edição do *Isaías Caminha*.

Vale lembrar que *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* teve, em vida de seu autor, uma edição de seus primeiros capítulos, em 1907, na *Revista Floreal*, dirigida por Lima Barreto, a mesma que recebera um elogio do prestigioso José Veríssimo, mas que não teria vida longa; uma primeira edição em livro, publicada em Lisboa, em 1909, pela Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C e uma segunda edição em livro, com duas tiragens: uma pela Tipografia Revista dos Tribunais e a outra por A. de Azevedo, & Costa Editores.

A edição feita em Lisboa teve o acompanhamento do escritor português Albino Forjaz de Sampaio, que fez alterações no texto autoral, algumas delas citadas na biografia de Lima Barreto, de autoria de Francisco de Assis Barbosa, o qual utilizou, como fonte primária de pesquisa, para fazer tais citações, uma carta do autor do *Isaías Caminha* ao editor da 1ª edição, A. M. Teixeira. Nessa carta, Lima Barreto se queixa de algumas das modificações feitas por Forjaz de Sampaio e a leitura de suas queixas nos mostra um autor com amplo domínio do fazer literário e conhecimento invulgar acerca do sentido e do alcance que as palavras podem ter. Leiamos algumas dessas queixas, acrescidas de explicações de Francisco de Assis Barbosa, a partir da citação presente na biografia acima citada:

Na página 46, quando se fala em Francisco Otaviano, penso que “altruísmo” não é próprio. Eu queria sobretudo aludir à sua graça, ao seu espírito ateniense; eram qualidades de inteligência e não morais o que aquela palavra [aticismo] supõe.

Na página 53, eu teria deixado como está no original e muito menos teria trocado a frase – ‘de sensibilidade pronta a fatigar-se com o espetáculo familiar’ – pela que está lá [O revisor substituíra por “pronto a fatigar-se com o espetáculo divino”].

Círculo Aluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Na página 92, eu teria continuado a dizer: “o rolar dos veículos mais rondo e mais dissonante o ranger” etc. É uma impressão visual que se pode ter de um fenômeno acústico – coisa legítima como o senhor sabe. [...] (ASSIS BARBOSA, 1964, p. 161)

Ainda sobre a edição de 1909, podemos dizer que ela não contou com a revisão integral de Lima Barreto e que, por tal edição, ele não recebeu dinheiro em espécie, mas alguns exemplares daquela publicação.

Assim como as duas tiragens da segunda edição, a de 1909 apresenta vários erros tipográficos que prejudicam a leitura da obra. Contudo, a segunda edição, além desses erros, apresenta um salto que dificulta o entendimento do texto. Vejamos o salto:

O caes estava agitado e concorrido. O Congresso estava a fechar-se, partia um paquete para o Norte e os congressistas começavam a fugir. Os magnatas: ministros, juizes, coronéis, ricaços, engrossadores com as a senhora; mas a fidalga insinuara-se no grupo das filhas de Ávila [...] (LIMA BARRETO, 1909, p. 182-183)

Na edição crítico-genética que estamos preparando, essa passagem foi corrigida a partir do manuscrito, nesse trecho, autógrafo, e a partir da edição de 1956. Inclusive, algumas das correções ou emendas que fizemos ao texto-base têm como fonte a edição de 1956 que, aliás, das edições publicadas após a morte do autor, é uma das mais importantes.

Com prefácio de Francisco de Assis Barbosa e com a preparação do texto sob a responsabilidade de Antônio Houaiss e M. Cavalcanti Proença, a edição de 1956 teve também o grande mérito de valorizar, por meio das palavras de seu organizador, a obra de Lima Barreto, vítima de preconceitos em relação à sua vida e ao conjunto de seus livros, principalmente em relação a *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*, um romance corajosamente crítico acerca dos que promovem e protegem os círculos de poder no Brasil.

Francisco de Assis Barbosa, organizador da edição das obras de Lima Barreto, publicadas em 17 volumes, escreveu, como foi dito anteriormente, uma biografia do autor de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. As páginas escritas por Assis Barbosa chamam a atenção para dificuldades que o escritor encontrou para publicar seus textos, inclusive *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*.

Acerca dessas dificuldades, lembramos, tendo como base a referida biografia, que, para a primeira edição em livro, Lima Barreto não encontrou editor no Brasil e que para publicar a segunda edição teve que

pedir empréstimo a agiotas. Apesar do esforço para concretizar tais publicações, elas apresentam numerosos erros que comprometem a sua qualidade editorial, o que, acreditamos, contribuiu para atrapalhar a formação de uma fortuna crítica favorável a *Recordações* e a seu autor. Tal fortuna crítica também não se furtou de imputar a Lima Barreto a alcunha de escritor apressado, que não corrigia o que escrevia, além de tê-lo acusado de desconhecer muitas das normas do português padrão. Contudo, o que podemos perceber por meio da leitura das edições publicadas em vida do autor, assim como por meio da leitura do manuscrito não inteiramente autógrafo do *Isaias* é que Lima Barreto, ao contrário do que muitos dizem, fez várias modificações no texto do *Isaias* até a última edição que saiu durante a sua vida. Essas modificações são tão numerosas que estão exigindo de nós um grande esforço para que consigamos registrá-las todas e, curiosamente, alguns dos “erros” que aparecem nas edições impressas não estão presentes no manuscrito, o que nos faz aqui reforçar que o trabalho de recuperação de testemunhos, de marcas da transmissão textual e o estudo de etapas do processo de criação contribuem para a valorização do autor e de sua obra. Quem examinar o trabalho do autor presente nas rasuras, substituições, acréscimos que empreendeu em seus textos, e que – esperamos – a edição crítico-genética tornará visível ao público leitor, nunca mais chamará Lima Barreto de escritor desleixado e apressado.

Está escrito, em um artigo intitulado A história hoje: dúvidas, desafios, propostas de Roger Chartier, que: “[...] como um demiurgo, o artista, o filósofo ou o sábio inventa, contudo, em meio ao constrangimento.” [...] (LOPES, 1994, p. 107).

Todo o artista, todos nós – melhor dizendo – vivemos em meio a constrangimentos, mas a vida – que dizem ser a maior das artes – nos mantém vivos.

Lima Barreto criou perceptos, Literatura com L maiúsculo, que nos faz ainda perceber, sentir a beleza presente nos céus e nas ruas do Rio do início do século XX, assim como as alegrias, as tristezas por que passou *Isaias* e por que passam Antonio, Maria e muitos de nós. E nos faz lamentar, como no final da leitura de *Recordações do Escrivão Isaias Caminha* a estupidez humana que nem sequer percebe que “a nossa humanidade já não sabe ler nos astros os destinos e os acontecimentos”. Aliás, o que um grande escritor como Lima Barreto tem por ofício sentir, saber e fazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS BARBOSA, Francisco de. *A vida de Lima Barreto*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

CAFEZEIRO, Edwaldo. *Discurso e texto: dimensão cidadã do português brasileiro e africano*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

CARVALHO E SILVA, Maximiano. *Crítica textual: conceito-objeto-finalidade*. Disponível em: <<http://www.maximianocsilva.pro.br/doc7.htm>>. Acesso em: 19-11-2012.

CASTRO, Ivo. *Editar Pessoa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.

_____. Enquanto os escritores escreverem (Situação da crítica textual moderna). Conferência plenária do IX Congresso da ALFAL. Campinas, 1990. Mimeo.

DELEUZE, Gilles. *O abecedário de Gilles Deleuze*. Parte 2: De G a L/L' abécédaire de Gilles Deleuze. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=HxS2e7wpaAA>>. Acesso em: 25-11-2012.

DUARTE, Luiz Fagundes (ed.). *A capital!* Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Lisboa: Casa da Moeda, 1992.

BARRETO, Lima. Recordações do escrivão Isaias Caminha. *Revista Floreal*. Rio de Janeiro, Anno I, 1907 [parte inicial].

_____. *Recordações do escrivão Isaias Caminha*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & Cia, 1909.

_____. *Recordações do escrivão Isaias Caminha*. 2. ed. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1917.

_____. *Recordações do escrivão Isaias Caminha*. 2. ed. Rio de Janeiro: A. de Azevedo & Costa Editores, 1917.

_____. *Recordações do escrivão Isaias Caminha*. São Paulo: Brasilien-se, 1956.

_____. *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*. 403 folhas. Coleção Lima Barreto. Acervo da Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional-RJ. Localização do Manuscrito: 20,2,10. [Microfilme do manuscrito].

LOPES, J. *A história hoje: dúvidas, desafios, propostas de Roger Chartier*. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1966/1105>>.

Acesso em: 25-11-2012.

REIS, Carlos; CUNHA, Maria do Rosário. *O crime do padre Amaro*. Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

**ANÁLISE ESTILÍSTICO-SINTÁTICA
DA CANÇÃO “VALSINHA”, DE VINÍCIUS DE MORAES
E CHICO BUARQUE DE HOLANDA¹⁴**

Luísa Galvão Lessa (UFAC)
lessaluisa@yahoo.com.br

RESUMO

A análise estilístico-sintática da canção “Valsinha”, de Vinícius de Moraes e Chico Buarque de Holanda, objetiva realizar um estudo do poema, tomando-se por base os fundamentos da estilística, no sentido de apresentar a riqueza de palavras, expressões e construções sintáticas plenas de efeitos estéticos, no sentido de traduzir o momento do movimento *hippie* da década de setenta. Os autores, por meio da *performance* de um casal, fazem homenagem a esse evento de vanguarda que retrata, metaforicamente, o lirismo vivido por seus integrantes como artifício para fugir da censura política da época. A análise procura oferecer um quadro capaz de traduzir a importância da inter-relação entre som e expressividade, aliados ao valor semântico das palavras que, ao final, no conjunto, espelham a beleza dos recursos estilísticos utilizados, poeticamente, para dar voz ao movimento que vivia sob a égide da censura militar.

Palavras-chave: Estilística. Figuras de Linguagem. Poética.

1. Introdução

Este trabalho tem por finalidade realizar a análise estilístico-sintática da canção “Valsinha”, de Vinícius de Moraes e Chico Buarque, visando uma interpretação dos elementos do texto poético, levando-se em conta as palavras e expressões apresentadas em construções sintáticas e organizações frasais, carregadas de efeitos estéticos e literários. Haja vista, vislumbramos observar o estilo, assim como o uso individual dos autores na exploração dos recursos expressivos da língua, para se conseguir o máximo de efeitos expressivos e estilísticos, que se consegue obter dentro das possibilidades da língua.

Desse modo, consideramos os processos de manipulação da linguagem que permitem a quem fala ou escreve sugerir conteúdos emotivos e intuitivos por meio das palavras. Além disso, almejamos estabele-

¹⁴ Artigo resultante de trabalho de grupo, orientado pela Prof^ª Luísa Galvão Lessa, da Universidade Federal do Acre, no Campus Floresta, com os alunos Erlisson de Souza Pinheiro, Manuela de Pinho Araújo, Maria Auxiliadora de Freitas Silva Rodrigues, Maria Aldenora dos Santos Lima, Marcelo Zaboetzke e Mitter Vasconcelos.

cer princípios capazes de explicar as escolhas particulares feitas por indivíduos e grupos sociais no que se refere ao uso da língua, mais propriamente da linguagem literária e estilística de cada autor, na expressividade delas, isto é, a sua capacidade de transfundir emoção e sugestionar os nossos pensamentos, ideias, valores e comportamentos literários, históricos, sociais, políticos, ideológicos, sociológicos e filosóficos.

Sob esta perspectiva, procuramos identificar o conjunto de particularidades do sistema expressivo para eficácia estética, percebendo a marca de cada autor, o somatório de tudo o que ele produz em termos de ideal estético, de belo, em seu trabalho, projetando-se em todos os setores da língua. De tal modo, lançamos mão dos postulados da estilística, para assim, dentro do seu objeto de estudo, estilo, realizar uma grande extensão das observações, através de uma análise sutil, na precisão das definições, assim como no rigor das classificações, que constituem um estudo metódico dos recursos da linguagem.

É mister assinalar ser de grande importância que se façam estudos acerca da poesia, bem como da linguagem usada pelo autor e o contexto histórico-cultural, o que irá caracterizar o estilo e marca registrada de cada literato. Por fim, o que interessa para estilística não é o que se diz, mas como se diz. Nesse prisma, por meio da estilístico-sintática, objetivamos uma análise de ordem sintática e os fenômenos a ela inerentes, tais como ruptura da ordem sintática preferencial dentro de um verso ou de uma frase. Nesse caso, à estilística sintática interessam as variantes de colocação, suscetíveis de causar emoção ou sugestionar o próximo. *Valsinha* é uma canção de Chico Buarque de Holanda dedicada ao amor, que pregava a liberdade de ação do indivíduo, sem preconceito, repressão, discriminação, isento de qualquer condenação ou censura.

2. O poema

Valsinha

Vinícius de Moraes e Chico Buarque de Holanda

Um dia ele chegou tão diferente do seu jeito de sempre chegar.
Olhou-a de um jeito muito mais quente do que sempre costumava olhar.
E não maldisse a vida tanto quanto era seu jeito de sempre falar.
E nem deixou-a só num canto, pra seu grande espanto
Convidou-a pra rodar.

E então ela se fez bonita como há muito tempo não queria ousar.
Com seu vestido decotado cheirando a guardado de tanto esperar.

Círculo Aluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Depois os dois deram-se os braços como a muito tempo não se usava dar.
E cheios de ternura e graça foram para a praça e começaram a se abraçar.

E ali dançaram tanta dança que a vizinhança toda despertou.
E foi tanta felicidade que toda cidade enfim se iluminou.
E foram tantos beijos loucos, tantos gritos roucos como não se ouvia mais
Que o mundo compreendeu
E o dia amanheceu em paz.

3. Análise estilístico-sintática da canção “Valsinha” de Vinícius de Moraes e Chico Buarque de Holanda

O texto Valsinha conta um episódio, combinando características de narração e descrição, sob a forma de enunciados que vão se alternando. Essa alternância se manifesta por meio dos tempos verbais pretérito perfeito e imperfeito do indicativo, contrapondo a ação (que se desenrola em um determinado momento do passado) a um estado anterior (descrito por meio do pretérito imperfeito do indicativo). O objetivo do texto é apresentar uma transformação, inicialmente no personagem masculino, e, conseqüentemente, no personagem feminino, emblemáticos da relação entre o homem e a mulher, na nossa sociedade.

Pretérito Perfeito	Pretérito Imperfeito
um dia ele chegou tão diferente olhou -a de um jeito mais quente e não maldisse a vida tanto e nem deixou -a só num canto convidou -a pra dançar então ela se fez bonita depois os dois deram -se os braços foram para a praça começaram a se abraçar e aí dançaram tanta dança que a vizinhança toda despertou e foi tanta felicidade que toda a cidade se iluminou e foram tantos beijos loucos, tantos gritos roucos que o mundo compreendeu e o dia amanheceu em paz	do seu jeito de sempre chegar do que sempre costumava olhar quanto era seu jeito de sempre falar como há muito tempo não queria ousar como há muito tempo não se usava dar como não se ouviam mais

Observa-se, em todo o poema, uma versatilidade na utilização de alguns recursos sintáticos, no emprego das diversas classes gramaticais, bem como na colocação de alguns marcadores estilístico na repetição, omissão e inversão de termos, ocorrendo assim casos de (elipse, zeugma, polissíndeto, assíndeto, pleonasma, inversões), também a utilização do

registro coloquial-informal, na utilização da linguagem falada como marca da liberdade estético-poética, denotando uma licença para a abordagem temática, estética e literária.

A partir disso, percebemos, por exemplo, a utilização da colocação por ênclise em “Olhou-a, deixou-a, convidou-a, na primeira estrofe para evidenciar a iniciativa e convite do personagem para o ritual do amor. Além disso, é mister evidenciar que o poema inicia-se com a fórmula “um dia”, indeterminando a temporalidade da ação narrativa, universalizando a temática da iniciação sexual, o que fica explícito no trecho metafórico “convidou-a pra rodar”.

Outro aspecto a ser salientado no plano sintático é a construção de frases, versos, nos quais há uma inversão na estrutura dos sintagmas verbais e nominais. Nesse viés, é notório o desejo, a admiração do personagem em relação à mulher amada, no trecho em que apresenta o seguinte sintagma nominal: “então se fez bonita”. No transcorrer do tecido textual, o autor recorre a utilização de sintagmas verbais nos quais aparecem elipses, zeugmas, inversões, que intensificam as ações de um casal apaixonado, por exemplo, a elipse do pronome pessoal em “com seu vestido decotado e cheirando a guardado de tanto esperar e na inversão da estrutura frasal “ foram para a praça cheios de ternura e graça”.

Por conseguinte, o autor lança mão da gradação sintático-estilístico, na construção de orações coordenativas aditivas, que conduzirá o clímax do ato amoroso, um verdadeiro sonho, na valsa do prazer, do gozo e do sexo em “e dançaram e foi tanta felicidade e foram tantos beijos e o dia amanheceu”. O texto apresenta conjunções como marcadores da oralidade, nas quais os narradores apoiam-se para sustentar sua narrativa.

E importante, assinalar, também, a utilização de um pleonismo vicioso no intuito de reforçar a ideia do amor em “e ali dançaram tanta dança”, sugestionando a paixão, a ardência, a eferescência e química do casal. Faz-se necessário salientar também o uso do adjunto adverbial de modo-intensidade “tanto” que marca a liberdade de expressão sexual, cultural e de pensamentos.

Nesse prisma, o próprio título da canção “Valsinha”, de Vinícius de Moraes e Chico Buarque de Holanda, faz uma alusão e analogia da *performance* e desempenho na dança, com a do próprio ato amoroso, denotando todo um erotismo. Destarte, logo no início da canção, os autores empregam a fórmula “um dia um casal muda a sua rotina e toma outro

rumo na vida”, preconizando o amor e sua vivência, sem qualquer tipo de censura, preconceito e discriminação, nem julgamentos e sentenças de condenação às ações da prática do sexo.

Do ponto de vista sintático, podemos destacar os sujeitos presentes na canção (SN – sintagma nominal) e seus respectivos predicados (SV – sintagma verbal).

Na primeira fase da apresentação o SN é o pronome definido E-LE. Na segunda, ELA. Finalmente OS DOIS. Há, também, outros SN que são introduzidos no enredo e fazem parte do contexto, sem importância central. São eles: Toda a Cidade...; A vizinhança...; Beijos loucos...; Gritos roucos...; O mundo...; O dia. Mas o eixo paradigmático da canção é marcado pelo SV, mais notadamente com a presença dos verbos terminados em AR, como por exemplo: “chegar...; olhar...; rodar; ousar.

Considerando os fatos supracitados, vê-se que o autor Vinicius de Moraes faz de alguns recursos estilísticos, visando uma maior expressividade e efeitos de sentido no plano sintático, haja vista, a necessidade discursiva de externar a liberdade de ação do indivíduo e o despudoramento de uma sociedade sem preconceitos até então reprimida.

Analisando o plano sintático, abstraímos que os autores, em toda canção, constroem orações com sintagmas nominais, representado pelo pronome ele, ela e os dois, sendo que o texto é permeado, principalmente, por sintagmas verbais, notadamente pelos verbos no infinitivo da primeira conjugação verbal e no pretérito perfeito do modo indicativo.

Outro importante detalhe a ser observado é que os versos começam organizados e longos e, à medida que o enredo vai tomando seu curso final, eles se encolhem e incorporam elementos que nos remetem à ideia de estreitamento e movimentos circulares, como se quisessem simular os movimentos de uma valsa. Seus recursos estilísticos são vastos. Do ponto de vista lexical, o autor usa palavras que se assemelham, cujos pares residem na mesma raiz, na tentativa de provocar o mesmo significado. Nesse sentido, podemos dizer que Valsinha é a mais pura poesia, pois as palavras vão e vêm provocando fortes sentimentos na sua interpretação. Morfológicamente, as raízes das palavras também se fazem presentes, mas com o uso de categorias diferentes dos verbetes. É o caso do verbo “dançar” e do substantivo “dança”.

Valsinha é estilisticamente um poema. Além de sua estrutura poética, possui a narrativa, o que faz dela um miniconto, pois possui um só

núcleo. Sua narração começa em um momento qualquer (um dia) e as ações são introduzidas sequencialmente até chegar a um fim esperado. Por isso, a narração é heterodiegética, centrada no narrador. Com o foco narrativo na 3.^a pessoa, o narrador vê tudo à distância e conduz o fato sem interferir na história. Assim, o ele controla todo o saber, sem limitações de profundidade externa ou interna, em todos os lugares ou em todos os tempos. Em resumo, o texto é narrado por um narrador onisciente.

4. Considerações finais

Analisando o poema “Valsinha”, deflagra-se na estrutura textual um sentimento poético de liberdade sexual, de sentimentos reprimidos, na manifestação de desejos, afetividade, numa mudança brusca de comportamentos, na expressão individual estilística encorajada, descomedida e orientada pelos sentimentos de luxúria e volúpia, encorajados pelo prazer, sem censura, sem repressão ou sem estado de culpas, em demonstrações mais eróticas.

Dessa maneira, o autor para provocar a ideia de valsar, vale-se de repetições de palavras ou termos dentro das orações, mais propriamente de sintagmas verbais das orações como ele, ela, os dois, criando uma gradação na mistura de significados que provocam um verdadeiro “rodopio” na percepção do leitor, até atingir seu intento, isto é, o clímax, quando o casal se ama sem nenhum tipo de pudor ou preconceito. Nesse sentido, podemos dizer que Valsinha é a mais pura poesia, pois as palavras vão e vêm provocando fortes sentimentos na sua interpretação numa rica estrutura estilística.

Diante disso, os autores lançaram mão, dentro da narrativa, de alguns elementos da oralidade, que servem de marcadores e operadores argumentativos, por exemplo, o uso das conjunções para marcar o próprio ritmo da valsa e do ato sexual. Valsinha exalta a liberdade dos integrantes desse movimento e a ousadia das manifestações nas suas relações afetivas, até então reprimidas e sufocadas na sociedade. A grande surpresa da canção fica por conta de seu sentido metafórico. A ideia concebida de que se refere a um casal apaixonado, deixa de ser tão importante para valorizar-se em uma dimensão maior: a do engajamento social. Seu sentido é muito mais global e universal, considerando que faz alusão a um movimento de caráter revolucionário que ousou desafiar a sociedade tradicional da época e contestar os valores e os padrões de seus regimes dominantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA JR, J. Mattoso. *Contribuições à estilística da língua portuguesa*. 24. ed. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1997.

GUIRAUD, Pierre. *A estilística*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MONTEIRO, José Lemos. *A estilística: manual de análises e criação do estilo literário*. Petrópolis: Vozes, 2005.

**DESCRIÇÃO E ANÁLISE
DE ASPECTOS SEMÂNTICOS E SINTÁTICOS DO VERBO *TER*
EM DOCUMENTO DO PORTUGUÊS DO SÉCULO XVI**

Rosana Ferreira Alves (UESB)
uesbreal@gmail.com

RESUMO

Este artigo se constitui fruto de uma pequena investigação desenvolvida na área de *Linguística Histórica*, para tanto, foram utilizados saberes teóricos da *gramaticalização*. Busca-se desenvolver, neste estudo, uma descrição das ocorrências do verbo *ter*, procurando, com isso, verificar alguns aspectos sintáticos e semânticos que caracterizam essas ocorrências. Esse estudo se torna relevante justamente pelo fato de contribuir, um pouco, para que se entenda a respeito das possíveis manifestações dessa forma verbal na fase chamada de clássica da língua portuguesa. Nesse estudo foram utilizados os dados de uma ‘descrição’ que Pero Magalhães Gândavo realiza do Brasil no século XVI, a qual tem como título *História da Província Santa Cruz*. Mais especificamente, identificaram-se nesse documento, todas as ocorrências do verbo *ter*, procurando detectar: (i) alguns aspectos sintáticos que caracterizam essas ocorrências – como, por exemplo, as ocorrências lexicais (ou seja, quando *ter* aparece como verbo pleno) e gramaticais (quando *ter* aparece como verbo auxiliar ou auxiliador); e (ii) a natureza semântica dessas ocorrências.

Palavras-chaves:

Teoria da gramaticalização. Estudos sintáticos e semânticos. Verbo *ter*.

1. Introdução

Conforme exposto imediatamente acima, objetiva-se, nesse trabalho, fazer uma descrição de alguns aspectos sintáticos e semânticos que caracterizam as ocorrências do verbo *ter* no português clássico. Para isso, utiliza-se como *corpus* dados do texto de Pero Magalhães Gândavo, o qual foi escrito no século XVI e é intitulado *História da Província Santa Cruz*.

Considero aqui a hipótese básica, que é tradicionalmente sustentada na literatura linguística, a qual defende que o verbo *ter* e outros verbos também chamados de auxiliares já começaram, desde o português arcaico, a serem utilizados como verbos ‘auxiliadores’, iniciando, assim à fase de gramaticalização. Sustento também a hipótese de que o verbo *ter* já apresenta no português clássico, ou seja, registrado no século XVI, diversas acepções semânticas. Assim, nessa fase do português, o verbo *ter* já é utilizado com significações diversas da qual, para Cunha (1997), é

registrada etimologicamente, a saber: *ter* possui um sentido concreto (estar na posse de, possuir). Em outras palavras, conforme os resultados expostos em Matos e Silva (1996, p. 183), adoto aqui a hipótese de que o verbo *ter*, na história da língua portuguesa, apresenta-se em estruturas sintático-semânticas diversas, tais como: estruturas em que esse verbo está seguido de particípio passado (estruturas do tipo tempo composto); estruturas de futuricidade em que esse verbo está seguido de infinitivo, a ele conectado pela preposição *de*; estruturas que expressam semanticamente a *posse*, ou seja, em que esse verbo possui um sentido concreto de *estar na posse de*.

Assim, esse trabalho propõe: (i) verificar as ocorrências do verbo *ter* tanto em sua forma plena, quanto em sua forma gramatical; (ii) identificar quais são as possíveis manifestações semânticas do verbo *ter*, ou seja, procurar detectar quais são os possíveis significados que se manifestam nas ocorrências do *ter*.

2. *Revisão da literatura*

No universo da Linguística Histórica, não são poucos os estudos (PONTES, 1973; MATOS E SILVA 1981, 1987, 1989, 1990, 1996; RIBEIRO 1993, 1996; COELHO 2006) que têm se ocupado em analisar e/ou descrever as diversas matizes que estão, direta e/ou indiretamente, relacionadas aos aspectos sintáticos e semânticos de verbos que apresentam na tradição gramatical a nomenclatura de auxiliar, como os tais: *ter*, *haver*, *ser* e *estar*.

Em Ribeiro (1993), desenvolve-se um estudo diacrônico, de dados do português arcaico, dos verbos *ter*, *haver* e *ser*. Nesse estudo, as referidas formas foram analisadas como um caso típico de gramaticalização, em que suas formas plenas coocorrem como verbos auxiliares. Entretanto, tendo como base Roberts (1992), Ribeiro (*op. cit.*) atribui um tratamento, diferente, procurando, assim, analisar esse fenômeno dentro do arcabouço da teoria sintática de *Princípios e Parâmetros*.

Em conclusão, Ribeiro (*op. cit.*) assume que os verbos estudados apresentaram diferentes estágios de desenvolvimentos. Sendo que, cada estágio identifica-se como um passo à *gramaticalização* e posteriores reanálises diacrônicas “desses elementos na sua história no português” No que se refere ao verbo *ter* a autora conclui: “Ter é um verbo lexical semanticamente pleno no português arcaico, compete com *haver* como um

verbo auxiliar nas perífrases perfectivas e nas construções existenciais, ocupando hoje todos esses contextos”. (RIBEIRO, 1993, p. 377).

Matos e Silva (1996) apresenta uma abordagem da variação entre os verbos *ter* e *haver*, utilizando os dados da carta de Pero Vaz de Caminha, procurando, com isso, avançar num projeto o qual abrange estudos dos verbos auxiliares *ter*, *haver*, *ser* e *estar*, desde o século XIII ao XVI. Matos e Silva (1996, p. 184) apresenta com objetivo ser apenas descritiva e reunir algumas informações por ela “coletadas sobre o primeiro período documentado do português em função dos dados de 1500, fornecidos pela *Carta de Caminha*.” Ao apresentar o quadro geral dos dados da *Carta de Caminha*, a autora evidencia que o verbo *aver*¹⁵ predomina sobre o verbo *teer*, conforme as respectivas ocorrências: 38 para 27. Sustenta também que essa predominância percorre todo o período arcaico. Conforme a autora, a frequência de uso desses verbos no referido documento pode ser sistematizada e sumarizada conforme o seguinte:

HAVER	TER
Estrutura existencial 18	Estrutura possessiva21
Estrutura possessiva 10	Estrutura com participio passado....01
Estrutura de futuricidade 09	Com valor de “reter”, “manter”04
“Expressão idiomática” 01	“Expressão idiomática”01
TOTAL 38	TOTAL27

Assim, no *corpus* em estudo:

- *haver* é, fundamentalmente, um verbo existencial e secundariamente um verbo de posse;
- *Ter* é, fundamentalmente, um verbo de posse;
- Esses dois verbos comutam apenas nas estruturas possessivas.

Ainda conforme a referida autora, a *Carta de Caminha* acrescenta pouca informação à história da formação dos tempos compostos na língua portuguesa. Assim, o fato de se registrar apenas uma ocorrência dessa natureza, ou seja, do verbo *ter* com o participípio passado, leva autora a verificar se nesse documento ocorrem outras construções em que poderiam comportar a forma verbal *ter* acrescida do participípio passado. Após ter verificado algumas ocorrências em que o verbo era realizado em sua forma verbal no pretérito mais-que-perfeito (a exemplo da utilização de:

¹⁵ Segundo a autora, nesse documento a forma verbal *haver* era ainda grafada sem o h gráfico-etimológico e *ter* sem a representação gráfica da fusão das duas vogais idênticas.

puserem em ambiente em que poderia se usar: *tinham posto*), a autora afirma que “Caminha dispunha na sua ‘gramática’ da estrutura do tempo verbal composto, mas... certamente preferia as formas simples do sistema verbal, talvez por aqueles não serem ainda muito usuais.”, (p. 189). A autora esclarece que há ainda carência de outros estudos no português dos séculos XV e XVI, para que melhor se possa analisar essa questão.

Coelho (2006) dedica-se em analisar o processo pelo qual os verbos *ter*, *haver*, *ser* e *estar* foram destituindo-se do seu conteúdo nocional e agregando-se a formas nominais de infinitivo, de gerúndio ou de particípio para expressar funções gramaticais, constituindo, assim, as chamadas *locuções verbais* ou *tempos compostos*. Dentre as questões básicas que esse estudo persegue, eis algumas: (i) se a auxiliarização é um processo diacrônico resultante da gramaticalização, como admitido por estudiosos, ela compreende estágios; em que estágio do processo de gramaticalização se encontram os verbos auxiliares prototípicos da língua portuguesa? (ii) em que período da história da língua portuguesa ocorreu a gramaticalização dos verbos auxiliares selecionados para o estudo?

A autora em foco buscou realizar tal tarefa compreendendo-se em uma pesquisa diacrônica de natureza quantitativa, buscando precisar a frequência das formas verbais em estudo, nos seguintes períodos da língua portuguesa: arcaico, moderno e contemporâneo. Embasando-se na perspectiva teórica da gramaticalização, a autora procurou tabular a frequência dos usos concretos e abstratos das formas verbais em estudo.

Em se tratando das ocorrências do verbo *ter* no referido estudo, conforme Coelho (2006) os dados computados evidenciam:

- (a) No período arcaico, a ocorrência de 88,34% de formas lexicais em oposição à presença de 11,66% de formas gramaticais;
- (b) No período moderno, a realização de 76,96% de formas lexicais em oposição à realização de 23,04 de formas gramaticais;
- (c) No período contemporâneo, a forma lexical encontra-se em uma decrescente realização de 61,24%, enquanto a forma gramatical apresenta uma crescente ocorrência de 38,76%.

Conforme a autora, essas ocorrências revelam claramente que há um decréscimo, no decorrer dos respectivos períodos, de uso do verbo *ter* como pleno, ou seja, como uma forma lexical, em favor de um significativo acréscimo do uso desse verbo em sua forma gramatical. Para essa

autora, ao se levar em consideração os critérios de frequência das formas plenas e gramaticais, pode-se afirmar que:

(...) a mudança já detectada no período arcaico se difundiu ao longo dos períodos clássico e contemporâneo. O aumento da frequência registrado nos índices referentes ao emprego da forma gramatical do verbo *ter*, que já se encontrava gramaticalizada na língua portuguesa desde o período arcaico, atesta a expansão gramatical dessa forma verbal. (COELHO, 2006, p. 51)

Para a autora, tendo em vista o valor etimológico, o verbo *ter* possui um sentido concreto, o qual é: *estar na posse de, possuir*. Entretanto, no que se refere aos valores semânticos assumidos pelo verbo *ter*, foram detectados os seguintes com as respectivas ocorrências:

• **no período arcaico:**

estar na posse de (35,17); haver, existir (17,24); apresentar, mostrar (15,17); alcançar, conseguir, obter (11,03); dispor de (8,97); acreditar (4,14); manter, (2,07); gozar, desfrutar (1,38); considerar, julgar (1,38); adotar, proceder (1,38); estar (0,69); dispensar, despende (0,69); encontrar-se com (0,69);

• **no período moderno:**

estar na posse de, possuir (39,35); dispor de (12,90); manter (12,90); apresentar, mostrar (12,26); haver, existir (9,03); sentir, experimentar (6,45); alcançar, conseguir, obter (3,23); produzir efetuar (1,28); gozar, desfrutar (0,65); considerar, julgar (0,65); acolher abrigar, hospedar (0,65); encontrar-se com (0,65);

• **no período contemporâneo:**

estar na posse de, possuir (7,50); dispor de (21, 67); apresentar, mostrar (18,33); alcançar, conseguir, obter (11,67); haver, existir (10,33); gozar, desfrutar (10,00); manter (5,83); sentir, experimentar (5,00); tomar por parâmetro (3,34) etc.

3. *Análise dos dados*

O *corpus* em estudo totaliza um universo de 177 ocorrências, as quais estão assim distribuídas: 161 ocorrências em que o verbo *ter* assume a forma lexical, ou seja, em que *ter* se realiza como verbo ‘pleno’, como nos exemplo a partir de (2); 15 ocorrências em que *ter* assume a forma gramatical, isto é, estruturas em que *ter* aparece como verbo ‘auxiliador’, como no exemplo em (1), a seguir:

a. [g_008_s_128]

Esta é uma das melhores terras, e que mais *tem realçado* os moradores que todas as outras capitanias desta província: os quais foram sempre muito favorecidos e ajudados dos Índios da terra, de que alcançaram muitos infinitos escravos com que granjeam suas fazendas.

- b. [g_008_s_196]
E depois de assim a *terem curada* desta maneira põem um alguidar doubt sobre o fogo em que a lançam, a qual está mexendo uma Índia até que o mesmo fogo lhe acabe de gastar aquela umidade e fique enxuta e disposta para se poder comer, que será por espaço de meia hora pouco mais ou menos.
- c. [g_008_s_398]
Finalmente que como Deus *tenha* de muito longe esta terra *dedicada* à Cristandade, e o interesse seja o que mais leva os homens trás si que outra nenhuma coisa que haja na vida, parece manifesto querer entretê-los na terra com esta riqueza do mar, até chegarem a descobrir aquelas grandes minas que a mesma terra promete, para que assim desta maneira tragam ainda toda aquela cega e bárbara gente que habita nestas partes ao lume e conhecimento da nossa santa Fé católica, que será descobrir-lhe outras minas maiores no céu: o qual nosso Senhor permita que assim seja, para glória sua, e salvação de tantas almas.
- d. [g_008_s_503]
E foi que *tendo* os Portugueses *rendida* uma aldeia com favor de alguns Índios nossos amigos que tinham de sua parte, chegaram a uma casa para fazerem presa nos inimigos como já tinham feito em cada uma das outras.
- e. [g_008_s_528]
E se o padecente é homem animoso, e não está desmaiado naquele passo (como acontece a alguns) responde-lhe com muita soberba e ousadia, que o mate muito embora, porque o mesmo *tem ele feito* a muitos seus parentes e amigos.

Sendo assim, os dados possibilitam afirmar que o verbo *ter* manifesta 10% de ocorrência em sua forma gramatical, em sua forma lexical, ou seja, plena a ocorrência é de 90%.Tendo em vista essas ocorrências, pode-se afirmar que os dados confirmam a hipótese de que no século XVI o verbo *ter* já era utilizado em sua forma gramatical, ou até mesmo que, na presente fase da língua portuguesa o verbo *ter* já se encontrava gramaticalizado. Para essa afirmação, tem-se como base um dos princípios da gramaticalização, segundo o qual o aumento do uso da forma gramatical associado ao decréscimo do uso de forma lexical se caracteriza um dos mecanismos para se verificar se um item está ou não se gramaticalizando. Assim, conforme Hopper e Traugott, para se verificar se um item está ou não se gramaticalizando pode-se utilizar o critério de frequência de itens.

Esses números também estão de acordo com os resultados alcan-

çados em Coelho (2006) segundo a qual o verbo *ter* registra em documentos do período arcaico ocorrências de forma gramatical em torno de 11%.

Conforme Matos e Silva (1996) as ocorrências de *ter* e *haver* seguidos de particípio passado, ou seja, os chamados tempos compostos, se caracterizam estruturas que não existiam no latim padrão, mas já se delineiam no latim imperial. Ainda conforme essa autora, publicações sobre o período arcaico do português evidenciam que “no princípio, o particípio passado precedido ou seguido de *haver/ ter* era de verbo transitivo e concordava com o seu complemento direto.” (1996, p. 188). A exemplificação exposta em (1b) acima vem assim corroborar essa afirmação, na medida em que nessa o particípio ‘curado’ vem mantendo uma relação de concordância com o objeto ‘a’, sendo, assim realizado no gênero feminino ‘curada’. Outras ocorrências dessa natureza também foram detectadas no *corpus* em questão, como demonstram os exemplos em (1c) e (1d) exposto acima.

No que se refere à análise da constituição sintática das construções que integram uma perífrase verbal, verificou-se:

- i. Ocorrência de material entre a forma verbal auxiliar e a forma principal, como nos exemplos em (1c), (1d) e (1e);
- ii. Não ocorrência de material entre a forma verbal auxiliar e a forma principal, como em (1a) e (1b), acima.

Assim, de acordo com o que se pode observar na exemplificação exposta em (1) acima, nos dados em estudo, ou seja, no português escrito do século XVI, a perífrase verbal se manifestava sem intercalação de elementos, como no exemplo em (1a) e (1b), e com a intercalação de elementos, conforme (1c), (1d) e (1e). Verificar a ordenação dos elementos na sentença, tendo em vista a disposição da locução verbal é, de muita valia, para se que se possa detectar o perfil da forma inovadora. É importante salientar que a forma inovadora é a utilização do verbo *ter* como auxiliar, tendo em vista que, conforme foi dito anteriormente, no latim clássico, só ocorria na condição de verbo pleno. Assim, é importante a verificação da disposição sintática da perífrase verbal porque, em consonância com a literatura linguística, “quanto maior o grau de gramaticalização de uma forma perifrástica, maior a sua coesão e, conseqüentemente, menor a possibilidade de se intercalar qualquer tipo de material entre os elementos constituintes da perífrase.” (COELHO 2006, p. 48). Diante disso, faz-se mister explicitar que de um total de 15 ocorrências de perí-

frase verbal, foram detectadas 3 construções com elementos entre a perífrase verbal, eu seja, 20 % das ocorrências.

Em se tratando dos valores semânticos que o verbo *ter* assume no documento em questão, foram detectados os seguintes:

I. Usos concretos: estar na posse de, possuir, como demonstra o exemplo em seguida:

(2) [g_008_s_123]

Desta ilha para o Norte, *tem* esta capitania terras muito largas e viçosas, nas quais hoje em dia estiveram feitas grossas fazendas, e os moradores foram em muito mais crescimento, e floresceram tanto em prosperidade como em cada uma das outras, se o mesmo capitão Pero Lopez residira nela mais alguns anos, e não a desamparara no tempo que a começou de povoar.

II. Usos abstratos, conforme os respectivos exemplos:

A. Dispor de:

(3) [g_008_s_174]

Outras muitas povoações há por todas estas capitánias, além destas de que tratei, onde residem muitos portugueses: das quais não quis aqui fazer menção, por não ser meu intento dar notícia senão daquelas mais assinaladas, que são as que *tem* oficiais de justiça, e jurisdição sobre si como qualquer vila ou cidade destes Reinos.

B. Manter:

(4) [g_008_s_472]

Estes Índios *tem* sempre grande guerras uns contra outros e assim nunca se acha neles paz, nem será possível (segundo são vingativos e odiosos) vedarem-se entre eles estas discórdias por outra nenhuma via, se não for por meios da doutrina Cristã com que os Padres da companhia pouco a pouco os vão amansando como adiante direi.

C. Apresentar, mostrar:

(5) [g_008_s_71]

Ao qual chamaram Brasil por ser vermelho e *ter* semelhança de brasa, e daqui ficou a terra com este nome de Brasil.

D. Haver, existir:

(6) [g_008_s_82]

Destes e de outros extremos semelhantes carece esta província Santa Cruz: porque com ser tão grande, não *tem* serras (ainda que muitas) nem desertos nem alagadiços, que com facilidade se não possam atravessar.

E. Sentir, experimentar:

(7) [g_008_s_80]

E pela do Ocidente confina com as altíssimas serras dos Andes e fraldas do Peru, as quais são tão soberbas em cima da terra, que se diz *terem* as aves trabalho em as passar.

F. Alcançar, conseguir, obter:

(8) [g_008_s_183]

E a primeira coisa que pretendem adquirir, são escravos para nelas lhes fazem suas fazendas: e se uma pessoa chega na terra a alcançar dois pares, ou meia dúzia deles (...) logo *tem* remédio para poder honradamente sustentar sua família: porque um lhe pesca, e outro lhe caça, os outros lhe cultivam e granjeiam roças, e desta maneira não fazem os homens despesa em mantimentos com seus escravos, nem com suas pessoas.

G. Gozar, desfrutar:

(9) [g_008_s_221]

E assim fazem os moradores por eles mais, e os *tem* em maior estima, que outro nenhum pomo que haja na terra.

H. Considerar, julgar:

(10)[g_008_s_286]

E além disto há outras conjecturas muito prováveis, por onde se *tem* por impossível parirem os tais filhos, como todos os outros animais (segundo ordem de natureza) parem os seus.

Conforme é verificável na exemplificação de (2) a (10) acima, o verbo *ter* em seu uso lexical registra no *corpus*, em análise, uma acepção em seu uso concreto, como em (A) e diversas acepções em seus usos abstratos, conforme exposições de (B) até (H) acima. Seria também de muita importância detectar qual é o percentual da ocorrência de cada significado que o verbo lexical *ter* assume no *corpus*, entretanto, devido ao fato de essa ser uma tarefa bastante difícil, e como tal, exige-se bastante tem-

po e critérios altamente rígidos, apenas detém-se, neste trabalho, em identificar os possíveis significados assumidos pelo verbo em estudo.

4. Considerações finais

São apresentados aqui os resultados alcançados, tendo em vista as hipóteses aventadas. Assim, No que se refere a alguns aspectos sintáticos e semânticos que caracterizam as ocorrências do verbo *ter* em um documento do português do século XVI, pode-se concluir que foram confirmadas todas as hipóteses levantadas (como descrição em (3)), conforme demonstram os seguintes resultados:

- i. Os dados comprovam que o verbo em estudo já estava sendo utilizado como forma gramatical, uma vez que foram detectadas em torno de 10% de ocorrência em que esse verbo aparece como auxiliar/auxiliar;
- ii. A ocorrência de 80% de perífrase verbal sem elemento entre essa vem, assim, reforçar a hipótese que esse tipo de construção está com fortes indícios de ser adotada na língua portuguesa como um item gramaticalizado (para isso se considera a teoria da gramaticalização);
- iii. Os dados revelam que o verbo *ter* lexical, ou seja, como verbo pleno, registra diversas acepções semânticas, a saber: em seu sentido concreto: estar na posse de, possuir; em diversos sentidos abstratos, como (A) dispor de; (B) manter, (C) apresentar, mostrar; (D) haver, existir; (E) sentir, experimentar; dentre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COELHO, Sueli Maria. *Estudo diacrônico do processo de expansão gramatical e lexical dos itens ter, haver, ser, estar e ir na língua portuguesa*. Tese de Doutorado, UFMG/FALE, Belo Horizonte, MG, 2006.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua portuguesa*. 12. ed. 2. Tr. Rio de Janeiro: FAE, 1990.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Índice do vocabulário do português medieval*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

HOPPER Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Gramaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *A carta de Caminha: testemunho linguístico de 1500*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, UFBA e UEFS, 1996.

_____. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PONTES, Eunice. *Verbos auxiliares no português*. Petrópolis: Vozes, 1973.

RIBEIRO, Ilza. A formação dos tempos compostos: a evolução histórica Ter, haver e ser. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Orgs.). *Português brasileiro, uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp, 1993, p. 343-386.

VITRAL, Lorenzo Teixeira. O papel da frequência na identificação dos processos de gramaticalização. *Scripta*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC-Minas. Belo Horizonte, 2005.

**ESTEIROS, DE SOEIRO PEREIRA GOMES,
NA EDIÇÃO DE OBRAS COMPLETAS
DA EUROPA-AMÉRICA¹⁶**

Antony Cardoso Bezerra (UFRPE)
bezerra.a.c@gmail.com

RESUMO

Estreando-se em livro no ano de 1941, *Esteiros*, do escritor português Soeiro Pereira Gomes, encontrou sua ed. definitiva (a 2.^a) no ano seguinte. Trata-se, pois, da última revisada pelo autor, em publicação das Edições Sirius. Numa incursão que visa a mapear a tradição impressa do romance, a partir da mencionada ed. (que fornece o exemplar de colação), estudam-se as alterações realizadas no testemunho de *Esteiros* conforme transcrito na ed. de *Obras Completas da Europa-América*, de 1968. Considerando-se conceitos expostos em Cambraia (2005), analisam-se modificações dentro de três categorias: (1) pontuação; (2) socioletos; (3) erros de sentido e erros inintencionais. Conclui-se que as intervenções do editor da Europa-América tendem a descaracterizar o estilo neorrealista de Gomes, afastando o texto do romance da intenção autoral.

Palavras-chave: Esteiros. Soeiro Pereira Gomes. Europa-América.

1. Introdução

Nome expressivo do que se convencionou chamar de Neorrealismo Literário em Portugal, o escritor Joaquim Soeiro Pereira Gomes (n. 1909; f. 1949) foi responsável por, na sequência imediata de António Alves Redol – autor do romance *Gaibéus* (1939) –, afirmar a estética a que optou por se vincular. Diante de um quadro adverso tanto do ponto de vista político (comunista, Gomes passou a ser perseguido pelo regime de António Oliveira Salazar), quanto literário (a tendência ditada pela revista coimbrã *Presença* marcava uma alheamento social que os neorrealistas combateram fortemente), manifestou-se literariamente por meio de um romance que, entre outras qualidades, denunciava a ficção as más condições de vida dos adolescentes que, às margens do Rio Tejo, trabalhavam nos telhais, fábricas de telhas e tijolos “que roubam nateiro às águas e vigores à malta.” (GOMES, 1942, p. 9.) Trata-se de *Esteiros*, livro que se estreou em 1941, pelas Edições Sirius, e que conheceria sucessivas re-

¹⁶ Este trabalho resulta de estudos empreendidos no contexto do projeto de pesquisa *Para uma Edição Crítica de Esteiros, de Soeiro Pereira Gomes*: transcrição semidiplomática de testemunhos da 1.a pt. do romance, desenvolvido no contexto do Grupo de Investigações em Filologia Ibérica.

edições. em língua portuguesa¹⁷, por outras sete casas, quais sejam: Gleba, Europa-América, “Avante!”, Caminho, Círculo de Leitores, Asa e Planeta De Agostini. Ademais, a narrativa foi incluída em três volumes de obra completa de Gomes: Europa-América (1968), “Avante!” (1979) e Caminho (1992). *Esteiros* foi o único romance de Gomes publicado em vida do romancista.

Em que pese a se tratar da obra-mestra do escritor neorrealista, a investigação do percurso editorial de *Esteiros* é tarefa que se encontra por realizar e que se mostra extremamente necessária, quando não pela utilização do ms. e do ds. do romance como balizas – ambos se encontram depositados no Museu do Neorrealismo, em Vila Franca de Xira –, ao menos, para aferir-se como se constitui a tradição impressa do livro. Diante desse quadro, e particularizando a análise a duas escalas dessa tradição, no presente estudo, levam-se em conta dois testemunhos: a 2.^a ed. da Sirius (1942), última que o autor revisou¹⁸, e o texto conforme veiculado nas *Obras Completas* da Europa-América, em tudo idêntico, salvo a numeração de páginas, a uma das eds. mais difundidas do romance, o n. 1 da coleção Livros de Bolso Europa-América (ou seja, está-se a falar de uma mesma matriz; cf. Cambraia, 2005, p. 75). A ed. da Sirius fornece o exemplar de colação, por ser a versão impressa que preserva a vontade final do autor¹⁹; a das *Obras Completas*, para além de sua já aludida penetração no público leitor, é, dentre as três eds. de obra integral, a que mais intervenções faz no texto de base, considerando-se a pt. do romance intitulada “Outono”, a 1.^a das quatro estações em que o romance está subdividido e *corpus* deste inquérito. Se vale questionar a propriedade de mudanças de tom impetradas pelo editor – as quais se comentam na sequência do estudo –, um fato não se pode desprezar: o texto da Europa-América circulou entre o público-leitor. Ora, conforme ensinou Cambrai-

¹⁷ *Esteiros* já foi publicado também nos seguintes idiomas: Alemão, Castelhanos, Checo, Francês, Italiano, Polonês e Russo (GOMES, 1995, p. 8; SANTOS, 2009, p. 124).

¹⁸ A ed. da Gleba (3.^a, 1946), ainda que vindo a lume com o autor de *Esteiros* vivo, não contou com sua revisão, de vez que este já se encontrava na clandestinidade, motivada pela perseguição aos integrantes do à altura ilegal Partido Comunista Português (cf. DIAS, 1992, p. 12).

¹⁹ Para os propósitos da presente investigação – que, antes de se ocupar das mudanças realizadas por Gomes, quer deslindar as modificações editoriais sofridas pelo texto de *Esteiros* –, ms. e ds. do romance não se apresentam como fontes prementes. Dessarte, adota-se, aqui, um critério de Sanders *apud* Candido (2005, p. 57), segundo quem será o ms. dispensável “quando o texto impresso reproduz um texto impresso anterior, que era versão anterior à contida no ms.” No caso, o “texto impresso anterior” consiste na 1.^a ed. da Sirius.

a, o cotejo de testemunhos e a anotação de lugares críticos (consubstanciada, por excelência, na ed. crítica) facultam “informar ao leitor quais são as variantes possivelmente genuínas, mas também aquelas que, mesmo sabidamente não genuínas, foram lidas e tiveram impacto sobre a cultura.” (CAMBRAIA, 2005, p. 148.) É uma tradição impressa que vem a ser historiada.

No sentido de trilhar um caminho que tenha por meta a preparação de uma ed. crítica do romance, a tarefa capital que subjaz a este trabalho consiste na transcrição semidiplomática, que, segundo Cambraia, consiste numa mediação moderada no processo de transmissão do texto e que se situa entre a diplomática (mais conservadora) e a interpretativa (mais interventiva). Na transcrição que serve de base a este artigo, tem-se anotados todos os lugares críticos (de pontuação e de paragrafação, inclusive).²⁰ À parte, em lista ao final da transcrição, registram-se os lemas desconsiderados na análise, pois que resultantes (1) ou de discrepâncias no sistema ortográfico (dos anos 1942 e 1968), (2) ou de notórias impropriedades ortográficas que não acarretem modificações no sentido do texto – neste caso, está-se a pensar, provavelmente, no que Cunha *apud* Cambraia (2005, p. 84) designou “erros causados por limites de cultura”, haja vista a formação de Gomes.²¹ Respectivamente, podem-se oferecer os seguintes exemplos de discrepâncias desprezadas na análise: (1) “mãi”/ “mãe”; (2) “prescutar”/“perscrutar”.²² De certa maneira, vale ainda evidenciar, a ed. semidiplomática é um passo na direção da ed. crítica, “pois a interpretação do texto lhe confere esse caráter” (AZEVEDO FILHO, 2004, p. 39), e, na transcrição que se está a realizar, as notas explicativas de vocábulos e expressões já sinalizam o cumprimento de um tal papel.

²⁰ É importante explicar que a transcrição do exemplar de colação propriamente dito apresenta, a esta altura, um caráter próximo ao da diplomática, a “transcrição rigorosamente conservadora de todos os elementos presentes no modelo” (CAMBRAIA, 2005, p. 93), com apenas uma ressalva: não se indica a translineação.

²¹ Não propriamente um esteta, Gomes teve formação acadêmica permeada por alguns acidentes – reprovado no 2.º ano do liceu, cortaram-se “os votos e as aspirações da família que o queria médico e Joaquim ingressou na Escola Nacional de Agricultura de Coimbra” (RICCIARDI, 1999, p. 30). Essa formação alternativa pode estar na raiz do desenvolvimento de um sistema de pontuação mais propriamente instintivo que obediente à norma culta.

²² A referência empregada para avaliar o sistema ortográfico vigente foi um dicionário contemporâneo à 2.ª ed. de *Esteiros*: Figueiredo (1940), em sua 4.ª ed., “na ortografia oficial”.

Fator que se considera no ato da colação, pois que essencial à compreensão de não poucas das modificações impressas no testemunho da Europa-América, consiste no emprego de um expediente narrativo marcante na composição de *Esteiros*, aquilo que Maingueneau chamou de narrador-testemunha:

Essa “voz” inserida na ação, que não tem nem a neutralidade de um narrador anônimo, nem a feição desta ou daquela personagem, remete à figura do narrador-testemunha, o qual partilha o ponto de vista e a língua da coletividade evocada pelo romance, embora permaneça deslocado. (MAINGUENEAU, 1996, p. 125.)

O recurso em pauta acaba por se constituir, na pena de Gomes, por meio de uma linguagem que se aproxima da coloquialidade que se emprega na fala das personagens – especialmente, a dos garotos e a daquelas de baixa extração social –, sem que, entretantes, haja identidade entre a expressão de narrador e a de caracteres. A partir de alguns índices, aferem-se essas discrepâncias: (1) o tom lírico do narrador, traduzido no largo uso de “imagens”, recurso praticamente alheio à fala das personagens²³; (2) de outro lado, como fatores de aproximação, a pontuação norteada pela entonação (marca da oralidade) e o emprego de contrações que dinamizem a narração.

Diante dessas considerações, apresentam-se, a seguir, três modalidades de alterações realizadas no testemunho de *Esteiros* conforme apresentado na ed. das *Obras Completas* da Europa-América. À luz do cotejo entre passagens deste testemunho com o do exemplar de colação – os trechos se expõem aos pares –, são feitos comentários sobre as divergências, conjecturas sobre suas motivações e o que podem acarretar para a recepção do romance de Gomes.

2. Pontuação

Não há dúvidas de que o traço em que o texto da Europa-América se mostra mais interventivo, face ao exemplar de colação, é o da pontuação. Não apenas no que diz respeito a fins de padronização – como no caso da alternância de aspas e travessões –, ou na correção de erros patentes, como ocorre em relação a um passo em que um período está sem o ponto-final (GOMES, 1942, p. 31); também, e com notável recorrência,

²³ Para o conceito de “imagem” em *Esteiros*, cf. Bezerra (2011). Sobre o lirismo no mesmo romance, cf. Rodrigues (1979).

na quebra do ritmo de escrita da narração (em benefício de regras gramaticais) e, mesmo, de inserções que alteram o estatuto da expressão de falas e pensamentos das personagens. Acompanhem-se dois exs. deste último caso:

Emprego... – repetiu mudamente. (GOMES, 1942, p. 24.)

– Emprego... – repetiu mudamente. (GOMES, 1968, p. 23.)

Voltar... quando? – pensou o pequeno. (GOMES, 1942, p. 24.)

– Voltar... quando? – pensou o pequeno. (GOMES, 1968, p. 24.)

Mãe e filho – Madalena e João, vulgo Gaitinhas – conversam sobre a necessidade de o garoto sair da escola e encontrar um trabalho, haja vista a má condição de saúde da mulher, que padece de tuberculose. Madalena tenta fazer ver ao menino a precisão de ele sustentar a casa, para o que seria premente o desenvolvimento de alguma atividade remunerada. Numa e noutra passagens, com muita clareza, o texto de colação faz referência às reações de João no nível do pensamento, incapaz que é de se opor veementemente à defesa feita pela mãe. Na primeira, “repete mudamente”, ou seja, sem falar; na segunda, “pensa”. Ora, como padrão seguido em *Esteiros*, na ed. de 1942, travessões estão reservados à fala das personagens, não ao que pensam. Ao se inserirem os travessões na ed. de 1968 para indicar o que vai na mente das personagens, perde-se a nuança de pontuação que distingue a fala dos pensamentos, empobrecendo-se o discurso, pois que desprezando o critério de diferenciação empregado por Gomes.

Mais sutis, mas nem por isso menos arbitrárias, são as alterações feitas no uso de vírgulas, inseridas em larga escala no testemunho da Europa-América. Eis dois exemplos:

– Quando eu trabalhar com as máquinas... – E de tanto falar em máquinas, chamaram-lhe Maquineta. (GOMES, 1942, p. 27.)

– Quando eu trabalhar com as máquinas... – E, de tanto falar em máquinas, chamaram-lhe Maquineta. (GOMES, 1968, p. 25.)

Garoto da rua que se perdera das ruas e não chegara a ser homem, porque fugira dos homens. (GOMES, 1942, p. 74.)

Garoto da rua, que se perdera das ruas e não chegara a ser homem, porque fugira dos homens. (GOMES, 1968, p. 52.)

Na primeira passagem, explica-se o porquê da alcunha de Manuel-Maquineta (sua aspiração à vida de operário fabril); na segunda, o rito de passagem de Gineto, entre a infância e a vida adulta. Em ambos os

trechos, verifica-se, no testemunho da Europa-América, a inserção de vírgulas – após a conjunção aditiva “E” e após o substantivo “rua”, respectivamente. Antes de mais, vale ter em mente um fator que a ed. da Europa-América rejeita quase que completamente: “Soeiro costumava ler as páginas, que se iam acumulando em cima da mesa de trabalho, à Manuela [esposa do autor], para que ela apreciasse a musicalidade da frase” (RICCIARDI, 1999, p. 90). Se era prática de autores neorrealistas lerem suas produções – ainda em estado de ms. ou de ds. – a um público de operários ou agricultores para, antes de o texto ganhar a letra impressa, aferir-se a sua compreensibilidade²⁴, Gomes fez mais: pôs o texto de *Esteiros* à prova de sua mulher, musicista, para que julgasse o texto em sua faceta oral. Disso, com não muito dificuldade, é possível concluir-se que o norte empregado pelo romancista foi menos o da obediência à gramática normativa do que, propriamente, de aproximar o seu texto do tom da linguagem falada. Trata-se, é evidente, de uma solução literária, de representação, e desprezo desse traço pela ed. de 1968 desvirtua a narração. Pelas motivações expostas, tornar-se-ia dispensável o acréscimo da vírgula (gramaticalmente correta) na primeira passagem e, na segunda, ainda mais arbitrária, não haveria a necessidade de se transformar a oração adjetiva restritiva em explicativa – trata-se de intervenções que descaracterizam o texto de Gomes, incidindo, até mesmo, no significado possível do discurso.

3. *Socioletos*²⁵

Como sinalizado acima, a narração de *Esteiros* é construída com recurso à figura de narrador-testemunha, que, em certa medida, compartilha da voz da coletividade que povoa a diegese. No entanto, por meio de

²⁴ Saliente-se que essa prática tem o seu quê de utópica face aos respectivos fins. Conforme Losa, “Ao procurar escrever num registro linguístico acessível às camadas populares, o escritor teve de encarar o fato de que os modos de falar do povo são múltiplos, que um operário não fala nem necessariamente pensa como um camponês, ou que um camponês de uma determinada região não fala nem necessariamente pensa como o de outra.” (LOSA, 1999, p. 190) Independentemente do justo reparo, inquestionável é o fato de que essa variação linguística está no cerne do projeto neorrealista.

²⁵ Em seu *Dicionário de Linguística e Fonética*, Crystal (1988, p. 82) define: “Os dialetos que identificam uma pessoa em termos de uma escala social são chamados *dialetos sociais* ou *dialetos de classe*. Mais recentemente, o termo SOCIOLETO passou a ser usado. Algumas línguas são altamente estratificadas em termos de divisões sociais: de classe, *status* profissional, idade e sexo, sendo que surgem importantes diferenças no dialeto social.”

um discurso sofisticado por ser múltiplo, Gomes não promove uma expressão ficcional que todos nivele; antes, confere ao discurso uma espécie de oscilação tonal em que as personagens usam a língua em consonância com sua classe social, sua faixa etária, ou, mesmo, em variações diafásicas, quais sejam, as motivadas pelas situações que vivenciam. E o narrador bebe desse discurso comunitário, que, não sendo uno, permite uma variação na própria fala dessa instância ficcional. Dentre os expedientes empregados por Gomes na elaboração do romance, sem dúvida esse é um dos mais marcantes, pois que proporciona um plurilinguismo que com mais riqueza representa ficcionalmente a realidade portuguesa que se tem como cenário. A ed. de *Obras Completas* da Europa-América parece dar as costas a essa variação e, numa preocupação com a padronização do texto dentro de uma gramática tradicional, intervém muito recorrentemente nos enunciados das personagens e do narrador. Veja-se uma passagem:

A mãe abanou a cabeça, desolada. – E dinheiro pra livros e papel?... É preciso que compreendas. Eu estou muito doente. (GOMES, 1942, p. 24.)

A mãe abanou a cabeça, desolada. – E dinheiro para livros e papel?... É preciso que compreendas. Estou muito doente. (GOMES, 1968, p. 24.)

Madalena, mãe de João, apresenta ao garoto um conjunto de razões pelas quais já não tem como sustentá-lo na escola. A variante “pra”, posta na fala da personagem na ed. de 1942, tanto dá o tom da oralidade, quando, de certa forma, marca uma posição social, de mulher de pouca instrução a falar com o filho. A ed. de 1968 “corrige o erro”, usando “para” e apagando a distinção entre a expressão da personagem e, p. ex., a do narrador, que regularmente emprega a preposição grafada desta maneira. Note-se, entretantes, que, no testemunho da Europa-América, apenas na fala dos garotos a grafia “pra” – bem como as contrações em “prà” (“para a”) e em “prò” (“para o”) – permanece, conforme atesta o excerto a seguir:

Que indústria como aquela queria vento, é certo; mas sol também. – Vento pra enxugar e sol pra calcinar – sentenciavam os mestres. (GOMES, 1942, p. 13.)

Que indústria como aquela queria vento, é certo; mas sol também. Vento para enxugar e sol para calcinar – sentenciavam os mestres. (GOMES, 1968, p. 17.)

Logo à abertura do romance, o narrador encontra-se a caracterizar os telhais, a indústria-chave da região ficcionalizada em *Esteiros*. Numa espécie de fala coletiva/despersonalizada, tem-se o que dizem os mestres

de telhais sobre as condições climáticas que o seu produto exige. Afora a supressão do travessão que indica a expressão oral dos mestres (problema que já se analisou na seção anterior), a ed. da Europa-América substitui os dois “pra” do texto de 1942 por “para”. Ou seja, na visão do editor de 1968, apenas as crianças se expressam com a variante “pra”, o que não respeita a intenção de Gomes, que também a reserva para a fala dos adultos de baixa extração social que fazem parte da diegese.

Também na expressão do narrador, o testemunho da ed. de *Obras Completas* faz alterações com vistas à “correção” do texto da Sirius. Veja-se uma intervenção de tal cariz na passagem a seguir:

Veio até ali o apito dum comboio que passou ao longe, arrastando luzes, deixando trevas. (GOMES, 1942, p. 67.)

Veio até ali o apito de um comboio que passou ao longe, arrastando luzes, deixando trevas. (GOMES, 1968, p. 48.)

Nessa passagem, o narrador dá conta da experiência de Gineto, que, com o pai – Manuel do Bote –, vai a Lisboa a bordo do barco “Boa Sorte”; seguem, os dois, a trabalho. Note-se que a ed. de 1942 lança mão da contração da preposição com o artigo indefinido – “dum comboio”. A ed. da Europa-América não mantém o texto do testemunho da Sirius, substituindo a expressão por “de um comboio”; desfaz-se a contração. A seguir, apresenta-se outra passagem (com solução distinta por parte do editor da Europa-América) que talvez proporcione uma explicação – mas não uma justificativa – para a alteração em tela. Leia-se

– Ah! Malvado dum raio! – bradou a mulher, atrás dele. – Se te apanho... patife! (GOMES, 1942, p. 46.)

– Ah! malvado dum raio! – bradou a mulher, atrás dele. – Se te apanho... patife! (GOMES, 1942, p. 36.)

Está-se na feira. Guedelhas, um dos garotos da malta de Gineto e Gaitinhas, derruba uma banca de bolos para que os meninos pudessem pilhar os acepipes. A feirante, entre irada e desolada, imprecava contra o menino pelo mal que cometeu. Na lição da Sirius, tem-se “Malvado dum raio”, com a contração; desta feita, o testemunho da Europa-América respeita o intento do autor, mantendo a contração. Ora, que conjectura se pode fazer a partir dessa divergência? É que, para o editor de 1968, a contração de “de um” em “dum” assentaria bem na fala de uma feirante, mas não na do narrador. É mudança que acaba por lenificar o projeto englobante de Gomes, em que o narrador não é indivíduo alheio à fala do povo, antes, que dialoga com os populares, também porque como eles,

em não poucos passos, expressa-se.

Não é apenas no plano da alteração que vise ao respeito a normas gramaticais que a ed. da Europa-América se mostra interventiva, descaracterizando, assim, a proposta de Gomes. Como ex. de modificações de outra natureza, tem-se a integralidade das ocorrências da locução “enquanto que” (na ed. da Sirius), convertida na conjunção “enquanto” no testemunho veiculado na ed. das *Obras Completas*. Acompanhe-se um trecho:

Malesso obstinava-se, enquanto que o dono da máquina esfregava as mãos de contente. (GOMES, 1942, p. 39.)

Malesso obstinava-se, enquanto o dono da máquina esfregava as mãos de contente. (GOMES, 1968, p. 32.)

No contexto da feira, o garoto Malesso, já afetado pelo vinho consumido, tenta ser bem-sucedido na barraca das argolas. A todo custo, quer acender a luz que premia aqueles que acertam as argolas no sítio correto. Se a lição da ed. de 1942 enfatiza o contraste das situações – ao passo que o adolescente se mostrava obstinado, o feirante se revelava cobioso –, no testemunho da ed. de 1968, dá-se conta apenas da simultaneidade temporal dos comportamentos por meio do emprego de “enquanto”. Por, conforme já se disse, de todas as ocorrências de “enquanto que” ser suprimido o “que”, não se está diante de um erro causado por distração, e, sim, por uma intervenção sistemática e consciente no texto do autor de *Esteiros*, que, mais uma vez, descaracteriza-o em seu sentido.

4. Erros de sentido e erros inintencionais

Se as alterações anteriormente comentadas já estão num plano em que o sentido do texto de Gomes é, de certo modo, comprometido, esta seção apresenta intervenções que mais patentemente ainda mudam o discurso. Veja-se um exemplo:

Queria desferrar-se nos cinco dias festivos, sem os berros dos mestres e as pancadas do pai. (GOMES, 1942, p. 19.)

Queria desferrar-se nos cinco dias festivos, sem os berros do mestre e as pancadas do pai. (GOMES, 1968, p. 20.)

Após concluída a estação de labor nos telhais, Gineto recebe a fêria e anseia refestelar-se na feira, como meio de evasão. Se, no exemplar de colação, faz-se referência a “dos mestres”, na ed. da Europa-América, singulariza-se a construção – “do mestre”. Caso a modificação tenha re-

sultado de um (provável) procedimento voluntário – que reparasse um erro cometido pelo ficcionista –, parece ter dado as costas a passagem anterior do mesmo cap. de *Esteiros* (“1”), em que se lê:

Quantas vezes, em horas de revolta surda, [Gineto] pensara pagar com juros todas as injúrias do capataz e abandonar depois o trabalho. Já assim fizera em todos os telhais. Com sete anos, ia o pai levá-lo pelas orelhas até à eira.

– Mestre: tome-me conta deste fidalgo. (GOMES, 1942, p. 17-18.)

Ora, o narrador deixa muito claro que a experiência de Gineto não está circunscrita a um telhal. Desde os sete anos no trabalho remunerado, teve ensejo de vender o seu braço a diversos telhais, o que, naturalmente, implica servir diversos mestres – não apenas um, como quer a ed. de 1968.

Afora as intervenções que denotam um processo que se possa inferir consciente, caso asseverada a intencionalidade da alteração, detectaram-se, por meio da colação, impropriedades causadas involuntariamente. Vejam-se, em sequência, dois exemplos:

E o povo a passear desejos... E os feirantes a guardar esperanças... (GOMES, 1942, p. 35.)

E o povo a passear desejos... E os feirantes a aguardar esperanças... (GOMES, 1968, p. 30.)

Bem lhe apetecia dormir. Apagar a visão dos homens derreados ao jugo de não sabia quem, e do seu próprio corpo também. (GOMES, 1942, p. 66.)

Bem lhe apetecia dormir. Apagar a visão dos homens derreados ao jugo de não sabia quem, e também do seu próprio corpo. (GOMES, 1968, p. 48.)

No primeiro momento, tem-se a introdução do cap. “3” da parte intitulada “Outono”, em que é feita a descrição da feira. Por distração, o editor da Europa-América se equivoca e, em vez de “a guardar esperanças”, grafa “a aguardar esperanças”, num erro de adição, conforme a tipologia de Cambraia (2005, p. 81). A alteração gráfica resulta numa mudança considerável de sentido, com os feirantes deixando de ter consigo as esperanças (pois que as guardam) para por elas esperar (já que as aguardam). O segundo trecho, que diz respeito à faina de Gineto junto ao pai, traz um erro de alteração da ordem (mais uma vez, de acordo com a tipologia de Cambraia, 2005, p. 81): o advérbio “também”, que, na lição da Sirius, está no final do período, vai para o início da oração, logo após a conjunção “e”. Se, no primeiro par, a mudança acarretou um diferente sentido; no segundo, o erro parece repousar apenas na dimensão estilística.

Ainda que poucos, porque de caráter ilustrativo, os exemplos comentados das alterações promovidas pelo editor da Europa-América no texto de *Esteiros*, conforme apresentado nas *Obras Completas*, parecem dar uma imagem nítida do quanto as intervenções não autorais – conscientes ou não, sistemáticas ou circunstanciais – podem afastar o texto literário dos propósitos sustentados pelo escritor. Sendo efetivas todas as comprovações de que a ed. definitiva de *Esteiros* é mesmo a 2^a, de 1942, não deveria, o editor, senão segui-la em tudo aquilo que o romancista patenteou como se constituindo a sua vontade final acerca do texto. No entanto, como se vê, tal não aconteceu e, seja por imperícia, seja pelo emprego de critérios alheios ao projeto literário de Gomes, o que se tem, no testemunho da Europa-América, é um texto longe de se constituir como genuíno, nas mais diversas esferas, conforme se pode comprovar pela presente investigação.

Dentro do quadro elaborado, no presente artigo – parte, como se relevou, de um projeto mais amplo –, para além de se realizar um urgente exercício de crítica textual, acaba-se, além disso, por caracterizarem-se marcas do discurso do romance neorrealista português conforme trabalhadas em *Esteiros*. As idiossincrasias de uma expressão literária reconhecidamente calcada nos socioletos populares proporciona, ao romance, uma feição que rechaça o academicismo e o discurso de exceção que, à altura de sua publicação, davam o tom da produção ficcional lusitana. São esses traços individuais que, pelas ingerências operadas na ed. da Europa-América, vêm a se perder em considerável medida, para prejuízo do romance e, em consequência, da preservação da memória literária do autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO FILHO, L. A. de. *Base teórica de crítica textual*. Rio de Janeiro: H. P. Comunicação, 2004.

BEZERRA, A. C. *Esteiros no plano das obras coligadas de Soeiro Pereira Gomes: um estudo de dois casos*. In: CESTERO, A. M.; MOLINA, I.; PAREDES, F. (Orgs.). *Obras colectivas de humanidades: documentos para el XVI Congreso Internacional de la ALFAL*. Alcalá de Henares: ALFAL; Universidad de Alcalá, 2011, v. 28, p. 1-10.

CANDIDO, A. *Noções de análise histórico-literária*. São Paulo: Humanitas, 2005.

CRYSTAL, D. *Dicionário de linguística e fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

DIAS, L. A. C. Breve introdução a uma leitura da obra de Soeiro Pereira Gomes. In: GOMES, S. P. *Obra Completa*. Lisboa: Caminho, 1992, p. 7-15.

FIGUEIREDO, C. de. *Pequeno dicionário da língua portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Bertrand, 1940.

GOMES, S. P. *Esteiros*. 11. ed. Mem Martins: Europa-América, 1995.

_____. *Obras completas*. Lisboa: Europa-América, 1968.

_____. *Esteiros*. 2. ed. Lisboa: Sirius, 1942.

LOSA, M. L. Neorrealismo e populismo: a questão do destinatário. In: GRAÇA, J. (Dir.). *Encontro Neorrealismo: reflexões sobre um movimento, perspectivas para um museu*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1999, p. 181-194.

MAINGUENEAU, D. *Elementos de linguística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RICCIARDI, G. *Soeiro Pereira Gomes: uma biografia literária*. Lisboa: Caminho, 2000.

RODRIGUES, U. T. O real e o imaginário em esteiros de Soeiro Pereira Gomes. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 51, p. 25-34, set. 1979.

SANTOS, L. D. Na esteira da Liberdade. In: _____. (Org.). *Soeiro Pereira Gomes: na esteira da liberdade*. Vila Franca de Xira: Museu do Neorrealismo, 2009, p. 13-47.

**IDEIAS LINGÜÍSTICAS PRESENTES
NA PRODUÇÃO DIDÁTICA DE DINO PRETI²⁶**

Gil Negreiros (UNINCOR)
gilrobertonegreiros@yahoo.com.br

RESUMO

O tema deste trabalho se refere às ideias linguísticas de Dino Preti presentes em sua produção didática, para alunos do ensino fundamental. Neste artigo, que faz parte de um trabalho maior, pretendemos demonstrar que, mesmo ainda com forte tendência gramatical, as produções didáticas de Preti apresentam concepções inovadoras para a época, que fazem com que esses instrumentos didáticos tenham caráter quase que inédito, em consonância com os problemas que o ensino da língua materna começava a enfrentar no contexto escolar brasileiro. Teoricamente, a pesquisa se apoia em pressupostos da Historiografia Epistemológica, na modalidade adotada por Auroux (2006) e Puech (2006). Há um interesse, a partir desse quadro teórico, nas ligações causais do objeto investigado com outros que lhe são relacionados, a partir de cinco parâmetros (sistema de objetos, parâmetro temporal, parâmetro espacial, sistema de parametragem externo e sistema de interpretantes). Segue-se, no processo de pesquisa, o Método Fenomenológico, a partir de seus quatro momentos metodológicos, a saber: imersão, discriminação, atribuição e síntese.

Palavras-chave: Dino Preti. Didática. Ensino. Língua materna. Parâmetro

1. Introdução

A escola brasileira, nas últimas cinco décadas, talvez influenciada pelo ingresso de alunos de diferentes níveis socioculturais, até então afastados do processo de ensino, viu-se no meio de um dilema: como ensinar língua portuguesa, de modo eficaz, para falantes de diferentes modalidades dessa mesma língua? Diante desse impasse (e em conjunto com outros problemas de ordem administrativa, como o excesso de aulas que os professores foram obrigados a lecionar), a adoção de livros didáticos nas aulas tornou-se, mais do que apenas um recurso, mas também uma necessidade. Nas aulas de língua portuguesa especificamente, os livros didáticos, aqui considerados como “instrumentos linguísticos”, tornavam-se alternativa para novas estratégias didáticas, para a aplicação de atividades que, já prontas na publicação, não necessitavam de muito tempo

²⁶ Este artigo faz parte de uma pesquisa maior, financiada pelo CNPq e desenvolvida na FFLCH-USP. Este artigo é uma adaptação de nossa apresentação no encontro da ALFAL 2011, realizado em Alcalá de Henares.

para serem planejadas.

Nesse contexto, chama a atenção o conjunto de publicações do Prof. Dino Preti, sociolinguista brasileiro e pesquisador da Universidade de São Paulo. A coleção, voltada para o ensino regular seriado (de 5ª a 8ª séries), foi formada pelo livro *Aprendendo Português...* e pelo caderno de exercícios *Vamos trabalhar*, “instrumentos linguísticos” publicados na primeira metade da década de 1970.

Nosso objetivo, neste artigo, é analisar as ideias linguísticas presentes nesses livros didáticos de Dino Preti, importante autor para o ensino de língua portuguesa no Brasil. Muitas das mudanças ocorridas no cenário do ensino de língua portuguesa nas últimas décadas – como a valorização do oral, a percepção e uma visão mais depurada dos usos linguísticos dos diversos grupos sociais (por exemplo, as *gírias* e *palavras obscenas*), o estudo das marcas orais e sociolinguísticas presentes na configuração de diálogos literários –, têm, na obra de Preti, sustentação teórica e metodológica.

Além disso, esta pesquisa se justifica também pelo fato de ser ainda tímida a produção de trabalhos científicos sobre as ideias linguísticas de autores brasileiros, como também são escassas as pesquisas que buscam interpretar o percurso de certos temas, como os relativos à Análise da Conversação e à Sociolinguística, no âmbito do pensamento linguístico brasileiro.

Nossos *corpora*, neste trabalho, são formados por um exemplar de *Aprendendo Português...* e um de *Vamos trabalhar*, respectivamente de 8ª e 7ª série. Teoricamente, a pesquisa se apoia em pressupostos da Historiografia Epistemológica, na modalidade adotada por Auroux (2006) e Puech (2006). Há um interesse, a partir desse quadro teórico, nas ligações causais do objeto investigado com outros que lhe são relacionados, a partir de cinco parâmetros (sistema de objetos, parâmetro temporal, parâmetro espacial, sistema de parametragem externo e sistema de interpretantes). Segue-se, no processo de pesquisa, o Método Fenomenológico, a partir de seus quatro momentos metodológicos, a saber: imersão, discriminação, atribuição e síntese.

2. Os “instrumentos linguísticos”

Os “instrumentos linguísticos” aqui analisados, como já dissemos, são compostos pelo livro *Aprendendo Português...* (para 8ª série) e pelo

caderno de exercícios *Vamos Trabalhar!* (para 7ª série). No primeiro, que pode ser considerado um “instrumento linguístico teórico”, são observadas 16 (dezesesseis) unidades. São partes fixas em todas elas:

- a) Texto inicial, quase sempre literário, seguido de biografia do autor.
- b) Revisão gramatical (de temas tratados nas séries anteriores), com uma gama de exemplos baseados no texto que inicia a unidade.
- c) Nova lição gramatical, com assuntos ainda não tratados, específicos da série do livro.

Além dessas partes, comuns em todas as dezesseis divisões, há, em algumas unidades, as seguintes propostas de discussão:

d) Redação, com apresentação de aspectos estruturais e teóricos sobre a concepção de diferentes textos escritos (no livro em análise, o autor apresenta as seguintes temáticas: espécies de redação – narração, descrição e dissertação –, comentários e críticas, requerimento e carta comercial).

e) Língua falada e escrita: item em que são destacados a pontuação, a acentuação, a ortografia, os verbos impessoais, os superlativos, o apóstrofo, o uso de maiúsculas, as orações coordenadas e as subordinadas. Além desses aspectos, muito voltados para o texto escrito e para as concepções gramaticais, há uma proposta de jogral, considerada pelo autor como trabalho com oralidade. Também há que se destacar a unidade 8, em que há a apresentação da temática da gíria. O autor assim o diz:

Empregada com moderação, nos momentos adequados, a gíria é um excelente recurso da linguagem oral, mas, cuidado: há situações em que a linguagem gírica²⁷ se torna ridícula e inadequada e deve ser evitada. Por exemplo, num contexto mais formal, num debate mais sério, numa exposição oral escolar, num texto escrito, etc. (PRETI, 1976A, p. 69)

- a) A linguagem poética: ocorre em apenas uma unidade do *corpus*, com conceitos de poema, verso, estrofe, rima e ritmo.
- b) A linguagem real e figurada: destaque apenas para as figuras de linguagem.
- c) Iniciação artística: com apresentação de “escolas literárias”.

²⁷ O autor, hoje, não emprega mais em seus trabalhos expressões como “gírica” e “gírico”, optando por adotar os adjetivos “gíria” e “gírio”.

3. Ideias linguísticas presentes na produção didática de Dino Preti

Se analisado individualmente, sem o complemento *Vamos trabalhar!*, o instrumento linguístico *Aprendendo Português...* poderia ser considerado como um material quase que completamente voltado para o ensino normativo-gramatical. Excetuando pouquíssimas intervenções advindas de uma “nova Linguística” (como a observação sobre gírias), o material, considerado como o principal da coleção, apoia-se em horizontes de retrospectão de cunho gramatical-normativo e em aspectos literários.

Alguns parâmetros podem esclarecer essa influência:

1º) A própria posição da editora, que quase sempre segue a tendência do público. No caso brasileiro, sem buscar uma pseudoanálise de cunho teleológico, basta lembrarmos o recente caso do livro *Por uma Vida Melhor* (tripudiado por parte da mídia por apresentar algumas linhas que se referem às modalidades culta e popular da língua) para termos uma ideia de como a sociedade ainda é marcada por concepções ideológicas voltadas para o bom uso da língua e para a adoção da norma culta como única representante da língua portuguesa.

2º) A formação “clássica” de Preti, que, antes de desenvolver seu trabalho como autor de livro didático, fez seu mestrado com a pesquisa em literatura portuguesa sobre Camões, além de ter se doutorado com pesquisa sobre níveis da fala em textos da literatura brasileira. Isso demonstra o elo do pesquisador com a formação literária, que o acompanhou durante quase toda a sua trajetória acadêmica.

Todos esses parâmetros (parâmetro temporal; parâmetro espacial; “parametragem externa”, que liga o sistema de objetos ao contexto, no caso, a aplicação de conceitos gramaticais, ainda muito presos a exemplos literários, mesmo em textos do movimento modernista brasileiro) são indícios inequívocos de uma influência ainda muito forte da gramática normativa e do ensino clássico no livro-texto de Preti.

Contudo, se tomarmos como base o caderno de exercícios complementar, intitulado *Vamos trabalhar!*, podemos observar um outro caminho tomado. Esse outro “instrumento linguístico”, até pelo seu caráter mais prático e de aplicação, complementa o primeiro livro e traz concepções novas para a época, advindas, sobretudo, da Sociolinguística Variacionista, em claro contraponto com o livro *Aprendendo Português...*

Nesse caderno de exercícios, há atividades de gramática normati-

va e de produção “tradicional” de textos, em consonância com os conteúdos apresentados no livro teórico. Todavia, *Vamos trabalhar!* traz em sua proposta novas abordagens, como propostas de trabalho com a oralidade. Lê-se aqui uma “oralidade” com fortes marcas sociolinguísticas, marcada, sobretudo, pela Teoria da Variação:

O interesse pela linguagem oral [...] reflete-se igualmente na escolha de textos de leitura e interpretação, com frequentes e sugestivas incursões pelos níveis mais populares da língua, possibilitando uma constante identificação com o aluno, nos tipos e na *fala*. (PRETI, 1976b, s/p)

Parece-nos que essa tendência rege grande parte das propostas, até mesmo algumas próximas de atividades gramaticais. O trabalho com textos literários também é baseado, constantemente, na Teoria Variacionista de cunho laboviano, conforme podemos observar no trecho a seguir, retirado do manual do professor, publicado nas primeiras páginas do caderno de atividades:

Note-se que os próprios textos escolhidos demonstram a variedade dos *níveis linguísticos*, que decorrem, conforme se sabe, de diversos fatores, como, por exemplo, a cultura, a idade, o sexo, a profissão do falante, bem como da intimidade que o liga ao ouvinte, ou mesmo do próprio contexto em que a fala ocorre, ou até do tema tratado. (PRETI, 1976b, s/p)

Primeiramente, chama atenção a preocupação do autor em demonstrar, para o aluno, a “variedade dos *níveis linguísticos* (expressão usada no mesmo sentido de *níveis sociolinguísticos*, ou *níveis de fala*). Trata-se de uma ideia básica advinda dos primeiros autores de cunho sociolinguístico, como o francês Cohen, seguidor de Meillet e um dos precursores dos estudos que envolvem língua e sociedade e, principalmente, como o linguista norte-americano Gleason, da escola sociolinguística variacionista laboviana. Esses autores foram estudados por Preti na ocasião de suas pesquisas de doutoramento, que deram origem ao trabalho *Sociolinguística: os níveis da fala*. A título de exemplo, citamos Gleason, que, em seu livro *Introducción a la Lingüística Descriptiva*, publicado na década de 1960 nos Estados Unidos, afirma sobre a importância de valorizar os níveis de fala:

Provavelmente nenhum outro aspecto da linguística apresenta uma atração popular tão grande na América. É de lamentar que o público não esteja bem informado em geral sobre a maioria desses aspectos. O que é necessário é uma atitude mais inteligente e apreciativa dos dialetos, níveis de fala e características da fala individual. (GLEASON, 1970, p. 564)

Também é possível perceber que Preti valoriza o aspecto sociointeracional da linguagem, ao se referir ao grau de intimidade entre falantes

e à questão do contexto de fala. Assim, considera a linguagem como expressão característica do comportamento e da posição social do usuário, vindo ao encontro das concepções de Labov, que postula sobre a heterogeneidade linguística:

A existência de variação e de estruturas heterogêneas nas comunidades de fala investigadas está de fato provada. É da existência de qualquer outro tipo de comunidade que se pode duvidar [...] a heterogeneidade não é apenas comum, é também o resultado natural de fatores linguísticos básicos. Alegamos que é a ausência de registro e de sistemas multiestratificados de comunicação que seria disfuncional. (LABOV, 1972, p. 238-9)

Além de ser explícita, no manual do professor, a influência laboviana, várias atividades direcionadas aos alunos são marcadas pelas mesmas ideias, o que demonstra a influência da Sociolinguística Variacionista na produção dos instrumentos linguísticos:

Anotar expressões típicas, humorísticas, gíria peculiar das irradiações de futebol. Procurar depois explicá-las com uma linguagem mais culta. *Mostrar a expressividade de certas expressões, absolutamente intraduzíveis numa linguagem mais elevada.* (PRETI, 1976b, p. 5)

Escreva novamente os diálogos: mudando o tratamento você para o *senhor / a senhora.* (PRETI, 1976b, p. 30)

Oportuno observar, nesses excertos, a preocupação do autor com a seleção de textos que apresentem recursos linguísticos heterogêneos até na valorização da expressividade do vocábulo gírio, algo que, até nos dias de hoje, pode-se tornar um problema para certos setores de nossa sociedade.

Por sua vez, em outras atividades orais, além das questões dos *níveis de fala* (ou *níveis sociolinguísticos*), há uma preocupação com uma formação linguística voltada para a interação, algo que já aponta para um horizonte de prospecção futuro do autor, que é a aproximação com a Análise da Conversação. Observemos algumas propostas de atividades:

Este trabalho [seminários em sala de aula] deve servir, principalmente, para a desinibição do aluno, procurando o professor respeitar os *níveis de fala* de cada um, limitando-se a sugerir melhores formas de dizer, sintetizando conceitos, esclarecendo outros. (PRETI, 1976b, s/p)

Como e quando foram construídos dois dos maiores estádios brasileiros de futebol? Quais suas características? Procurem dados informativos em bibliotecas, enciclopédias etc. Depois, *organizem uma exposição oral* para a classe. (PRETI, 1976b, p. 18)

Contudo, há que se destacar que, na época, a proposta apresentada por Preti está vinculada estritamente à Sociolinguística Variacionista. No

caso específico do trecho anterior, o destaque é dado especificamente aos fatores sociofuncionais do ato de fala específico de uma apresentação em público.

Também os enunciados das questões apresentam outra característica destacável, que é a proximidade entre autor e leitor. Esse fato é explicitado pelo autor no manual de orientação do professor, publicado no início de *Vamos trabalhar!*:

Aprendendo Português... [...] é toda apresentada num estilo bem próximo dos níveis orais da linguagem [...]. (PRETI, 1976b, s/p)

[...] são frequentes as construções típicas de um suposto autor / leitor. (PRETI, 1976b, s/p)

Esse comportamento interativo não é apenas comum nos textos dirigidos aos professores. Da mesma forma, ocorre também em enunciados de exercícios direcionados aos alunos:

Indicamos a você a frase no singular. Você passará seus substantivos e adjetivos para o plural. (1976b, p. 32)

Se você tem dúvida quanto à organização desse debate com o grupo, veja mais adiante, na lição 6 [...], como fazê-lo (1976b, p. 25).

A partir dessas observações, é possível afirmar que Preti percorreu um duplo caminho na consolidação das ideias que perpassam nosso *corpora*.

De um lado, há uma preocupação com norma linguística, baseada nos princípios da gramática, fato que explica a presença marcante de exercícios gramaticais na proposta didática de Preti, baseados quase sempre em textos literários. O próprio autor afirma, em determinado trecho do Manual do Professor, publicado no caderno de exercícios, que o texto escrito deve ser aprendido pela / na gramática. Para Preti, a fala é que é aprendida sem a gramática, pela “repetição das estruturas linguísticas”, em quase que explícita referência à teoria do signo:

Afirma-se, um tanto afoitamente, que a língua não se aprende pela gramática. E atribui-se tal opinião aos linguistas modernos (sem dizer quem foi que disse...). Trata-se, sem dúvida, de um conceito apressado e, de certa forma, leviano. Como já dissemos anteriormente, a Linguística tem demonstrado que a fala não se aprende através da gramática, mas sim pela repetição pura e simples das estruturas linguísticas. Isto é, vemos um objeto, ouvimos o signo a ele correspondente (significante sonoro + significado) e guardamos em nosso repertório. (PRETI, 1976b, s/p)

Tal ideia de representar o real por um signo e de compreender o

signo como representante do real, estabelecendo relações de significação entre “uma coisa e algo”, é aproveitada pelo autor, de maneira mais explícita, em sua tese de doutorado. Trata-se de uma influência direta de Benveniste, citado de forma enfática por Preti em *Sociolinguística: os níveis da fala*. No manual do professor do caderno de exercícios, essa influência é também notada, mesmo que de maneira mais disfarçada.

Por outro lado, alguns outros parâmetros explicam o segundo caminho de Preti na obra, marcado pela presença de atividades que visavam a um trabalho com a variação linguística:

1) A própria formação de Preti, que atuava na Escola de Comunicação e Artes da USP, e seu contato com autores da Linguística sociológica francesa, como Meillet e Vendryes, além de influências de Bally, principalmente no que se refere ao conceito de *meio* social de produção linguística. Fundamental também é o contato de Preti com os autores da Sociolinguística Variacionista de linha americana, principalmente Bright, Fishman, Dell Hymes e Labov, que surgia com força na época.

2) A adoção de referenciais teóricos influenciadores de suas ideias, como as seguintes obras, indicadas como sugestões de leitura para os professores, no caderno de exercícios *Vamos Trabalhar*:

a) *El language y la vida*, de Charles Bally, obra publicada pela primeira vez em 1913 na França. Importante frisar que o pensamento de Bally, segundo Paveau e Sarvati, aproxima-se das pesquisas de cunho sociolinguístico mais contemporâneas. Segundo os autores, há afinidades entre as ideias de Bally e certos desenvolvimentos das pesquisas anglo-saxãs. Dizem os autores: “A caracterização da “língua falada”, com sua crescente abertura para as coerções socioculturais problematiza, antes da sociolinguística norte-americana [...], o estatuto das variações discursivas [...]”. (PAVEAU E SAVATI, 2007, p. 99)

b) A obra *Sociolinguística*, do sociolinguista variacionista norte-americano Joshua Fishman, pesquisador de escola laboviana e um dos fundadores do movimento sociolinguista nos EUA.

c) A obra *Teoria da Linguagem*, de Herculano de Carvalho. São as ideias linguísticas de Herculano de Carvalho que, a nosso ver, levam Preti à proposta de que uma formação linguística eficaz é aquela apoiada nas normas e nos usos. E isso explicaria, em partes, a organização de sua

obra didática aqui analisada. Nas palavras do próprio Preti, veem-se as ideias de Herculano:

A verdade é que somente pelo conhecimento das normas gramaticais, das variações do repertório linguístico, dos vários comportamentos possíveis dentro dele, da comparação das estruturas, da análise da frase, enfim da reflexão sobre a língua, é que podemos chegar ao que os linguistas chamam de saber linguístico. (PRETI, 1976b, s/p)

Dessa forma, a obra de Preti foi, para seu tempo, muito importante na produção bibliográfico-didática brasileira. A adoção de ideias sociolinguísticas no ensino de língua portuguesa, mais do que trazer apenas exemplos a serem normatizados, tinha como objetivo completar uma lacuna na aprendizagem linguística, no sentido de buscar uma reflexão mais completa sobre a linguagem, tanto no âmbito da norma quanto dos usos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUROUX, S. Les méthodes d'historicisation. *Histoire, Epistemologie, Langage*. Université Paris VII, tome XXVIII, fasc. 1, p. 105-16, 2006.

GLEASON JR, H. A. *Introducción a la lingüística descriptiva*. Madrid: Gredos, 1970.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

PAVEAU E SAVATI. *As grandes teorias da linguística*. São Carlos: Claraluz, 2007.

PRETI, D. *Sociolinguística: os níveis da fala*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nacional, 1974.

_____. *Aprendendo português... lições de língua, comunicação e expressão*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 8ª série, 1976.

PUECH, C. Pour une histoire de la linguistique dans l'histoire de la Linguistique? In: *Histoire, Epistemologie, Langage*. Université Paris VII, tome XXVIII, fasc. 1, p. 9-24, 2006.

**ITINERÁRIO DE EGÉRIA
OU PEREGRINAÇÃO DE ETÉRIA:
PONTOS DE UMA EDIÇÃO CRÍTICA²⁸**

Maria Cristina Martins (UFRGS)
cristinamartins46@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem por objetivo mostrar alguns aspectos que fazem parte de uma edição crítica bilíngue (latim-português) da obra “Peregrinação de Etéria”, também conhecida como “Itinerário de Egéria”. Notadamente, procuramos mostrar os diferentes tipos de notas que fazem parte da nossa edição, ou seja, notas de crítica textual e histórico-literárias, de acordo com a tradição da edótica.

Palavras-chave: Edição Crítica. Peregrinação de Etéria. Itinerário de Egéria.

1. Introdução

O presente artigo advém do trabalho de tradução que culminará na edição crítica bilíngue – latim-português – da obra “Peregrinação de Etéria”, também conhecida como “Itinerário de Egéria”. Esse texto é uma das mais antigas narrativas de viagem aos Lugares Santos da Palestina, que teria se realizado entre 381-384, pelo que nos revelam as pesquisas, já que o documento nos chegou incompleto: faltam-lhe o começo, o fim e duas folhas internas. O texto não apresenta, igualmente, nome da autora, a data da viagem e de onde a autora partiu. Tudo isso nos foi revelado através da tradição indireta. Desde a sua descoberta pelo filólogo italiano Gamurrini, em 1884, no mosteiro de Monte Cassino, na Itália, a obra tem sido muito estudada, pois é uma das fontes para o entendimento das transformações do latim, que, lentamente, através de séculos, deram origem às línguas românicas. Além disso, por descrever com detalhes os lugares por onde Jesus Cristo passou, bem como as principais personagens e episódios do Antigo Testamento, e de documentar alguns ofícios religiosos realizados naquela época em Jerusalém, também é um documento histórico, religioso e litúrgico.

Na nossa edição crítica, procuramos inserir o que há de essencial

²⁸ Agradeço à CAPES pela bolsa de pós-doutoramento concedida (nº 1250-10-8) para a realização de uma parte desta edição crítica, na Universidade de Paris IV (2010-2011).

nas edições críticas anteriores e na bibliografia especializada, material por nós coletado em uma das etapas do trabalho filológico de crítica textual: a *recensio*. Além da tradução, feita em justaposição ao texto latino, há inúmeras notas que fazem parte da nossa edição, as quais surgiram a partir de aspectos levantados na tradução. Algumas esclarecem a escolha de determinada tradução; outras dão informações complementares sobre certa situação histórica ou geográfica, permitindo ao leitor o entendimento mais preciso do contexto; outras, ainda, contêm informações de caráter filológico-lexical e gramatical. As notas de caráter filológico-lexical são necessárias porque certas palavras não podem ser traduzidas diretamente pelas palavras que delas derivam, por evolução fonética. As notas de caráter gramatical comentam partes da gramática, esclarecendo a sintaxe, a fonética, a morfologia, a semântica ou algum uso lexical quando forem peculiares ao texto, sempre tomando como parâmetros de comparação o latim clássico, de um lado, e as línguas românicas, de outro. Por fim, há notas de crítica textual que mostram as divergências na interpretação de certos itens lexicais pelos editores-filólogos e as lições por eles propostas, além do nosso julgamento a respeito de tais divergências, provenientes do confronto das edições críticas com o manuscrito único apócrifo, copiado na escritura beneventana, no século XI.

O trabalho de reconstrução de um texto, total ou parcialmente, assim como a determinação e esclarecimento dos aspectos relevantes do mesmo, é a meta de uma edição crítica. Esta se estende da crítica textual, cujo objeto é o próprio texto, até as questões históricas e literárias. De acordo com Lachmann (1793-1851), a quem devemos a ciência da crítica textual, este método envolve os seguintes passos: *recensio* "recensão", *collatio codicum* "comparação dos códices", *originem detegere* "estemática ou genealogia dos manuscritos" e *emendatio* "correção". Na crítica histórico-literária, ele reconhece os seguintes passos: autenticidade (autoria), datação, fontes, circunstâncias, sorte, unidade e integridade, linguagem do texto, avaliação crítica e exegese. Na edição crítica que desenvolvemos, há notas de rodapé que mostram a variação entre os editores sobre um ponto específico. Além disso, há notas sobre diversos aspectos da língua latina que aparecem no texto, quer dizer, sobre todos os aspectos da gramática que podemos relacionar com as línguas românicas, cujo gérmen de formação já pode ser visto na *Peregrinatio*, embora ainda estejam longe de seu aparecimento.

Prendemos, através da nossa contribuição com a realização de uma nova edição em língua portuguesa, dar um passo além das edições

críticas existentes, sem, no entanto, estabelecer uma concorrência, uma vez que o trabalho que propomos é diferente do que já existe, mesmo em edições de crítica estrangeiras.

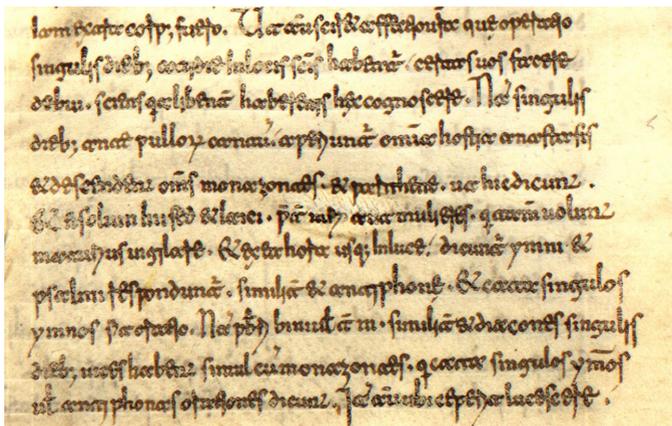
2. As passagens do texto

Sobre a passagem 24, 1-3 abaixo, separada em duas partes, estabelecemos alguns comentários, com as palavras analisadas grafadas em negrito. Mostramos também o texto na escrita beneventana do manuscrito.

2.1. Primeira parte da passagem (Capítulo 24, parágrafos 1-2)

(23, 10 *Iam extra corpus fuero*) 24, 1-2

*Ut autem sciret affectio uestra, quae operatio singulis diebus cotidie in locis sanctis habeatur, certas uos facere debui, sciens quia libenter haberetis haec cognoscere. Nam singulis diebus ante pullorum cantum aperiuntur omnia **hostia Anastasis** et descendant omnes **monazontes et parthene**, ut hic dicunt, et non solum hii, sed et laici **preter**, viri aut mulieres, qui tamen uolunt maturius uigilare. Et ex ea hora usque in luce dicuntur ymni et psalmi respondentur, similiter et antiphonae: et cata singulos ymnos fit oratio. Nam presbyteri **bini uel terni**, similiter et **diacones**, singulis diebus uices habent simul cum monazontes, qui cata singulos ymnos uel antiphonas orationes dicunt. 2. *Iam autem ubi ceperit lucescere (...)**



Tradução:

Para que de fato Vossa Afeição soubesse que ofícios são realizados nos

lugares santos em cada dia, julguei que deveria vos tornar conhecedoras, sabendo que vós teríeis prazer em conhecê-los. De fato, em cada um dos dias, antes do canto dos galos abrem-se todas as entradas da anástase e descem todos os *monazontes* e *parthenae*, como aqui dizem, não só esses, mas também, além disso, homens e mulheres, que, contudo, querem fazer vigília mais cedo. Dessa hora até o amanhecer, dizem-se hinos e respondem-se salmos, semelhantemente antifonas, e uma oração se faz em cada um dos hinos. Com efeito, os presbíteros, de dois em dois, ou de três em três, e do mesmo modo também os diáconos, têm alternância a cada dia, os quais, juntamente com os monazontes, a cada um dos hinos ou antifonas, dizem orações. Como já começa a amanhecer...

2.1.1. Algumas notas sobre a passagem

2.1.1.1. Hostia

Hostia, tal como está escrito, parece ser a palavra latina que se traduz como “vítima” ou “sacrifício”. Na verdade, trata-se aqui do plural de *ostium* “entrada” ou “porta”, escrito com “h”, num sinal de hipercorreção da autora (ou do copista). Há outras ocorrências desse tipo no texto, tais como *heremi*, plural de *eremus* – deserto. A autora constantemente confunde o uso ou não uso do *h*, o que mostra que este não era mais aspirado em sua época. Inversamente, escreve *abitationes*, por *habitationes*, cuja grafia sem *h* atesta igualmente a perda de sua aspiração, fenômeno que afetou toda a România.

2.1.1.2. Monazontes e parthenae

Monazontes é um empréstimo do grego (*μονάζοντες*), assim como *parthenae* (*παρθένοι*) e *monachus* (*μοναχός*). Além desta ocorrência em 24,1 -, ocorre também em 24,12; 25,2; 25,6; 25,7 referindo-se aos monges de Jerusalém. Em 25, 12 refere-se aos monges de Belém e em 49, 1 aos da Mesopotâmia, Síria, Egito e Tebaida. Não se vê diferença entre *monazontes* e *monachi*, embora aquele se empregue apenas na segunda parte da obra. Essas duas palavras se empregam não só para designar aqueles que vivem na solidão, mas também aqueles que abraçaram uma vida em comum. Na descrição da autora, os monges habitam isoladamente em uma célula no *monasterium*, nos arredores de uma igreja ou de um santuário, cf. 3,4; 4,6; 7,7; 10,9. *Monazontes* pode indicar os dois sexos, enquanto *parthenae*, escrito no texto sem o ditongo- *parthene* (*virgens*) - emprega-se só para designar o sexo feminino.

2.1.1.3. Anastasis

O termo *Anastasis* aparece 97 vezes no texto e é a transcrição do grego \square νάστασις, que corresponde a uma gruta circular, com uma majestosa cúpula cobrindo o túmulo de Cristo. Gamurrini (1887, p. 76, nota 4) diz que se trata da Igreja da Ressurreição ou Igreja do Santo Sepulcro, construída por Constantino em memória de sua mãe, Santa Helena.

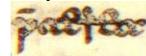
2.1.1.4. Praeter

No manuscrito, essa palavra está escrita na forma abreviada da escritura beneventana:

, em que  é *prae* e  é *ter*.

Os editores-filólogos, fazendo uso da *emendatio*, que é a última etapa da crítica textual, definida como «o conjunto das operações que visam a corrigir e reconstruir o texto», propuseram várias correções a essa palavra. É por isso que temos em Gamurrini (1887) *preterea*, Gamurrini (1888) *praeterea*, Pomialovsky *praeterea*.

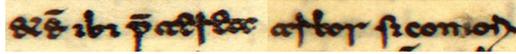
A modificação de *praeter* por *praeterea* foi proposta graças ao uso adverbial de *praeter*. Todavia, não cremos que essa modificação seja necessária. Notamos que várias preposições latinas vieram de advérbios, de sorte que elas puderam naturalmente conservar seu emprego antigo.

Na *Peregrinatio*, encontramos outro exemplo do uso dessa abreviatura em *libenter*  e *praeterea* . No que diz respeito à transcrição de *praeter* e *praeterea*, nas edições críticas consultadas, há uma flutuação entre *preter-praeter* e *preterea-praeterea*, enquanto que, no manuscrito, todas as ocorrências de *praeter* e *praeterea* estão escritas com uma única letra -  -, que significa *prae*.

Seguem-se abaixo alguns exemplos extraídos do manuscrito e sua transcrição nas edições de Gamurrini (1887 e 1888), Heraeus, Prinz, Geyer, Franceschini-Weber, Maraval e Arce:

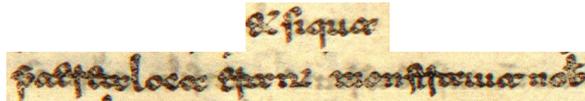
d.1) 8,3:

Et est ibi praeterea arbor sicomori (...) (GAMURRINI, 1887 e 1888) *praeterea*, Geyer *praeterea*, Heraeus *praeterea*, Franceschini-Weber *preterea*, Prinz *praeterea*, Arce *preterea*, Maraval *preterea*).



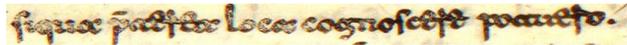
d.2) 19,18:

(...) et si qua praeterea loca erant, monstravit nobis (sc. sanctus episcopus). (GAMURRINI, 1887) *praeterea*, Gamurrini (1888) *praeterea*, Geyer *praeterea*, Heraeus *praeterea*, Franceschini-Weber *preterea*, Prinz *praeterea*, Arce *preterea*, Maraval *preterea*).



d.3) 23,10:

si qua praeterea loca cognoscere potuero (GAMURRINI, 1887) *praeterea*, Gamurrini (1888) *praeterea*, Geyer *praeterea*, Heraeus *praeterea*, Franceschini-Weber *preterea*, Prinz *praeterea*, Arce *preterea*, Maraval *preterea*).



2.1.1.5. Bini uel terni

Bini e *terni* são numerais distributivos em latim, que respondem à pergunta «quantos de cada vez?». Egéria os usa em abundância, especialmente *singulis-a-um*. Os numerais distributivos certamente não pertencem à língua falada, basta verificarmos sua ausência nas línguas românicas. O emprego desses numerais, como muitos outros usos no relato de Egéria, dão ao texto um caráter perfeitamente revelador de seu conhecimento do latim clássico, embora seus contornos mais populares e seus enganos sejam também muito importantes, na medida em que revelam certos fatos que ela não poderia evitar, em particular na sintaxe, que é tipicamente românica. Nas edições críticas consultadas, os editores escolheram traduzir os numerais distributivos pelos cardinais *dois* e *três*. Assim, por exemplo, temos em Arce *dos o tres presbíteros*, em Maraval *deux ou trois prêtres*. Todavia, num esforço de dar uma tradução que seja mais próxima ao latim, poderíamos dizer *de dois em dois* e *de três em três*, pois dessa maneira se guardaria a simultaneidade da substituição dos padres.

2.1.1.6. Diacones

A palavra *diaconus* vem do grego *διάκονος* e significa ‘assistente’, ‘alguém que serve à mesa’ (Jo. 2,5,9). Os cristãos escolhidos pelos apóstolos para servir os pobres da Igreja de Jerusalém (At 6,1-7) foram chamados «diáconos». Logo após, esses diáconos começaram a se dedicar à pregação do evangelho, sendo auxiliares dos bispos junto às jovens comunidades cristãs. Do ponto de vista morfológico, Egéria alterna a declinação dessa palavra entre a segunda e a terceira declinação. Na passagem 24,1 e em 10,3 *faciens iter cum presbytero et diaconibus* a palavra segue a flexão da terceira declinação. Ao contrário, nas passagens 24,6 *Et at ubi diaconus perdixerit omnia quae dicere habeat* e 24,5 *Et diacono dicente* (...) a flexão pertence à segunda declinação.

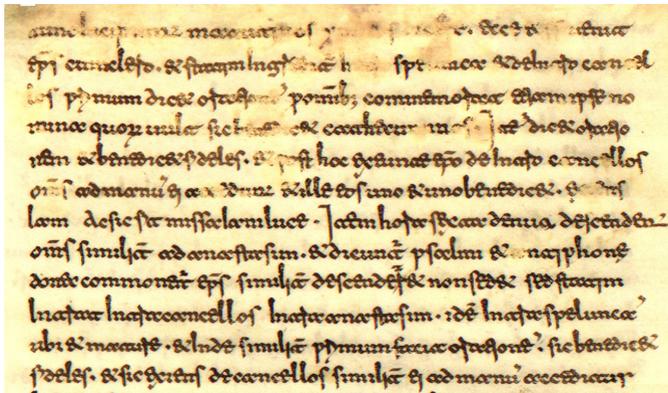
2.2. Segunda parte da passagem (Capítulo 24, parágrafos 2-3)

24,2

(...) *tunc incipiunt matutinos ymnos dicere. Ecce et superuenit episcopus cum clero et statim ingreditur intro spelunca et de intro cancellos primum dicet orationem pro omnibus; commemorat etiam ipse nomina, quorum uult, sic benedictet cathecuminos. Item dicet orationem et benedictet fideles. Et post hoc exeunte episcopo de intro cancellos omnes ad manum ei accedunt, et ille eos uno et uno benedictet exiens iam, ac sic fit missa iam luce.*

24,3

Item hora sexta denuo descendunt omnes similiter ad Anastasim et dicuntur psalmi et antiphonae, donec commonetur episcopus; similiter descendet et non sedet sed statim | intra cancellos intra Anastasim, id est intra speluncam, ubi et mature, et inde similiter primum facit orationem, sic benedictet fideles, et sic exiens de cancellos similiter ei ad manum acceditur.



Tradução:

24,2

(...) começam então a dizer os hinos matutinos. E eis que chega o bispo com o clero e imediatamente entra na gruta e, do lado de dentro das grades, diz primeiramente uma oração por todos; ele mesmo recorda também os nomes daqueles que deseja (lembrar), e assim benze os catecúmenos. Além disso, diz uma oração e benze os fiéis. E depois disto, quando o bispo sai do lado de dentro das grades, todos se aproximam para lhe beijar a mão; e ele benze-os um a um, já saindo, e assim a missa se faz já ao raiar do dia.

24,3

Igualmente, à hora sexta, de novo todos descem semelhantemente à Anástase e dizem-se salmos e antífonas, até que o bispo é anunciado; do mesmo modo ele desce e não senta, mas da mesma forma entra para detrás das grades dentro da Anástase, isto é, dentro da gruta, onde também (ele entrara) bem cedo, e então semelhantemente, primeiro faz uma oração, e assim benze os fiéis, e assim saindo detrás das grades semelhantemente a mão lhe é beijada.

2.2.1.1. Dicere

Dicere, como observaram Löfstedt, Väänänen e Bastiaenensen, é empregado para não importa qual enunciado oral e não está ligado unicamente à *oratio*. Assim, cada declaração no domínio do culto pode ser expressa através de *dicere*: 24,6: *dicet episcopus stans benedictionem*; 24, 4 *dicuntur etiam psalmi*; 24,4 *dicuntur ymni uel antiphonae*; 25,1: *dicuntur predicationes*; 35,4 *lectiones dicuntur*. É impossível saber se, na *Peregrinatio*, *dicere* é usado na declamação dos textos, nos cantos ou em ambos. Löfstedt (2007, p. 326-330) fornece exemplos clássicos de Virgílio e Lucrécio, assim como de outros autores pós-clássicos, onde *dicere* é usado como *canere* e *loqui*.

2.2.1.2. De intro

Um fenômeno que pertence ao latim vulgar é o reforço de certos advérbios de tempo e de lugar e de certas preposições com a anteposição de uma preposição, sem que o sentido fundamental deles sejam modificados. Tal é o caso de *de intro*, que derivou em português e em espanhol *dentro*, em occitano *dintre*, em italiano *dentro*.

Além desse exemplo, há outros com essa formação na *Peregrinatio*, como *de inter* em (6,1) *ubi iam de inter montes exitur (onde já se sai dentre os montes)* e *de contra* em (5,4) *de contra videbamus summitatem montis (defronte víamos o cume do monte)*. Pelo mesmo processo, muitas

preposições foram criadas nas línguas românicas, as quais são na verdade a aglutinação de duas ou mais preposições latinas, por exemplo, *desde*, que vem de *de ex de*.

Já *de intus* derivou em francês moderno *dans* (em francês antigo *dinz*) e em provençal e catalão *dins*.

2.2.1.3. Missa

A palavra *missa* aparece 72 vezes na *Peregrinatio*. Na maior parte dos casos, é acompanhada do verbo *fieri*, em sintagmas tais como *fit missa*, *fiat missa*, *facta ergo missa* etc. Essa palavra recebeu interpretações diferentes ao longo dos tempos, e é por isso que ela foi traduzida de duas maneiras nas edições críticas consultadas: seja como *despedida* (port., esp.), *renvoi* (fr.), segundo o contexto, seja como *missa*, *cerimônia* (religiosa), *ofício* (religioso).

Missa deve sua origem à forma de saudação pronunciada no final da cerimônia, *Ite, missa est*. Trata-se da substantivação do particípio passado do verbo *mittere*, cujo sentido primeiro é 'enviar'. A palavra foi empregada para significar o envio do sacrifício de Cristo em direção a Deus Pai, cuja renovação se fazia através da cerimônia chamada 'missa', como uma espécie de síntese de toda a celebração. Cremos que este deve ter sido o significado inicial da expressão: *Ite, missa est* = 'Ide (em paz, pois o sacrifício) foi enviado (e recebido por Deus)'. Assim, temos o ponto de partida para a compreensão do uso do verbo *mittere*.

É somente mais tarde que *missa* adquire o sentido da expressão de 'envio', no sentido de 'adeus', 'despedida', exatamente porque é pronunciada ao final da cerimônia, e essa interpretação é adquirida através do espírito popular. *Mittere* em latim raramente tem o sentido de 'despedir-se', mas é próximo de 'enviar'. Em relação às coisas que eram enviadas, acreditamos que se refiram às cerimônias da missa, inclusive a eucaristia, mesmo quando ela não é mencionada na passagem em questão.

A partir do que vimos dizendo em relação à nossa interpretação da palavra *missa*, é lógico que não estamos de acordo com as traduções, propostas pelos seguintes editores-filólogos, da passagem 24,2: *despedida* em português e espanhol, (Mariano & Nascimento e Arce), *envoi* em francês (Maraval), *dismissal* em inglês (Duchesme), *comiat* em catalão (Janeras), *congedo* em italiano (Natalucci). Nessa passagem, são descritas as vigílias e os ofícios da manhã. Desde o primeiro canto do galo, hi-

nos são cantados, salmos são pronunciados etc. Todas as ações são relacionadas com o verbo no tempo presente, mas se referindo a uma ação no passado. Após a descrição de todas as ações dos padres, diáconos etc., a passagem termina por *ac sic fit missa iam luce*, que é, segundo nossa interpretação, uma conclusão, ou seja, o término da cerimônia.

De todo modo, devemos admitir que em certos contextos poder-se-ia mais facilmente aceitar a interpretação de *despedida* ou *renvoi* ('envio'), como na passagem 24,11, reproduzida abaixo (7.1), mesmo se para nós se trate sempre da missa:

i.1) 24,11:

Lecto ergo euangelio exit episcopus et ducitur cum ymnis ad Crucem et omnis populus cum illo. Ibi denuo dicitur unus psalmus et fit oratio. Item benedicit fideles et fit missa. Et exeunte episcopo omnes ad manum accedunt. “L'évêque sort; il est conduit avec des hymnes à la Croix et tout le peuple l'accompagne. Là, on dit à nouveau un psaume et on fait une prière. Ensuite il bénit les fidèles et le renvoi a lieu. Quand l'évêque sort, tous s'approchent à portée de sa main” (Tradução de Pierre Maraval).

Mesmo se a eucaristia não é mencionada, trata-se também da 'missa', como no seguinte exemplo (i.2), em que o verbo *celebratur* indica uma cerimônia:

i.2) 42,1:

Alia die autem, id est quinta feria quadragesimarum, celebratur missa ordine suo, ita ut et presbyteri et episcopus predicent dicentes apte diei et loco; et postmodum sera reuertuntur unusquisque in Ierusalima. “Le lendemain, donc le jeudi, quarantième jour, l'office se célèbre de la manière habituelle; les prêtres et l'évêque prêchent de façon appropriée au jour et au lieu. Après quoi, le soir, chacun revient à Jérusalem.” (Tradução de Pierre Maraval).

Na passagem 27,8 abaixo, ao contrário, foi explicitado que a eucaristia realizada na Anástasis, antes do nascer do sol, é chamada *oblatio*, palavra derivada de *offero*, a ação de oferecer, de dar voluntariamente, a oferta do pão e do vinho – elementos do santo sacrifício ofertados aos fiéis, o que significa o sacrifício eucarístico, ou seja, a *oblatio munda*, o sacrifício incruento do Novo Testamento:

i.3) 27, 8:

Missa autem, quae fit sabbato ad Anastase, ante solem fit, hoc est oblatio, ut ea hora, qua incipit sol procedere, et missa in Anastase facta sit. Sic ergo singulae septimanae celebrantur quadragesimarum. “L'office qui a lieu le samedi à l'Anastasis, à savoir l'oblation, se fait avant le lever du soleil, de sorte que le renvoi de l'Anastasis ait eu lieu au moment où le soleil commence sa course C'est ainsi que l'on célèbre chaque semaine du Carême” (Tradução de Pierre Maraval).

Entendemos que a presença da palavra *oblatio* permitiu a Maraval traduzir *missa* por ‘office’, nessa passagem. Na segunda ocorrência, no entanto, cremos que se trata ainda de um ofício, que é a missa. Segundo Hélène Pétré, essa passagem ilustra a modificação de sentido de *missa*, de ‘renvoi’ à ‘messe’.

É possível que os exemplos que citamos não tenham o poder de convencer que a palavra *missa* já significaria ‘missa’ ou ‘cerimônia’, mesmo se estas cerimônias fossem bem variadas na época, como elas podem ser hoje em dia. Todavia, mesmo sendo variadas, elas seguem sempre uma ordem dentro do ritual. Seja como for, isso mostra que podemos ainda discutir sobre a forma de traduzir e interpretar a palavra *missa*, o que constitui um dos problemas concernentes à autenticidade da obra, se imaginarmos que a maior parte das interpretações dadas não são o mesmo que aquilo que Egéria escreveu. Neste momento, com nossa interpretação da palavra *missa*, aplicamos uma das etapas da crítica textual, que é a *emendatio* e, mais precisamente, propomos uma conjectura, que é o resultado do livre-arbítrio do editor-filólogo, como pôs bem em evidência Louis Havet, em sua obra *Manuel de critique verbale appliquée aux textes latins*.

2.2.1.4. hora sexta

A divisão do tempo de um dia, em latim, era feita em 12 horas diurnas e 12 horas noturnas. Considerava-se que a primeira hora do dia começava ao nascer do sol, por volta das 6 horas, com alguma variação entre as estações. Assim, a hora sexta era o meio-dia. As horas noturnas eram as vigílias, em número de 4, cada uma delas com 3 horas.

2.2.1.5. De cancellos

Pomialovsky-Chodoniak acrescentou [*intro*] em 24,3 (*de intro cancellos*), que não aparece no manuscrito, pois na passagem acima (24,2) *intro cancellos* já aparecia. Gamurrini, em sua *editio princeps*, não acrescenta *intro*, mas corrige *cancellos* por *cancellis*, a fim de respeitar a regência da preposição. Gamurrini (1888) não corrige a palavra e a deixa tal qual se encontra no manuscrito. Assim, é incorreta a afirmação corrente que consiste em dizer que Gamurrini, em sua segunda edição (1888), apenas adicionou notas. Na verdade, ele suprimiu ou modificou algumas notas da *editio princeps* e acrescentou outras.

3. Outros problemas e perspectivas

Em nossa edição crítica, além de mostrarmos algumas particularidades do texto de Egéria que prefiguram as línguas românicas, pretendemos assinalar as palavras ou particularidades gramaticais que pertencem ao português e ao espanhol, ou, ainda, somente ao português.

Os nomes dos dias da semana *secunda feria* (27,4), *tertia feria* (27,5), *quarta feria* (27,5), *quinta feria* (27,7) e *sexta feria* (27,7), que a tradição eclesiástica conservou, existem apenas na língua portuguesa. A palavra *coturnix* (5,8), empregada por Egéria, pertence ao português e ao espanhol (*codorniz*), mas não às outras línguas românicas. Igualmente a palavra *collum* existe somente nas línguas da Península Ibérica. *In collo* (31,3) foi traduzido por 'sur les épaules' (Maraval) e 'sur le cou' (Pétré), enquanto que em português e em espanhol a tradução é evidente: 'no colo', 'en el cuello'.

O verbo *plicare*, empregado na *Peregrinatio* com o sentido de 'chegar', resultou em português e em espanhol *chegar*, *llegar*, através da expressão *plicare vela* ('dobrar as velas'), que era interpretado como 'chegada', já que os barcos dobravam as velas para chegar à praia: (2,3) *iter sic fuit, ut per medium transversaremus caput ipsius vallis et sic **plecaremus** nos ad montem Dei*.

Do mesmo verbo *plicare* proveio 'partir' em romeno, através de uma outra expressão: *plicare tentoria* 'dobrar as tendas'. Quando os soldados acampados na região da Dácia dobravam as tendas, estavam em vias de partir.

O verbo *subire* resultou em português e em espanhol 'subir', e nesse sentido foi empregado na *Peregrinatio*: 2,6: (...) *cum subissemus in illo*; 3,4: *Cum ergo iubente deo persubissemus in ipsa summitate*; 11,4: *(mons) in asellis possit subiri*.

A palavra *stativa*, tal como em 18,1, *nesesse me fuit ibi facere stativam* derivou, em português, *estadia*.

Encontramos também numerosos empregos de *stare*, onde ele está no lugar de *esse*, tal como o auxiliar *estar* do português, como em 3,8 (...) *de eo loco, ubi **stabamus*** (...).

Há uma infinidade de particularidades e inovações sintáticas que são próprias às línguas românicas, como por exemplo:

- 1) O pronome reflexivo *se*, tal como em 24,12 (...) *recipit **se** epis-*

copus in domum suam (...) laici reuertuntur in domos suas et reponent se dormito;

m) O uso do pronome *suus* substituindo o emprego clássico de *ei-us*, como em 3, 6: *Lecto ergo ipso loco omnia de libro Moysi et facta oblatione ordine suo;*

A presença do pronome reflexivo *suo* mostra uma evolução em direção às línguas românicas, que o usam como correferente do sujeito da frase. Em latim clássico, empregavam-se os genitivos dos pronomes *ipse* ou *is*.

n) O uso de *ecce ista* tal como em 14,2 (...) *ait nobis ipse sanctus presbyter: "ecce ista fundamenta in giro colliculo isto, quae videtis, hae sunt de palatio regis Melchisedech (...)"*, prefigura os demonstrativos das línguas românicas originados da partícula de reforço *ecce* (às vezes *eccu-*) acrescentada a pronomes demonstrativos.

O demonstrativo *iste, ista, istud* com o reforço do antigo advérbio *ecce* (também chamado ‘partícula epidíctica’) resultou em português e em espanhol arcaicos *aqueste*, em catalão *aquest*, em provençal *cest*, em francês antigo (*i*)*cist*, em italiano *questo*, em rético *quaist*, em logudorês *kuste* e em romeno *acest*. Outra partícula de reforço era *eccu-m*, formada pelo mesmo advérbio *ecce* e pelo demonstrativo *hunc*, acusativo de *hic*. Ao lado dessas duas formas, certas línguas românicas (MAURER JR, 1959, p. 110) têm a partícula de reforço **accu*, sobre cuja origem há duas hipóteses: seja pelo cruzamento de *ecce* com *atque* ou simplesmente de *atque*, tal como na ocorrência *Ubi cenamus, inquam? Atque illi abnuut* (PLAUTO, *Captiui*, 481). Em português, *accu* + *ille*, *accu* + *illa*, *accu* + *illu(m)* derivaram *aquele*, *aquela* e *aquilo*; *accu* + *ipse* derivou *aquesse* em português arcaico e *aqueix* em catalão.

Temos, de modo geral, a seguinte distribuição de partículas de reforço de demonstrativos nas línguas românicas: a Ibéria e a Dácia têm **accu* e a Gália do Norte tem o *ecce*. O italiano, o sardo e o rético geralmente não apresentam a vogal inicial, razão pela qual a reconstrução latina torna-se difícil: em italiano há *questo* e *quello*, rético *quaist* e *quel*, logudorês *kuste*, *kusse* e *kudde*. No entanto, visto que existia no sardo antigo *ekuste*, é possível que *eccu* seja a forma primitiva dessas três línguas.

4. Considerações finais

Esperamos ter alcançado o objetivo a que nos propusemos: apresentar notas que dizem respeito à crítica textual, às dificuldades da escritura beneventana e às diferenças entre os editores, em relação à transcrição e à interpretação de algumas palavras. Esperamos igualmente que tenhamos oferecido uma ideia geral sobre as notas da crítica histórica e literária, que serão publicadas como um anexo da edição crítica, em que as notas filológicas e linguísticas fizeram parte de um estudo distinto.

Temos consciência de que o texto de Egéria já tem sido estudado há mais de um século, através de muitos pontos de vista, dos quais os mais importantes são o religioso, o histórico, o filológico e o linguístico. A breve exposição de nosso trabalho diz pouco sobre uma obra tão rica em tantos aspectos, e que pode ser considerada como um verdadeiro mundo a ser estudado. Por isso, justamente, acreditamos que essa obra continua aberta a novas descobertas.

O fato de a *Peregrinatio* já ter sido e ainda ser muito estudada não representa para nós um motivo de desencorajamento, pois não temos em português tal edição crítica, enriquecida por comentários linguísticos e filológicos. Cremos poder contribuir para o estímulo dos estudos neste domínio, hoje em dia tão pobre e carente do reconhecimento que merece.

Para finalizar, de um modo geral, as línguas clássicas, os estudos históricos e o que se chama filologia românica são cada vez menos estudados em nossos dias. A causa é a diminuição da formação e do ensino das línguas clássicas e dos estudos históricos e comparativos das línguas românicas. Se nossas palavras e nossos esforços forem tomados como um encorajamento ao fascinante estudo do latim e da filologia românica, seremos muito gratos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARCE, A. *Itinerario de la virgen Egeria* (381-384). Madrid, 1980.
- BASTIAENSEN, A.A.R. *Observations sur le vocabulaire liturgique dans l'itinéraire d'Égérie*. Nimegue, 1962.
- DUCHESME, L. *Christian's travels*. London, 1923.
- FRANCESCHINI, E.; WEBER, R. *Itinerarium Egeriae*. In: _____. *Itinera-ria et alia geographica*. Turnhout, 1958 (CCL, 175).

GAMURRINI, G. F. S. *Hilarii, Tractatus de mysteriis et Hymni, et S. Silviae Aquitanae, Peregrinatio ad loca sancta quae inedita ex codice Arretino deprompsit*. Romae, 1887.

_____. *Silviae aquitanae peregrinatio ad loca sancta*. Editio altera, novis curis emendata. Romae, 1888.

GEYER, P. S. *Silviae quae fertur Peregrinatio ad loca sancta. Itineraria Hierosolymitana saec. IIII-VIII*, Vindobonae, 1898, p. 35-101.

HAVET, L. *Règles pour éditions critiques*. Paris, s.d.

_____. *Manuel de critique verbale appliqué aux textes latins*. Paris, 1911.

HERAEUS, W. *Silviae vel potius Aetheriae Peregrinatio ad loca sancta*. In: *Sammlung vulgärlateinischer Texte*, I. Heidelberg, 1908.

JANERAS, S. *Egèria, Peregrinatge*. Barcelona, 1986.

LOEW, E.A. *The beneventan script: a history of the south italian miniscule*. Oxford, 1914.

LÖFSTEDT, E. *Commento filologico alla Peregrinatio Aetheriae: ricerche sulla storia della lingua latina*. Bologna, 2007.

MARAVAL, P. *Égérie, Journal de Voyage*. Paris, 1982 (SC, 296).

MARIANO, A.; NASCIMENTO, A. *Egéria. Viagem do Ocidente à Terra Santa no séc. IV*. Lisboa, 1998.

MAURER Jr. T. H. *Gramática do latim vulgar*. São Paulo, 1959.

NATALUCCI, N. *Egeria – Pellegrinaggio in Terra Santa*. Firenze, 1991.

NOVAK, M. *Peregrinação de Etéria. Liturgia e catequese em Jerusalém no século IV*. Petrópolis, 1971.

PÉTRÉ, H. *Éthérie, Journal de Voyage*. Paris, 1948 (SC, 21).

PRINZ, O. *Itinerarium Egeriae (Peregrinatio Aetheriae)*. Heidelberg, 1960.

SPINA, S. *Introdução à edótica: Crítica textual*. São Paulo, 1994.

VÄÄNÄNEN, V. *Le journal-épître d'Égérie (Itinerarium Egeriae): Étude de linguistique*. Helsinki, 1987.

NEOLOGISMOS NA IMPRENSA CEARENSE

Expedito Eloísio Ximenes (UECE)

eloisio22@hotmail.com

RESUMO

Abordamos no presente trabalho o emprego de palavras novas na língua portuguesa, especificamente na linguagem jornalística da cidade de Fortaleza. O jornal *O Povo* de grande credibilidade nesta quinta capital do país que conta atualmente com dois milhões e meio de habitantes, serviu de base para a coleta dos dados. Podemos constatar o uso de empréstimos ou estrangeirismos com grande frequência, mas também a criação neológica ocorre por recursos do próprio idioma como a prefixação, a sufixação e a composição que aparecem com mais visibilidade. Podemos perceber também que além das lexias simples, são criadas unidades fraseológicas. A língua reflete todas as manifestações de um momento histórico, político, social e cultural, logo, todas as vivências se revelam no léxico que se amplia para representar as necessidades dos falantes.

Palavras-chave:

Neologismo. Empréstimos linguísticos. Prefixação. Sufixação. Composição.

1. *Primeiras considerações*

A língua de uma comunidade em um momento histórico é o retrato mais fiel das manifestações culturais dos seus falantes. O léxico é o meio pelo qual conhecemos as denominações das coisas, das pessoas, das instituições, das profissões exercidas e de todas as práticas sociais de um povo. Desta feita, é o léxico que denuncia as primeiras ocorrências na língua ou as transformações que nela ocorrem.

A entrada de uma palavra por meio da importação de outra língua ou a criação, através dos recursos do próprio idioma dá-se mediante a necessidade dos falantes de representar uma realidade nova, quer seja uma invenção, uma técnica recente, um objeto criado, quer para adaptar um nome estrangeiro ou atribuir outro sentido à palavra já existente.

É notório, pois, o fato de que o léxico das línguas está sempre em processo de mudança. Muitas palavras deixam de ser utilizadas pelos falantes por não mais expressar o que se pretende dizer, como é o caso do verbo *namorar* que atualmente é substituído por *ficar* nas práticas dos jovens. O mesmo ocorre com *falar* na linguagem coloquial, pelo menos é o que podemos ver na linguagem do cearense em que este verbo adquire outros sentidos quando expressa uma forma de agradecimento ou de des-

pedida. É muito comum nos diálogos entre jovens ou colegas de trabalho dizer-se *falou cara* em agradecimento por algo ou numa rápida despedida para significar até logo, até amanhã etc. Acrescentando à lista a palavra *mala* que há muito deixou de ser apenas um recipiente no qual transportamos roupas ou outros objetos. Essa lexia ampliou seu sentido, tornou-se polissêmico, pois designa também uma pessoa inconveniente que se torna um peso ou uma mala na vida dos outros. Nesses casos podemos perceber um redimensionamento de sentido das palavras que não mudam a sua constituição morfológica, mudam sim, o seu sentido, ampliando-o para expressar novos pensamentos, novas concepções de acordo com os convívios sociais.

Neste trabalho apresentamos algumas reflexões a respeito dessa dinamicidade do nosso idioma português falado no Brasil. Utilizamos como fonte de pesquisa um jornal de circulação diária no estado do Ceará que representa a língua formal de domínio dos que fazem a imprensa como profissionais da área de comunicação e de outros setores que escrevem para o jornal. Outrossim, mostramos ocorrências da fala informal dos cearenses que representam sua criatividade cotidiana quando criam códigos linguísticos muito específicos.

2. A criatividade linguística como forma de expressão de uma comunidade

Os neologismos são palavras ou expressões criadas para corresponder ao que os falantes querem expressar em um determinado momento. Segundo Lapa (1998, p. 44), uma língua está sempre criando palavras para satisfazer suas necessidades, embora tenha um grande acervo a seu serviço. “Apesar da abundância do vocabulário, a língua necessita constantemente de criação de novas formas expressivas. Esses novos meios de expressão, inventados por quem fala e escreve um idioma, são chamados de *neologismos*.”

A formação neológica não ocorre de forma aleatória, mas sim, conforme os processos oriundos da própria língua como a derivação e a composição e através dos empréstimos de outras línguas que são também denominados de estrangeirismos.

Para Câmara Jr. (1986), neologismo são inovações linguísticas que se afirmam numa língua, podendo ser vocabular e de construção frasal. Em regra geral, porém, são composições ou derivações novas, ha-

vido, nestas últimas, acentuada preferência por certos prefixos. Os neologismos sintáticos resultam de uma criação estilística, que se padroniza na língua ou de um estrangeirismo sintático. Vê-se, portanto, que não se restringe somente a uma palavra ou lexia, mas poderá ocorrer por meio de uma fraseologia ou unidade fraseológica.

As unidades fraseológicas são entidades linguísticas muito frequentes na língua comum ou nas línguas de especialidades. Estas se compõem por mais de uma lexia e mantêm relações de interdependência entre si que não podem sobreviver uma parte sem a outra. Como define Lapa (1998, p. 66), as unidades fraseológicas são conjuntos de palavras “portanto grupos fraseológicos, idiotismos, frases feitas ou locuções este-reotipadas a esses conjuntos de palavras, em que os elementos andam mais ou menos intimamente ligados, para exprimirem determinada ideia [...]”.

Para Corpas Pastor (1996) as características mais destacadas das unidades fraseológicas são as seguintes: constam pelo menos de duas palavras ortográficas, apresentam certo grau de lexicalização e, por último, caracterizam-se por uma alta frequência de aparecimentos na língua.

São unidades léxicas formadas por mais de duas palavras gráficas em seu limite inferior, cujo limite superior se situa no nível da oração composta. Ditas unidades se caracterizam por sua alta frequência de uso, e de *coaparição* de seus elementos integrantes; por sua institucionalização entendida nos termos de fixação e especialização semântica; por sua *idiomaticidade* e variação potenciais; assim como pelo grau no qual se dão todos estes aspectos nos diferentes tipos. (CORPAS PASTOR, 1996, p. 20).

O estudo das unidades fraseológicas pode ser inserido no âmbito do léxico e seu desenvolvimento é também muito fértil operando quase pelos mesmos processos neológicos das lexias simples. Basta olharmos nos jornais e já nos deparamos com uma série de unidades fraseológicas advindas das relações sociais modernas. Como exemplo, podemos citar: *redes sociais, rede mundial de computadores, comunidades virtuais, compras pela internet, classificação de risco* etc. Também circulam nas páginas dos jornais muitas expressões estrangeiras compondo fraseologias como: *off road com som Boser, Go Bubbles, HiperSense, Vênus Fever, Leving Well, ID Queste* ou *patchwor, My Way, Know Your Rights*.

As unidades fraseológicas na língua oral revelam as muitas expressões cotidianas que denunciam formas muito típicas do falar de uma região. No Ceará, as expressões humorísticas estão em programas de televisão ou nas conversas informais, como as seguintes: *É pode, botando*

boneco, arre égua, macho veio e macha veia, falou cara, vixe Maria e muitas outras.

Em todos os casos acima expostos, podemos perceber que os mesmos recursos neológicos da criação de palavras são utilizados para as fraseologias. Coutinho (1972) denomina os processos neológicos de intrínsecos (os que se criam com recurso da própria língua) e extrínsecos (os de importação estrangeira).

Alves (1994) apresenta os vários recursos que os usuários da língua utilizam para formar novos itens lexicais. Apresentamos a seguir alguns desses recursos.

2.1. Neologismos sintáticos

São muito fecundos e supõe-se a combinatória dos elementos já existentes na língua. Para a autora os neologismos sintáticos são formados pela derivação prefixal e sufixal, pela composição coordenativa e subordinativa e pelas siglas ou acronímicos. São denominados sintáticos porque a combinação de seus membros constituintes não está circunscrita apenas no âmbito lexical, mas também no nível frásico havendo uma alteração na classe gramatical da palavra-base, ao ser acrescentado um prefixo ou um sufixo.

Bechara (1999) diz que o prefixo empresta ao radical uma nova significação. Agrega-se a verbos, a adjetivos e a substantivos. O prefixo tem força significativa, pode ter formas livres, ou seja, tem existência independente na língua. Já o sufixo não tem curso independente é, portanto, classificado como forma presa. O sufixo em geral altera a categoria gramatical do radical de que sai o derivado, embora não ocorra sempre isso.

A composição pode ter um caráter coordenativo e subordinativo. A composição subordinativa supõe uma relação determinante/determinado ou determinado/ determinante entre os elementos que compõem o novo léxico, conforme Alves (1994). Na composição coordenativa há apenas uma justaposição dos membros que formam a nova palavra. Atualmente são muitos recorrentes os casos de neologismos por este processo coordenativo. São termos que representam medidas políticas e sociais como: bolsa-família, salário-educação, bolsa-renda, seguro-safrá e seguro-agrícola, dentre muitos.

2.2. Neologismos semânticos

Ocorrem quando há uma mudança no conjunto dos semas referentes a uma unidade léxica, ou seja, o léxico continua o mesmo, mas o sentido passa a ser diferente. Um exemplo muito significativo é a lexia *gato* que não designa mais só o felino, mas um homem bonito. Da mesma forma a palavra *avião* não é somente um meio de transporte aéreo, mas uma mulher bonita e elegante que passa a ser designada pela mesma lexia.

2.3. Neologismo formado pela aglutinação dos elementos que Alves (1994) denomina de palavra-valise. Nesse processo há também uma redução das bases que compõem o léxico ou apenas uma delas perde uma parte para que haja o encaixe de outra base formando a palavra nova.

Sandmann (1988) denomina esse processo de cruzamento vocabular, além de contaminação, mistura, palavra *portmanteau*. É um tipo de formação muito fecundo no português contemporâneo. Com a ocorrência do carnaval fora de época em quase todo o Brasil, as chamadas *micaretas*, seus organizadores recorrem à criatividade para chamar a atenção do público, criando assim, palavras que denominam esses eventos. Em *Fortal*, por exemplo, criado a partir das bases Fortaleza e carnaval, ambas as bases perderam partes para se gerar um terceiro léxico. Ainda temos *carnatal* para carnaval fora de época de Natal, *Micaroa*, para a *micareta* de João Pessoa e muitos outros.

2.4. Neologismos por empréstimos

Consiste no emprego de um elemento léxico de outro sistema linguístico. Inicialmente, é sentido como externo ao vernáculo da língua receptora, ainda não faz parte do acervo lexical do idioma. Dessa forma, é denominado de estrangeirismo. É diferente dos processos autóctones da língua, o que para muitos autores constituem um barbarismo. A etapa neológica do estrangeirismo dá-se quando o elemento externo ao léxico vernacular passa por fases de adaptação à língua receptora. Os empréstimos são, pois, estrangeirismos que passaram por processos de adaptação que podem ser de natureza gráfica, morfológica ou semântica. Apesar de serem rejeitados por muitos defensores do idioma pátrio, os empréstimos estão presentes na nossa língua diariamente, provindos, principalmente,

do inglês por via de vários meios, sendo mais fecundos os sistemas de comunicação e a tecnologia.

O sistema de informação e de comunicação aproximou as nações; em todos os setores da vida estamos expostos ao contato de produtos importados, a esses produtos acompanha a língua que os denomina, esta entra sorrateiramente no terreno da outra e aos poucos vai adquirindo *passaporte* para circular livremente, em outras palavras, adquirem cidadania.

Nos supermercados os produtos estrangeiros estão expostos ao alcance da mão de qualquer cidadão; nos restaurantes típicos há os pratos das nações que eles representam, os jornais expõem publicidades diariamente de produtos importados, com isso aprendemos a conviver com os vocábulos que nomeiam a nossa alimentação, os meios de transporte e os produtos eletrônicos que compramos.

O léxico também se renova, principalmente, pela via popular e criatividade dos falantes nativos de um idioma. Os restaurantes regionais inventam pratos da culinária local denominando-os de acordo com os termos característicos da forma de falar dos moradores. Recentemente surgiu em um restaurante de Fortaleza um prato denominado de *ei macho* à base de peixe do mar com temperos regionais como pimenta. O *ei macho* representa muito bem a expressão do cearense se comunicar com seus pares.

A criação neológica no Brasil era um privilégio dos grandes escritores que tinham a licença para criar, usar e autorizar o uso de palavras novas. Coutinho (1972) citando Mário Barreto diz que as condições da existência de uma palavra nova há de ser autorizada pelo uso dos bons escritores. Na realidade atual não é mais atribuída aos poetas a invenção de palavras, estas brotam de todas as áreas da sociedade, principalmente, da tecnologia, da publicidade, do comércio, da gastronomia e do popular.

Atualmente, muitas pesquisas sobre o assunto têm sido feitas tendo como objeto de investigação a imprensa escrita. O jornal é um meio de comunicação atualizado, dirigido a vários tipos de público trazendo uma linguagem adaptada a esse público. É também um canal de informação popular que fala de esporte, música, crime, política etc., adaptado muitas vezes para seu público, apesar de ser produzido por uma elite intelectual que em tese detém o domínio linguístico.

Apresentamos nesta pesquisa algumas ocorrências de termos neológicos classificados em lexias simples e fraseologias que vêm cada vez

mais ganhando espaço na língua escrita pelos profissionais da imprensa cearense. O *corpus* que serve de análise é constituído por um jornal de circulação em todo estado do Ceará. Selecionamos apenas o mês de agosto de 2011, o que já tornou suficiente para a amostragem, dada à riqueza de usos. Passamos a apresentar alguns resultados obtidos na pesquisa. As ocorrências aparecem em itálico nos contextos maiores do texto, partes suprimidas estão pontilhadas entre colchetes, da mesma forma os nomes de pessoas. Para cada exemplo apresentado as referências estão entre parênteses indicando a data da edição do jornal. O critério lexicográfico foi utilizado para a indicação do caráter neológico das ocorrências aqui registradas.

3. Alguns processos neológicos na imprensa cearense

A língua para exercer sua função de interação social se adapta muito velocemente aos meios em que circula, atendendo dessa forma, a uma diversidade de público com interesses específicos. A fonte mais eficaz que revela a “cara” da língua é o jornal que reflete o cotidiano de uma sociedade atendendo às suas expectativas.

Vários recursos linguísticos são utilizados para aproximar o texto aos leitores. Na luta com as palavras, o jornalista ou outro profissional que escreve no jornal, inova na linguagem criando ou modificando palavras. Vários são os recursos empregados para utilização de um léxico mais comunicativo. Um processo bastante recorrente na imprensa cearense especificamente o jornal *O Povo*, é a criação de palavras pela derivação prefixal. Ao unir-se a uma base, o prefixo exerce a função de acrescentar-lhe variados sentidos: grandeza, exagero, pequenez, oposição, antecipação. Vários são os prefixos da língua que contribuem para formar palavras, dentre os quais destacamos os que apresentamos abaixo.

3.1. Neologismos por processos autóctones

3.1.1. Neologismos sintáticos: formados por derivação prefixal

Nas formações neológicas desta categoria, destacam-se os prefixos:

ANTE: Indica anterioridade e procedência no tempo e no espaço, conforme Bechara (1999). Expressa uma ação antecipada, podendo juntar-

se a várias bases. No contexto abaixo, agrega-se a substantivo e indica uma realidade anterior.

Pelo *anteprojeto*, acabam-se as doações legais de pessoas físicas e jurídicas. (*O Povo*, 24/08/2011).

DES: Tem a função de negar, indicar uma ação contrária como ocorre na passagem seguinte quando estabelece uma relação oposta ao processo de industrialização.

[...] o tema é Brasil: o risco de um processo de *desindustrialização* amanhã, às 19h30min, no Salão Blue Nigth do Gran Marquise Hotel. (*O Povo*, 24/08/2011).

EX: Movimento para fora. Expressa também algo que deixou de ser, geralmente a base agregada é um substantivo.

Além do *ex-Titã*, Sexo traz Erasmo junto com outros parceiros Adriana Calcanhotto, admiradora confessa, traz uma visão feminina para Seu *homem mulher*. (*O Povo*, 24/08/2011).

HIPER: Indica excesso segundo Bechara (1999). Também grandeza, como é mais comum na linguagem cotidiana, agregando-se a uma base substantiva.

O Walmart investe em marca própria. As lojas do Bompreço e *Hiper Bompreço* vendem 15 itens importados coma marca Great Value. (*O Povo*, 24/08/2011).

MINI e MICRO: Os dois prefixos são opostos apresentando valor de pequena e de grande dimensão respectivamente. Juntam-se a substantivos ou adjetivos. Em *mini tortinhas de batata* a pequenez é reforçado pelo grau diminutivo do substantivo a que se agrega.

Os pequenos empreendedores poderão contratar mais de uma operação de *microcrédito* ao mesmo tempo, desde que o valor total dos financiamentos não ultrapasse R\$ 20 mil. (*O Povo*, 26/08/2011).

[...] filé ao molho madeira, salada verde, *mini tortinhas* de batata, grão de bico, ravióli ao molho de tomate [...] (*O Povo*, 25/08/2011).

A agência informou ainda que passos recentes contem pressões inflacionárias de curto prazo demonstram o compromisso do governo em conter riscos *macroeconômicos*. (*O Povo*, 26/08/2011).

PÓS: Denota temporalidade posição posterior no tempo e no espaço. Agrega-se a substantivos e até mesmo a antropônimos.

Uma conferência de amigos da Líbia, que deve preparar a era *pós-Kadhafi*, será realizada no dia 1º de setembro [...] (*O Povo*, 25/08/2011).

Outras distinções vêm das comparações a posterior – *pós-migração*. O caminho firme dos negros, por exemplo, costuma chamar a atenção – pelo menos são os comentários ouvidos pelos estudantes. (*O Povo*, 24/08/2011).

PRÉ: Apresenta temporalidade de valor antecipado, agregando-se a substantivos e adjetivos.

Mediante todo o novo oferecido, o *pré-julgamento* enxerga a si mesmo diante do espelho. (*O Povo*, 24/08/2011).

[...] que perdeu a eleição da OAB para [...] já está como *pré-candidato* novamente. (*O Povo*, 24/08/2011).

[...] situação dos ministros na berlinda & mídia e, naturalmente, a política *pré-sucessória* municipal no CE. (*O Povo*, 25/08/2011).

A *pré-adolescente* não estava pronta para ser mãe. (*O Povo*, 25/08/2011).

SUB: Apresenta um valor inferior, abaixo de, agregando-se, nas ocorrências, à base formada por numerais arábicos.

O Brasil, campeão mundial *sub-20*, mostrou no seu estilo, o mesmo da seleção *sub-17*, da principal e dos times brasileiros, de muita carreira [...]. (*O Povo*, 24/08/2011).

3.1.2. *Neologismos sintáticos: formados por sufixação*

A sufixação é um processo de criação de novas palavras na imprensa quer pelos sufixos de uso já sagrado na língua ou pelos de origem popular.

ÃO/ONA: Expressam valor aumentativo, agregam-se a várias bases e revelam uma linguagem popular, principalmente no âmbito dos esportes.

Na ciranda do *Brasileirão*, ganha, perde, empata, consegue se segurar. (*O Povo*, 24/08/2011).

Além do ex-Titã, Sexo traz Erasmo junto com outros parceiros Adriana Calcanhotto, admiradora confessa, traz uma visão feminina para Seu *homem mulher*. Sexo e Humor é um *rocão* clássico em parceria com Chico Amaral. (*O Povo*, 24/08/2011)

Fortaleza não se preparou pra *Terceirona*, nem houve planejamento. (*O Povo*, 24/08/2011).

EIRO: Apresenta várias atribuições como origem nos patronímicos, profissão. Na contemporaneidade este sufixo de um modo geral é formador de profissão, como caminheiro, motoqueiro etc., no entanto, também pode expressar uma ação repetida. Nas ocorrências a seguir o *o-lheiro* no mundo do crime é aquele que se encarrega de observar o

comportamento das supostas vítimas de um assalto ou de outra ação delituosa. Já *twiteiro* é o que usa o sistema de comunicação eletrônica com muita frequência. No primeiro caso a base é substantival e no segundo um termo estrangeiro que recebeu um sufixo vernáculo.

Nessa modalidade golpe o bandido *olheiro* observa silenciosamente as pessoas que estão na fila, de forma a identificar as que façam saques e que tenham algum tipo de vulnerabilidade. (*O Povo*, 25/08/2011)

E o *twiteiro* me disse que tem uma médica especializada em medicina do sono [...]. (*O Povo*, 26/08/2011)

DADE: Apresenta o sentido de modo, estado ou identificação. Podendo agregar-se a base adjetival conforme se observa abaixo:

Em outras palavras, o projeto racionalista europeu jamais conseguirá abarcar nossa *brasilidade*. (*O Povo*, 26/08/2011)

ITA: Geralmente o sufixo *ita* expressa adepto de uma pessoa ou de uma ideologia. No entanto, seu emprego no artigo jornalístico aqui exemplificado, indica o grau diminutivo muito expressivo e carinhoso. É a função emotiva da língua.

[...] recebeu *turmita* de ex-alunas do Imaculada Conceição para chazinho [...]. (*O Povo*, 23/08/2011)

3.1.3. Neologismos por composição

É recorrente no português brasileiro contemporâneo a neologia pela composição, que pode ser coordenativa e subordinativa. Com o caráter coordenativo a função sintática é estabelecida pela justaposição de substantivos, adjetivos ou membros de outra classe gramatical. Já na composição subordinativa os elementos compostos que formam o novo item lexical estabelecem uma relação de caráter determinante/determinado entre os componentes de uma unidade léxica, conforme afirma Alves (1994).

No *corpus* analisado os dois processos são recorrentes.

A *gerente-geral* de Regulamentação Assistencial da ANS [...] explicou que o objetivo da medida é estimular economicamente o sistema de saúde [...]. (*O Povo*, 23/08/2011).

TV Jangadeiro foi a primeira emissora do Ceará a detalhar as investigações sobre o escândalo dos *banheiros fantasmas*. (*O Povo*, 23/08/2011).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Em meio a bombardeio de críticas, com direito ao “Dia do cliente insatisfeito”, nas *redes sociais*, a Tim estreia campanha institucional [...]. (*O Povo*, 23/08/2011).

A *ideia-geral* - que se inicia com um filme em TV aberta e um exclusivo para *mídia digital* - é mostrar como a operadora possibilitou uma transformação tecnológica [...]. (*O Povo*, 23/08/2011).

O Blog Rafiado a Bagagem Cursos promove sábado, 27, o curso *Planejamento Estratégico* - A realidade do dia a dia [...]. (*O Povo*, 23/08/2011).

A Polícia Federal investiga o suposto *estupro coletivo* de menina de 14 anos, por um homem de 20 anos e quatro adolescentes, na cidade de Cascavel [...]. (*O Povo*, 23/08/2011).

Ceará *carroça a jato*. O Vovô busca hoje garantir seu primeiro jogo no exterior em competição oficial. (*O Povo*, 24/08/2011).

O ex-prefeito [...] nega participação de *kits sanitários*, assinado entre Fundação Nacional de Saúde [...]. (*O Povo*, 26/08/2011).

E vai lançar o *Bolsa-proteína*: Toda mulher tem direito a um *Homem-Filé*. (*O Povo*, 24/08/2011).

O *esculhambador-geral* da República! UPP na Líbia Urgente! (*O Povo*, 24/08/2011).

Acompanhando a tendência de relacionamentos pelo *espaço virtual*, a *corretores.com.br*, que será lançada no próximo sábado [...]. (*O Povo*, 24/08/2011).

Segundo o sócio da *rede social* [...] haverá limite de anúncios na página dos *corretores* [...]. (*O Povo*, 24/08/2011).

Segundo a procuradora-geral, já foi autorizada a quebra de *sigilos bancários* de associações envolvidas. (*O Povo*, 24/08/2011).

Os defensores disso que estão chamando de *reforma política* argumentam que ela moraliza as campanhas, impondo limites e controles aos gastos. (*O Povo*, 24/08/2011).

Dos 174 convênios assinados pela Secretaria das Cidades para a criação de *kits sanitários* desde 2005, 33 apresentaram inadimplência no último dia 18 de julho. (*O Povo*, 24/08/2011).

A detenção das três pessoas por furto mercadinho [...] ocorreu antes que elas praticassem crimes ainda mais graves, como o assalto de *caixas eletrônicas*. (*O Povo*, 24/08/2011).

Além do *ex-Titã*, Sexo traz Erasmo junto com outros parceiros Adriana Calcanhotto, admiradora confessa, traz uma visão feminina para Seu *homem mulher*. Sexo e Humor é um roçã clássico em parceria com Chico Amaral. (*O Povo*, 24/08/2011).

É o famoso *cheque-camisinha*: desenrola no pau! (*O Povo*, 23/08/2011).

Círculo Aluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Escândalo de banheiros mereceu referência dos manifestantes, com direito a charge do Clayton[...] e *banheiro fantasma*. (*O Povo*, 26/08/2011).

Os segurados que estão em *auxílio-doença* também recebem uma parcela menor que os 50%. (*O Povo*, 25/08/2011).

Tendo em vista que o golpe conhecido como *saidinha bancária* utiliza como principal ferramenta para sua consecução o celular [...] (*O Povo*, 25/08/2011).

Veículos Leves Sobre Trilhos (VLT), seja em qualquer *cidade-sede*, entende-se que transporte público não é um problema. (*O Povo*, 26/08/2011).

[...] como é o caso do documentário *Andarilho* e da *videoinstalação* Rua de Mão Dupla. (*O Povo*, 26/08/2011).

[...] movimentou, anteontem, *jantar-biriba*. (*O Povo*, 26/08/2011).

Pra fazer o enxoval, todo mundo ajudou, conta a *avó-diarista*, 42. (*O Povo*, 25/08/2011).

“o dinheiro é o das faxinas que faço, tenho *Bolsa escola*, mas com ela pago água e luz”, calculava (*O Povo*, 25/08/2011).

De acordo com a ANS, programas voltados para o *envelhecimento ativo* envolvem ações de prevenção e de acesso a cuidados primários de saúde, que visam a detectar precocemente doenças crônicas. (*O Povo*, 23/08/2011).

A *mãe-estudante* calou-se sobre o pai do menino. (*O Povo*, 25/08/2011).

Termos como *sistema informatizado* e “expressa restrição de acesso” deveriam está melhor definidos [...] (*O Povo*, 25/08/2011).

Os professores da rede estadual, em greve há 20 dias, realizam hoje, a partir das 8 horas, *ato público*, na Praça da Imprensa [...] (*O Povo*, 25/08/2011).

3.1.4. Neologismos fraseológicos

Entendemos por unidades fraseológicas aqui a constituição formadas a partir de uma base ou matriz que mantém uma certa fixidez à qual se agregam formas variáveis. Nesse sentido entendemos que uma matriz fraseológica é aquela que apresenta uma parte com certo grau de fixidez, embora com variações, e que a partir dela se pode gerar mais de uma UF, tendo em vista que a parte invariável a caracteriza como uma matriz, já a parte variável permite que outros elementos sejam adicionados. A parte variável é a que se altera na unidade enquanto a parte invariável é a que se mantém fixa na unidade. Vale lembrar, contudo, que essa parte, mesmo considerada invariável, admite variação e é comum que ocorra, por meio de “inserção de elementos morfossintáticos, a retirada

de um dos elementos ou ainda a mudança de ordem entre eles, sem, contudo, sofrerem alteração de significado em relação a sua matriz principal". (BAVILACQUA, 1996, p. 63).

Nas passagens a seguir a estrutura *rede de* matem estabilidade constituindo uma matriz enquanto pode ser encaixado um elemento que denominamos [x] que é variável e a estrutura pode ser assim representada *rede de [x]* como podemos constatar nos exemplos *rede de [conexão]*, *redes de [imobiliárias]*. O mesmo ocorre com os demais empregos que são constituídos por outras bases como *classificação de [risco]*, *análise de [risco]*, *meio [digital]*.

Queremos fazer uma *rede de conexão* imediata dos corretores para economizar ligações [...]. (*O Povo*, 24/08/2011).

Hoje já existe as *redes de imobiliárias*, em que os corretores passam e-mails e se comunicam bastante peles internet [...] (*O Povo*, 24/08/2011).

A *classificação de risco* é uma ferramenta usada pelos investidores na hora de decidir em que país irão colocar suas aplicações. (*O Povo*, 26/08/2011).

A *avaliação de risco* de investimento é um sistema de nota desenvolvido por agência de *análise de risco* para alertar os investidores de todo o mundo sobre os perigos de mercado [...]. (*O Povo*, 26/08/2011).

[...] o projeto lista uma série de novos crimes, todos no *meio digital*. (*O Povo*, 25/08/2011).

3.2. Neologismos por empréstimo

3.2.1. Os estrangeirismos

Muito frequente na língua portuguesa em qualquer época histórica, mas sendo muito mais recorrente na época contemporânea, é o uso de empréstimos de léxicos de outras línguas, principalmente, da língua inglesa. A entrada do léxico estrangeiro ocorre mediante várias razões apontadas anteriormente. Muitas formas se adequam ao idioma receptor e passam a produzir formas derivadas pelos recursos de prefixação e sufixação como é o caso de *twiteiro* acima apresentado. Na mesma forma é *orkuteiro*, *marketeiro*, *blogueiro*, *pós-internet* etc.

Muitos são os empregos de palavras estrangeiras na imprensa de um modo geral. No jornal *O Povo* do Ceará elas aparecem em qualquer coluna, principalmente na publicidade de carros e no esporte. O uso de estrangeirismos muitas vezes prejudica a comunicação, pois um leitor comum não saberá a que se referem determinadas palavras e expressões

que circulam livremente nos jornais. Os exemplos a seguir são elucidativos desta afirmação.

Já está marcado o lançamento da *Space Cross da Volkswagen*. O carro traz um estilo mais *off road* para a já conhecida *SpaceFox*... (*O Povo*, 23/08/2011).

Off road com *Bosser*, suspensão a ar, cinco metros de comprimento, lugar para seis passageiros com muito conforto [...] (*O Povo*, 23/08/2011).

A estilista [...] comandará um *talk show*, durante a 27ª edição do *Ceará Summer Fashion*, no Maraponga Mart Moda. (*O Povo*, 23/08/2011).

[...] oferecerão à disciplinada embaixada do S. Cruz e a valorosa turma dos cronistas esportivos locais um animado *cock-tail*, que terá lugar sua sede social no Bemfica. (*O Povo*, 23/08/2011).

A *vitison* Tecnologia anuncia que o aplicativo de apoio aos noivos, *Wedding Planning*, ultrapassou a marca de 50 mil *downloads* (*O Povo*, 23/08/2011).

Comerciais estão sendo levados cada vez mais para as redes, como *Facebook* e *Twitter*. (*O Povo*, 23/08/2011).

Exibe uma garota sorridente a carregar um *tablet* nas costas, no lugar de uma mochila pesada. (*O Povo*, 23/08/2011).

O *La Pasta Gialla* pilota, esta noite [...], jantar *very special* com a presença do *chef* [...]. (*O Povo*, 24/08/2011).

Num vídeo produzido por eles, um grupo de pessoas, sentados no chão, tinha à frente um sujeito de enormes *dreadlocks*, lendo uma carta [...]. (*O Povo*, 24/08/2011).

[...] ferramentas similares às do *Facebook*, *Twitter*, *Google* e *Orkut*. (*O Povo*, 24/08/2011).

Conforme ele, há a opção do corretor ter um *software* de gerenciamento de informações de imóveis e clientes [...]. (*O Povo*, 24/08/2011).

Na *home* o *site* há a explicação de que a rede será oficialmente lançada no sábado. (*O Povo*, 24/08/2011).

Aguiar – propósito – fará o *speech* inaugural do Ciclo de Palestras sobre Controle da Administração Pública. (*O Povo*, 23/08/2011).

Quero entender esta forma autossustentável, ambiciosa, *hippie* e *hightech* da contracultura, frequentada também por cabeções de excelência acadêmica [...] (*O Povo*, 25/08/2011).

3.3. Reduplicação

Ocorre quando há repetição da mesma base. É pouco usual no português conforme Alves (1994) e como podemos constatar.

Há vantagens e desvantagens nesta decisão de hoje, seguindo as regras do indecifrável *mata-mata*, perigosa arma dedo si gumes. (*O Povo*, 24/08/2011).

3.4. Truncação

É um processo de encurtamento, ou seja, tipo de abreviação em que a parte final é eliminada. Encontramos as ocorrências *restô* de restaurante, *promô* de promovente, *niver* de aniversário que também sobre aférese. Estes usos são mais recorrentes em colunas sociais em que a colunista mantém um diálogo mais aproximativo.

No mesmo *restô*, noutra table, estavam [...]. (*O Povo*, 24/08/2011).

A *promô* é da Subcomissão de Desenvolvimento do Nordeste, da Câmara Alta [...]. (*O Povo*, 24/08/2011).

[...] que revelaram o encanto por Fortaleza e pelo *restô* dos anfitriões. (*O Povo*, 23/08/2011).

[...] foi a Curitiba para brinde de *niver* da filha [...]. (*O Povo*, 23/08/2011).

3.5. Derivação imprópria

É de criação em que uma palavra de uma classe gramatical passa para outra como ocorre com o substantivo próprio Wanda do qual derivou-se o verbo *wandalizar* conjugado na terceira pessoa do plural. O colunista, claro, faz o jogo de linguagem para expressar sua carga de humor e criticidade.

E adorei o final da novela. Quem matou a Norma? Wanda! *Wandalizaram* a Norma!. (*O Povo*, 24/08/2011).

3.6. Palavra-valise ou cruzamento vocabular

Acontece uma redução ou corte de uma das bases ou em ambas as bases que compõem o léxico. Esse corte permite o encaixe de uma base na outra formando o novo item lexical. É um fenômeno muito fecundo na língua portuguesa contemporânea.

Nas três formas registradas abaixo houve corte nas bases de apaixonado e alcoólico para formar *apaixocólico*, já em *biodiesel* somente a primeira base *biológico* sofreu redução, o mesmo ocorreu com *cibernético* que foi reduzido para *ciber* permitindo o encaixe de *espaço*.

Nesse disco, eu queria falar de uma forma com menos poesia, como se fala no ouvido da mulher”, explica, citando *Apaixocólico* anônimo, uma ode ao sexo oral onde ele se assume em “escravo do mel. (*O Povo*, 24/08/2011).

[...] há interesse da Petrobras em descobrir qual a matriz de *biodiesel* mais indicadora para o País, principalmente na área de agricultura familiar. (*O Povo*, 26/08/2011).

Definir o que é crime e o que o não é – no até então território sem lei do *ciberespaço* é fundamental. (*O Povo*, 25/08/2011).

4. Últimas considerações

Nossa abordagem sobre a formação das palavras no português contemporâneo usado pela imprensa não se esgota. Mostramos aqui os processos mais recorrentes encontrados nesta pesquisa de um jornal muito importante do Ceará de circulação em todo o território estadual.

Foi-nos possível perceber que o uso de palavras e expressões estrangeiras se mostrou muito produtivo quando remete a produtos importados. Dadas as necessidades de nomeação das medidas políticas, econômicas e ecológicas que são denominadas pelos recursos da língua materna, o processo de composição apresenta uma tendência muito forte. Os demais processos neológicos também são expressivos como a formação por prefixo, sufixo e palavra-valise, além das fraseologias.

A língua é um instrumento de comunicação que tem como objetivo primeiro a interação entre as pessoas. Não podemos pensar a língua como um algo estático, mas como um instrumento dinâmico, em constante mudança do qual o homem se serve para manifestar suas formas de pensar. Não podemos, portanto, pensar a língua apenas como norma padrão, mas como criação, como algo a se fazer constantemente, e isso faz com que muitos fatos da língua não estejam alinhados aos padrões gramaticais, mas são necessários na interação diária e, a depender do uso, essas formas aos poucos passarão às normas da gramática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ieda Maria. *Neologismo criação lexical*. São Paulo: Ática, 1994.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BEVILACQUA, Cleci Regina. *A fraseologia jurídico-ambiental*. 1996. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras, Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

CÂMARA Jr. J. Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CORPAS PASTOR, Gloria. *Manual de fraseología española*. Madrid: Gredos, 1996.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

LAPA, M. Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SANDMANN, Antônio José. *Formação das palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Scientia et Labor, 1988.

**UMA APRECIÇÃO FILOLÓGICA
DE UM DOS TEXTOS BÍBLICOS MAIS DISTORCIDOS
(MI 3.6-12)**

Carlos Alberto Gonçalves Lopes (ABRAFIL)
calbertoglopes@hotmail.com

RESUMO

Este ensaio faz uma abordagem exegética de natureza filológica e linguística do texto bíblico que vai do versículo 8 até o versículo 12 do capítulo 3 do livro de Malaquias, com o propósito de elucidar o seu verdadeiro sentido e, assim, contribuir para a correção de interpretações equivocadas que têm levado não poucos leitores a, inadvertidamente, agirem de maneira totalmente errada quanto ao que a Bíblia realmente ensina.

Palavras-chave: Exegese textual. Análise do discurso. Semântica.

Já faz um bom tempo que temos observado com bastante preocupação o fato de alguns líderes de várias organizações religiosas estarem usando continuamente e com insistência desmedida os versículos 8 a 12 do capítulo 3 do livro de Malaquias com o propósito de persuadir e até mesmo pressionar os ouvintes a contribuir com dez por cento de suas rendas e de seus salários para a igreja da qual fazem parte, como se essa prática sempre fosse considerada legítima, consensual e aceita em toda a história da igreja cristã, e como se o texto de Malaquias pudesse, sem distorções, validar o que se pretende insinuar com ele. Daí o nosso propósito em fazer uma exegese imparcial de Malaquias 3.6-12, à luz dos conhecimentos da linguística moderna e da semântica, com o propósito de decifrar a mensagem que o autor bíblico quis realmente transmitir.

Tomando como texto para análise o da edição corrigida e revisada, fiel ao texto original, de *A Bíblia Sagrada* (tradução de João Ferreira de Almeida), lemos do versículo 8 ao versículo 12 do capítulo 3 do livro de Malaquias o seguinte:

Roubará o homem a Deus? Todavia vós me roubais, e dizeis: Em que te roubamos? Nos dízimos e nas ofertas. Com maldição sois amaldiçoados, porque a mim me roubais, sim, toda esta nação. Trazei todos os dízimos à casa do tesouro, para que haja mantimento na minha casa, e depois fazei prova de mim nisto, diz o SENHOR dos Exércitos, se eu não vos abrir as janelas do céu, e não derramar sobre vós uma bênção tal até que não haja lugar suficiente para a recolherdes. E por causa de vós repreenderei o devorador, e ele não destruirá os frutos da vossa terra; e a vossa vide no campo não será estéril, diz o SE-

NHOR dos Exércitos. E todas as nações vos chamarão bem-aventurados; porque vós sereis uma terra deleitosa, diz o SENHOR dos Exércitos.

De início, cabe estabelecer a situacionalidade, ou melhor, os elementos contextualizadores do texto, que nos revelam tratar-se de um discurso divino inserido no Velho Testamento da *Bíblia Sagrada*, proferido na região conhecida hoje por Palestina (Oriente Médio), em torno de 460 a 420 anos antes de Cristo, uns cem anos após o retorno dos judeus do exílio babilônico, na época do sacerdote Esdras e do governador Neemias, e dirigido exclusivamente à nação judaica daquela época.

É fato que o discurso é duro, mas não se pode negar que ele não deixa de ser também amoroso, porque veicula uma mensagem exortativa ao povo judeu a fim de que deixasse de roubar a Deus com a sonegação do dízimo, pois assim seria não só recompensado com muita fartura mas também internacionalmente reconhecido como um povo bem-aventurado por viver numa terra deleitosa onde o devorador seria repreendido, entendendo-se aqui por devorador às pragas responsáveis pela ruína das colheitas.

Quanto à intencionalidade, lendo-se todo o livro de Malaquias, não há quem negue que esse texto tem o propósito de confrontar o povo judeu daquela época, repreendendo-o pela atitude hipócrita de demonstrar uma piedade religiosa que na realidade não tinha, pois infringia deliberadamente preceitos da lei mosaica debaixo da qual estava sujeito, dentre os quais o que determinava o pagamento do dízimo para a classe sacerdotal que não possuía terra de onde pudesse obter o seu próprio sustento.

Pode parecer muito chocante a acusação de ladrão dada ao povo, principalmente levando-se em conta o fato de ser Deus mesmo quem está aqui a falar, mas a realidade é que tal acusação procede e tem fundamento para aquela época, não só pelo fato de a legislação mosaica pressupor um estado teocrático no qual era obrigatória (e não facultativa) a contribuição do dízimo, como também porque a sonegação dessa contribuição implicava em se apropriar indevidamente de alimentos destinados à classe sacerdotal. Já o que não procede nem tem fundamento é acusar um não dizimista de ladrão, em nossos dias, sob pena de cometer crime de calúnia; porque o contexto hoje é outro, bem diferente.

O trecho de Malaquias não está escrito em linguagem alegórica ou tão hermética que ofereça obstáculo intransponível à sua compreensão ou que faça com que ele seja de difícil interpretação. Muito pelo contrário, é

bem claro e inteligível. Apesar da existência de pouquíssimas figuras de linguagem, a exemplo de “janelas do céu”, admite ser interpretado literalmente. Portanto, alegorizá-lo para tentar aplicá-lo a outra realidade que não à da época do profeta Malaquias implica em distorcer o sentido original que lhe foi dado. Para evitar tal distorção, necessário se faz, dentre outros cuidados, atentar para o fato de que o fulcro da sua mensagem está no trecho onde se diz “trazei todos os dízimos à casa do tesouro para que haja mantimento em minha casa”, e a chave para a sua interpretação está na sua relação de intertextualidade com outros textos bíblicos, dentre os quais o de 2 Crônicas 31.11, onde se diz ter Ezequias ordenado “que se preparassem depósitos na Casa do Senhor”, e que “uma vez preparados, recolheram neles fielmente as ofertas, os dízimos e as coisas consagradas”; o de Neemias 12.44, onde se diz que “no mesmo dia se nomearam homens sobre as câmaras, dos tesouros, das ofertas alçadas, das primícias, dos dízimos, para ajuntarem nelas, dos campos das cidades, as partes da lei para os sacerdotes e para os levitas”; o de Neemias 13.12, onde se diz que “todo o Judá trouxe os dízimos do grão, do mosto e do azeite aos celeiros”; o de Números 18.21, onde Deus se manifesta dizendo ter dado aos filhos de Levi “todos os dízimos em Israel por herança, pelo ministério que executam, o ministério da tenda da congregação”; e o de Neemias 10.37-39, onde se lê o seguinte:

E que as primícias da nossa massa, as nossas ofertas alçadas, o fruto de toda a árvore, o mosto e o azeite, traríamos aos sacerdotes, às câmaras da casa do nosso Deus; e os dízimos da nossa terra aos levitas; e que os levitas receberiam os dízimos em todas as cidades, da nossa lavoura. E que o sacerdote, filho de Arão, estaria com os levitas quando estes recebessem os dízimos, e que os levitas trariam os dízimos dos dízimos à casa do nosso Deus, às câmaras da casa do tesouro. Porque àquelas câmaras os filhos de Israel e os filhos de Levi devem trazer ofertas alçadas do grão, do mosto e do azeite; porquanto ali estão os vasos do santuário, como também os sacerdotes que ministram, os porteiros e os cantores; e que assim não desampararíamos a casa do nosso Deus.

É plausível, então, inferir do texto de Malaquias que a lei do dízimo continua vigorando até hoje e que aqueles que não são dizimistas estão roubando ao Senhor? De jeito nenhum, salvo se deliberadamente violarmos regras fundamentais de interpretação textual, porque o contexto é outro. A mensagem aqui, além de não estar sendo dirigida para a igreja atual, mas para os judeus sonegadores que viveram em torno do século quinto antes de Cristo, na dispensação mosaica, não admite a entrega do dízimo para a *tesouraria* de igrejas existentes nos nossos dias, mas para a *casa do tesouro*. Observe que o texto é bem claro quanto a isso ao dizer “trazei todos os dízimos à casa do tesouro para que haja mantimen-

to em minha casa”, onde *casa do tesouro* se refere aqui às dependências no templo de Jerusalém destinadas para o armazenamento dos dízimos e das ofertas, que deveriam ser não em dinheiro mas em mantimentos; e *minha casa* só pode se referir à casa de Deus, isto é, ao templo sagrado em Jerusalém; nenhum deles existentes nos dias atuais, por terem sido destruídos quando da invasão da cidade de Jerusalém pelo Império Romano, há mais de 1900 anos. Portanto, não tem sentido dizer que o dízimo é para ser entregue na igreja A, B ou C. Não, porque o local estabelecido para isso foi a *casa do tesouro*, na cidade de Jerusalém; ou dizer que a *minha casa* é a catedral ou o prédio de uma organização religiosa qualquer. Não, a *minha casa* foi o templo judaico lá em Jerusalém para onde se enviavam os dízimos referidos em Malaquias, a fim de que houvesse mantimentos suficientes ali para alimentar os sacerdotes que oficiavam naquele lugar.

Além disso, ao estabelecer a razão para dar o dízimo, isto é, “para que haja mantimento em minha casa”, estabelece também o modo como o contribuinte deveria efetuar o pagamento do dízimo, ou seja, em mantimentos, que em bom português significa alimentos, e não dinheiro, apesar de naquela época já existir dinheiro. Sendo assim, dizimar em dinheiro implicava em infringir a ordem bíblica dada aos proprietários de terra, produtores de alimentos, para que entregassem 10% da sua produção aos levitas, e para que estes, por sua vez, entregassem 10% do que recebiam aos sacerdotes que oficiavam no templo de Jerusalém, a fim de suprir as necessidades deles, já que tanto os levitas quanto os sacerdotes eram funcionários públicos do estado judaico que não podiam possuir terras para a produção de alimentos para si mesmos.

Outra evidência de que o dízimo era dado em alimentos e não em dinheiro está no texto de Neemias 13.12, onde se relata ter Judá trazido “os dízimos do grão, do mosto e do azeite aos **celeiros**”, mostrando assim que eram nos **celeiros** que se depositavam os dízimos. Se os dízimos fossem dados em dinheiro eles seriam depositados em cofres ou bancos e não em depósitos ou câmaras, e muito menos em **celeiros**, os quais são usados exclusivamente para o armazenamento de cereais ou alimentos.

Daí se deduz também que o dízimo, *mutatis mutandis*, tinha a ver mais com um tipo de imposto de renda pago com mantimentos, sendo uma “contribuição secundária, destinada a várias finalidades ligadas ao templo” (OLIVEIRA, 1996, p. 43), com o propósito inicial de manter o estado teocrático judaico e, mais tarde, de auxiliar os necessitados. As contribuições de natureza estritamente religiosa exigidas por Deus como

parte do culto de adoração e revestidas de um significado especial para a fé judaica eram as ofertas das primícias e dos primogênitos e não o dízimo, razão pela qual é uma interpretação equivocada quanto à sua intencionalidade usar hoje o texto de Malaquias 3.8-12 para justificar a prática do dízimo com o propósito religioso de expressar piedade cristã.

De tudo o que foi dito, não há, então, como não concluir que o dízimo, dentre outras finalidades, existiu para o sustento da classe sacerdotal judaica de um passado bem distante, dentro da qual estavam inseridos os levitas residentes no interior do país e os sacerdotes que oficiavam no templo situado na capital, em Jerusalém. Foi instituído no âmbito do legalismo judaico-religioso da velha dispensação para adeptos da religião oficial de um estado teocrático não cristão que tinha templo, sacrifício e classe sacerdotal, o que inviabiliza a sua vigência em nossos dias, uma vez que hoje não temos mais o templo de Jerusalém, nem sacrifício de animais, nem o sacerdócio levítico. Dar outro sentido ao texto que não seja esse é enveredar por um caminho tortuoso e muito arriscado cujo fim é sair da graça para cair no legalismo das obras tão condenado nas epístolas paulinas.

A propósito, Araújo (s.d., p. 3) diz que “o sacerdócio levítico teve os seus dias contados no Calvário, ao partir-se o véu do templo, para que fosse dado lugar a outro ministério, cujo ministrante fosse o próprio Cristo”. E, mais adiante, depois de observar que o sacerdócio de Cristo não é levita, indaga: “Como podem os cristãos que também não o são, recolher um tributo que só era devido aos levitas?” (*Id. Ibid.*).

Se for para restaurar o que Malaquias 3.8-12 ordena, então necessário se faz restaurar toda a lei cerimonial, na qual consta não só o *dízimo dos levitas*, referido em Números 18.21, mas também o *dízimo das festas*, referido em Deuteronômio 14.23; o *dízimo dos pobres*, que deve ser recolhido a cada três anos para ser distribuído entre as viúvas, os órfãos, os estrangeiros e os levitas necessitados, conforme está em Deuteronômio 14.28-29 e 26.12-13; e até a guarda do *sábado*, dentre outros preceitos estabelecidos pela legislação judaica.

É fato que algumas organizações religiosas de hoje admitem uma classe sacerdotal denominada *clero* para a qual defendem o direito de ser remunerada com a receita oriunda do dízimo dado pelos fiéis leigos. Todavia, entram em contradição, por defenderem o sacerdócio universal dos crentes e o ponto de vista de que todo cristão, como sacerdote, deve desenvolver os seus dons trabalhando em prol da mesma fé em suas respec-

tivas igrejas, ao mesmo tempo que remuneraram apenas os líderes, uma minoria, como se só eles trabalhassem em prol da fé, enquanto os outros, não. Lendo o livro de Atos, constatamos que na igreja primitiva a prática não era essa, mas a de repartir entre os irmãos, de acordo com as suas necessidades. Além disso, não há como se fundamentar em Malaquias para defender tal prática nos dias atuais.

Sendo assim, se há algum líder na igreja que pretenda ser sustentado pela membresia sem precisar levantar o seu sustento trabalhando fora, como fez Paulo para não ser pesado aos irmãos, só há uma maneira para se fazer isso, que é a da contribuição voluntária e espontânea daqueles que desejarem contribuir para tal fim; mas, mesmo assim, desde que os demais, que não concordarem com esse procedimento, fiquem livres de qualquer censura por não contribuir, uma vez que o dízimo foi instituído para o sacerdócio levítico e não para um sacerdócio diferente daquele; opinião essa reforçada por Viola & Barna (2008, p. 205), ao afirmarem, referindo-se aos cristãos, que “todos nós somos sacerdotes agora” e que, “então, se um sacerdote exige o dízimo, todos os cristãos devem *dizimar-se mutuamente!*”, além de confessarem que “os anciãos (pastores) do primeiro século nunca receberam salários” (*Id.*, p. 270).

Numa tentativa ilógica de convencer que o dízimo já vigorava antes da lei mosaica e que, portanto, ele ainda é válido para hoje, os defensores desse tributo citam Gêneses 14.19-20 e 28.20-22, em que relata Abraão dando o dízimo dos despojos de guerra e em que relata Jacó fazendo a promessa de dar o dízimo, sob certas condições. No entanto, erram por não atentarem para o fato de que tanto o dízimo dado por Abraão quanto o dízimo prometido por Jacó não têm nada a ver com o dízimo que é praticado hoje por algumas igrejas, e muito menos com o dízimo referido em Malaquias, com o qual não há nenhuma relação de intertextualidade, visto que Abraão decidiu dar o dízimo livre e espontaneamente, sem ter havido nenhuma lei ou pressão que o obrigasse a fazê-lo, e mesmo assim não foi dos seus bens que dizimou, mas dos despojos de guerra; nem foi a uma igreja, mas a Melquisedeque, rei de Salém, que ele deu o dízimo; enquanto que, a respeito de Jacó, não se diz que ele deu o dízimo, mas que fez uma promessa de dizimar, desde que fosse abençoado, o que é bem diferente do que estabelecia a lei mosaica sobre o dízimo. Se Jacó estivesse debaixo do legalismo do dízimo ele não teria feito tal voto, pois não tem nenhuma validade o voto que se faz daquilo que se constitui dever ou obrigação legal. Seria o mesmo que dizer hoje o seguinte: “Se ficar curado desta doença que me atormenta pagarei o impos-

to de renda que estou devendo”. Por acaso tem sentido e validade uma promessa feita nesses termos?

Há também os que tentam estabelecer uma ligação intertextual com o episódio da viúva pobre que deu tudo o que tinha, encontrado em Lucas 20.1-4, e com o trecho de Mateus 23.23, em que Jesus aprova o dízimo. Acontece, porém, que tanto a viúva pobre quanto Jesus estavam debaixo da dispensação mosaica, razão pela qual Jesus não aprovou só o dízimo mas também a circuncisão, a celebração de festas religiosas, como a festa da páscoa ou dos pães asmos, e o sacrifício de animais no templo, dentre outras práticas estabelecidas pela lei da velha dispensação; práticas estas só abolidas após sua morte sacrificial na cruz em nosso favor, com o advento do Cristianismo. Talvez a confusão exegética ocorra pelo fato de os evangelhos estarem situados no Novo Testamento. Devemos, porém, atentar para o fato de que apesar de serem eles o prenúncio da nova dispensação, ela começa a rigor no livro de Atos.

Além disso, cabe acrescentar o fato de que após o advento do Cristianismo até mesmo o judaísmo aboliu algumas de suas normas, como a de dizimar, conforme relata Oliveira (1996, p. 24), ao dizer que “nas comunidades judaicas atuais o dízimo perdeu a sua referência decimal, passou a ser voluntário e foi substituído por um conjunto de contribuições para fins de culto, previdência social e beneficência”.

Uma prova de que a exegese que comumente se tem feito de Malaquias 3.8-12 além de ser distorcida não é fidedigna está no testemunho da História, uma vez que nos primeiros séculos da era cristã a igreja não interpretava esse texto como tem sido interpretado hoje. Tanto isso é verdade, que se consultarmos o verbete “dízimo” na Enciclopédia Barsa, vamos encontrar que o ato de dizimar só apareceu no Cristianismo a partir do século VI, e mesmo assim nem sempre foi aceito por todos, uma vez que a Igreja Ortodoxa Grega, por exemplo, que surgiu depois, nunca aceitou essa prática, que finalmente foi abolida após a Revolução Francesa, no século XVIII, e substituída por contribuições voluntárias.

De fato, apesar de haver quem pretenda passar a informação insustentável de que a prática do dízimo sempre foi algo corriqueiro e consensual, a verdade é que, de acordo com Oliveira (1996, p. 85), “até onde os documentos existentes permitem saber, o dízimo é algo estranho à Igreja dos dois primeiros séculos, e só começou a aparecer na medida em que a Igreja se deixou enredar pela sedução do poder temporal e do poder político”. E, mais adiante, acrescenta que Paulo não se refere ao dízimo

uma única vez sequer, e quando toca no assunto contribuição é com a única finalidade de atender as carências imediatas dos irmãos que estavam passando necessidades (*Idem*, p. 95).

Por outro lado, Justino Mártir (*Apud* HAWTHORNE, 1981, p. 681), relatando o costume da igreja primitiva, diz que cada domingo

aqueles que prosperam e têm esta vontade, contribuem, cada um, na quantidade que quiser. Aquilo que é coletado é depositado com o presidente, e ele cuida dos órfãos, das viúvas e dos necessitados... e aqueles que estão presos e dos forasteiros que habitam entre nós.

Também cabe observar que muitos dos pais da igreja, “como Irineu, por exemplo (séc. II), condenavam o dízimo por considerá-lo legalista e ritualista, em oposição à espontaneidade das ofertas voluntárias” (OLIVEIRA, 1996, p. 26), confirmando o entendimento incontestável de que nesse período do início da igreja a contribuição era algo espontâneo e voluntário e, quando ocorria, era praticada principalmente para auxiliar os pobres necessitados.

Opinião contrária ao dízimo foi também a dos puritanos ingleses, um dos grupos cristãos mais piedosos da história da igreja cuja origem está situada por volta do século XVI; cristãos estes que, segundo McKIM (1988, p. 488) “queriam a abolição dos dízimos, substituindo-os por contribuições voluntárias para sustentar os clérigos”.

Essa compreensão dos cristãos primitivos e de cristãos dos séculos posteriores, dentre os quais os puritanos, corrobora as teses defensoras do “serviço eclesástico voluntário, da gratuidade do Evangelho e da contribuição espontânea facultativa na igreja” expressa de modo exemplar em uma das epístolas paulinas que diz o seguinte: “Cada um contribua segundo propôs no seu coração; não com tristeza, ou por necessidade; porque Deus ama ao que dá com alegria” (2 Co 9.7). Tal preceito evidencia uma contribuição que vem de dentro para fora; em oposição ao dízimo, que “é uma imposição e, como tal, vem de fora para dentro” (ARAÚJO, s.d., p. 6).

A propósito dessa *gratuidade do Evangelho*, digno de nota é o que escreve Araújo (s.d., p. 5), ao destacar a recomendação de Jesus dada aos setenta discípulos para que não levassem bolsa, significando com isso dizer “que a salvação é gratuita, que não é lícito cobrar nada a ninguém para adquiri-la. Em outras palavras, é como se Jesus tivesse dito: não é preciso tomar dinheiro de ninguém. Por isso, não levem bolsas. Tão claro assim! “De graça recebestes, de graça dai” (Mt 10.8).

A maioria das pessoas não consegue alcançar essa compreensão não só por estar muito presa aos bens materiais como também por ignorar o fato de que o amor vale muito mais do que o dinheiro, como se só contribuísse aqueles que dão dinheiro. Jesus viveu nesta Terra sem possuir riquezas materiais para oferecer e, no entanto, com o seu amor sem limites, deu-nos muito mais do que toda a fortuna do mundo, a nossa salvação pela fé nEle, e de graça.

Concluindo, cremos que as ponderações apresentadas são mais do que suficientes para evidenciar a existência de graves distorções na interpretação que hoje se faz de Malaquias 3.8-12, distorções essas que não resistem a uma análise crítica imparcial, séria e fidedigna do texto bíblico, à luz dos conhecimentos históricos e linguísticos disponíveis para tal fim. Tudo isso ocorre por não se levar em conta, na sua interpretação, a intenção do autor da mensagem profética; os elementos contextualizados, tais como o local e a época em que a mensagem foi escrita; as relações de intertextualidade de Malaquias 3.6-12 com os outros textos bíblicos auxiliares da sua compreensão; e, finalmente, a falta de discernimento quanto aos destinatários da mensagem (judeus e não cristãos), quanto à modalidade de contribuição (em mantimentos e não em dinheiro), quanto ao local de destino da contribuição (casa do tesouro em Jerusalém e não tesouraria de igreja) e quanto ao propósito da contribuição (abastecer com alimentos a classe sacerdotal judaica existente antes de Cristo e não remunerar com dinheiro o clero dos dias atuais).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ubaldo Torres. *O dízimo*. Águas da Prata: [s.d.], [Cópia xerografada].

_____. *Pecador eu sou; transgressor, não*. Águas da Prata: Publicações Novo Despertar, 1983.

BÍBLIA de estudo de Genebra. São Paulo e Barueri: Cultura Cristã e Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

BÍBLIA Sagrada. Trad. de João Ferreira de Almeida. Edição corrigida e revisada; fiel ao texto original. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 1994.

CUNHA, Arqueleu. *Dízimos religiosos: falácia medieval*. Maceió: 2010 [DVD].

DÍZIMO. *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro/São Paulo, Encyclopedia Britannica, 1980.

FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1991.

HAWTHORN, G. F. Dízimo na igreja primitiva. *O novo dicionário internacional de teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1981.

McKIM, Donald. A prática do dízimo. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1988, vol. 1.

OLIVEIRA, Paulo José F. de. *Desmistificando o dízimo*. São Paulo: ABU, 1996.

PADILHA, Fernando César Roelis. *Porque deixei de ser dizimista*. Maringá: Gráfica Alfa, 1986.

SCHULTZ, Mary. O dízimo do dízimo. Teresópolis: 2003 [Apostila xerografada]

VILELA, Mário. *Gramática da língua portuguesa*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 1999.

VIOLA, Frank; BARNA, George. *Cristianismo pagão*. Trad. de Tatiana Luques. São Paulo: Abba Press, 2008.

HISTÓRIA DAS LÍNGUAS ROMÂNICAS

José Pereira da Silva (UERJ/UFAC)

pereira@filologia.org.br



BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica: história externa das línguas*, v. 1. São Paulo: Edusp, 2001, 380 p.; *história interna das línguas românicas*, v. 2. São Paulo: Edusp, 2010, 456 p.

<http://www.edusp.com.br> e edusp@usp.br

Bruno Fregni Bassetto, professor titular de filologia românica na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (aposentado), não fosse o estado de abandono em que foram deixados os estudos dessa disciplina nas universidades brasileira, dispensaria apresentações.

Seguidor da obra de Theodoro Maurer Jr., o professor Bassetto é filólogo por vocação, opção e convicção, possuidor de uma vasta cultura, conhecendo – além de grego, latim e alemão – todas as línguas românicas e muitos de seus dialetos.

Tem dedicado todo o seu tempo ao ensino, pesquisa e divulgação da filologia românica, veículo indispensável para quem quer conhecer a fundo qualquer uma dessas línguas.

A obra aqui apresentada é resultado de muitos anos de estudos e de uma longa prática de docência.

No primeiro volume, que já está na segunda edição, o leitor encontra a descrição dos diversos métodos filológicos utilizados na abordagem de textos, assim como a história externa das línguas românicas, desde a constituição e o posterior esfacelamento do império Romano –com a projeção do latim e suas variedades – passando pelas invasões bárbaras e chegando até fins do século XV, quando começam a se constituir as atuais línguas românicas da Europa.

Neste segundo volume dos *Elementos de Filologia Românica*, seguindo a mesma orientação do primeiro, o autor trata da história interna, ou seja, do caminho percorrido pelas línguas românicas, do latim vulgar à situação atual, nos níveis fonético e fonológico, léxico, morfológico,

morfossintático e sintático.

Já que este trabalho se destina primordialmente aos alunos de graduação das universidades brasileiras, o português foi escolhido como o principal ponto de referência, particularmente o português do Brasil.

No desenvolvimento dos tópicos sequenciais, segue-se a ordem alfabética, sempre que couber, e não as classificações segundo critérios gramaticais, como, por exemplo, “líquidas”, “nasais” e “sibilantes”, na fonética. Apesar de não ser Bassetto o primeiro a utilizar esta organização dos estudos de história interna das línguas, trata-se de uma opção pouco utilizada, mas de grande praticidade. Procura-se com isso facilitar aos interessados a localização do assunto específico estudado ou procurado. A ordem alfabética é simples e acessível mesmo a leitores não especializados no campo. Tal critério, porém, não é absoluto, podendo-se eventualmente recorrer a critérios mistos, tal como o de importância do fato abordado, o que acontece com certa frequência em diversos capítulos.

Sempre que possível, o Prof. Bruno nos conduz às bases e raízes indo-europeias dos fatos estudados, evitando-se a prolixidade e exibição de eruditismo, quando possível, mas buscando dar ao leitor uma visão histórica mais ampla. Assim, situa melhor o latim e as línguas românicas no contexto das línguas ocidentais, na perspectiva da pancronia²⁹, que é sem dúvida, a mais adequada aos estudos filológicos.

No campo românico, conforme esquema estabelecido no primeiro volume, segue-se, no desenvolvimento dos conteúdos e nas exemplificações, em linhas gerais, a posição geográfica das línguas românicas na Europa, do ocidente para o oriente: português, castelhano, catalão, gascão, provençal, francês, sobresselvano, engadino, friulano, sardo (logudorês), italiano, velhoto (dalmático) e romeno, com ocasionais incursões em falares regionais – por exemplo, valão, dolomita, corso, calabrês, siciliano, mácedo-romeno –, que forem consideradas importantes pela contribuição que podem trazer à compreensão do conjunto³⁰.

²⁹ Dá-se este nome à confluência do estudo sincrônico com o diacrônico. Esse enfoque considera que o estudo dos fenômenos linguísticos só é completo quando observados tais fenômenos dentro do sistema e na sua evolução histórica, que é a história do próprio sistema.

³⁰ O franco-provençal não foi considerado, a não ser ocasionalmente, por ser falado por poucos usuários e sem qualquer tipo de padronização, de modo disperso, na França, na Itália e na Suíça.

O índice temático, detalhado na medida do possível, pretende economizar o tempo dos consulentes.

Sério problema enfrentado na elaboração deste segundo volume dos *Elementos de Filologia Românica* foi o da transcrição de exemplos e textos românicos de épocas diversas e, em consequência, de grafias heterogêneas. Acresce que, para o gascão, o sobresselvano, o dolomita, o friulano e o sardo, só recentemente a ortografia foi padronizada, depois de longos anos de debates e controvérsias, além de, às vezes, os usuários aderirem à norma ortográfica estabelecida. Por isto, respeitou-se a grafia encontrada, com algumas alterações necessárias para se obter alguma uniformização. No velhoto, por exemplo, em cujos textos ora se escreve “k”, ora “c”, eliminou-se o “k” que não fazia parte do alfabeto latino.

Em muitos casos, inclusive em textos divulgados via Internet, é comum a ausência de alguns elementos gráficos (principalmente diacríticos), por deficiência dos meios de comunicação. Nestes casos, foram feitas as correções gráficas, mas, no geral, a forma original foi respeitada.

O livro está dividido em quatro capítulos (1. Fonética e fonologia; 2. O léxico; 3. Morfossintaxe e 4. Sintaxe), que são precedidos de Abreviaturas e Introdução e seguidos de Bibliografia e Índice temático.

O capítulo 1 (Fonética e fonologia) se divide em I- As vogais (As vogais no latim vulgar e nas línguas românicas; O tratamento dos encontros vocálicos e Outras alterações de vogais) e 2- As consoantes (No latim literário; No latim vulgar e nas línguas românicas).

O capítulo 2 (O léxico) tem cinco subcapítulos: 1- O vocabulário herdado; 2- Latim eclesiástico e medieval: fonte perene de empréstimos; 3- Particularidades léxicas das línguas românicas; 4- Elementos léxicos não latinos; e 5- Processos românicos de formação de palavras.

O capítulo 3 (Morfossintaxe) apresenta onze subcapítulos: I- O nome; II- O artigo; III- Os pronomes; IV- Os possessivos; V- Os demonstrativos; VI- Os indefinidos; VII- Os numerais; VIII- O verbo; IX- O advérbio; X- Os conectivos: preposições e conjunções; e XI- As interjeições.

O último capítulo (Sintaxe) se divide em dois blocos (I- O período simples e II- O período complexo) que se subdividem, respectivamente em: I (A ordem dos termos no período – Colocação; A concordância; A regência e Tipos de oração independente) e II (Coordenação e Subordinação).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Trata-se de um livro de extrema importância para a atualização dos estudos linguísticos de quem deseja conhecer profundamente a língua portuguesa, pois apresenta as bases para o conhecimento da evolução da língua latina nas diversas regiões de seu domínio, com subsídios suficientes para se fazer um belo estudo comparativo da língua portuguesa com qualquer uma das línguas irmãs e, assim, compreender melhor a formação de nosso idioma.

Além disso, apresenta uma excelente e atualizada bibliografia para esta especialidade de estudos linguístico-filológicos, ainda pouco difundidos, apesar da crescente procura dos estudos comparados na literatura e em diversas outras especialidades de estudos afins.

Elementos de Filologia Românica é uma importante obra de consulta que pode também ser lida de um fôlego só, porque, além de instigante, foi escrita num estilo simples e claro, privilégio e conquista de um pesquisador, mas, sobretudo, de um raro professor, cuja qualidade essencial é a generosidade de transmitir o que sabe, sabendo que, ao fazê-lo, acaba por saber mais, como registrou Henrique Murachco na orelha do primeiro volume.

O LETRAMENTO NA ORALIDADE E NA ESCRITA

José Pereira da Silva (UERJ/UFAC)

pereira@filologia.org.br



BOTELHO, José Mario. *Oralidade e escrita sob a perspectiva do letramento*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012, 192 p.

contato@editorialpaco.com.br (11) 4521-6315

<http://www.editorialpaco.com.br>

Aos que não conhecem o autor, lembramos que José Mario Botelho (mestre e doutor em linguagem pela PUC-Rio e mestre em língua latina pela UFRJ) é membro efetivo da Academia Brasileira de Filologia e professor adjunto da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, onde leciona, em cursos de graduação, língua portuguesa e língua latina, e em especialização, morfossintaxe e estilística da língua portuguesa. Na pesquisa, vem desenvolvendo estudos da linguagem desde 2001, dando continuidade à temática desenvolvida em sua tese de doutoramento (que é a base da presente obra) e do Grupo de Estudo de Linguagem Oral Culta de São Gonçalo (GELOC-SG).

O livro contribui, sem dúvida, com os docentes e profissionais da educação básica, com reflexões sobre o processo de ensino-aprendizagem da língua nos espaços escolares.

A partir da compreensão de Tannen³¹ de que nem a linguagem falada nem a linguagem escrita constitui um fenômeno unificado, mas modalidades que supõem uma multiplicidade de estilos, e da compreensão de que há tipos de linguagem falada que se assemelham à escrita e tipos de linguagem escrita muito semelhantes à fala, Botelho faz um estudo comparativo entre a linguagem oral e a escrita, mostrando-nos que as falas espontâneas possuem uma lógica de construção bem próxima da norma culta, propondo uma reflexão sobre as semelhanças e diferenças da linguagem oral e da linguagem escrita.

Como bem lembra o autor, até bem recentemente se acreditava

³¹ TANNEN, D. *Spoken and written language: exploring orality and literacy*. Norwood: Ablex, 1982

que a linguagem oral e a linguagem escrita eram bem diferentes, com fundamento na comparação que tomava a conversação como referente da oralidade e a dissertação formal, como referente da escrita, produções que se opõem completamente.

Em princípio, algumas diferenças parecem ser causadas pelo fato de a linguagem utilizada ter sido produzida de forma oral ou escrita. Todavia, há outros fatores de uso da linguagem que interferem na distinção entre ambas, como o grau de desenvolvimento linguístico, no qual se revela o grau de letramento de cada usuário.

Dispostos num contínuo os gêneros textuais comparados, constata-se mais semelhanças do que diferenças entre eles, pois há tipos de linguagem falada que se assemelham à escrita e outros da linguagem escrita que se assemelham à fala.

Esse livro procura comprovar a influência que a oralidade e a escrita exercem uma sobre a outra, sob a perspectiva do letramento, pois são modalidades discursivas de um mesmo sistema linguístico que apresentam mais semelhanças do que diferenças.

A professora Maria Suzett Biembengut Santade, no Prefácio (p. 7) lembra que Botelho defende a ideia de que oralidade e escrita são dois fenômenos inerentes ao ser humano e que entre a linguagem oral e a linguagem escrita há mais semelhanças do que diferenças. Ele esclarece, no entanto, que cada uma dessas modalidades discursivas possui características particulares que não podem ser negadas, mas, no entanto, é também inegável que há muito em comum entre elas.

O professor José Mario Botelho dialoga com diversos estudiosos no embasamento teórico de seu estudo, concluindo afirmativamente que a aproximação da escrita à fala e desta àquela acontece nos escritos espontâneos, atestada em pesquisa de campo, usando estudantes do ensino fundamental e médio como seus informantes.

Nesta obra, o autor apresenta um trabalho acurado nas análises linguísticas das produções de seus informantes, apontando para o fato de que há um momento (provavelmente nos primeiros períodos da graduação) em que se inicia um ciclo de influências da escrita sobre a fala, apesar de não ter podido comprová-lo, por causa da limitação do tempo que a pesquisa exigiu, visto fazer parte do seu trabalho de conclusão de curso doutorado.

O objetivo do autor foi o de mostrar a influência que a oralidade e

a escrita exercem uma sobre a outra, fazendo que o produto oral e o escrito sejam parcialmente isomórficos ou correspondentes, de modo a preservarem suas operações nos contextos em que se usam.

O livro foi organizado em seis capítulos: 1- Princípios teóricos; 2- Influências mútuas de uma modalidade sobre a outra; 3- A natureza da linguagem oral e da linguagem escrita; 4- Particularidades da língua portuguesa; 5- Metodologia de investigação e 6- Análise dos dados, além de uma Introdução e de Considerações finais.

É nessas Considerações finais, que o próprio autor resume seu trabalho nos seguintes termos:

Para chegar a essa conclusão, dividi o trabalho em seis capítulos. Primeiramente, apresentei certos conceitos teóricos já conhecidos, como letramento, alfabetismo, oralidade, escrita e contínuo tipológico.

Em seguida, discuti o fato de a linguagem oral exercer, num primeiro momento, influência sobre a prática da escrita; num segundo momento, de a linguagem escrita influenciar a oralidade; e, num terceiro momento, de ocorrerem influências mútuas de uma sobre a outra.

Depois, no terceiro capítulo, procurei caracterizar a natureza de cada modalidade, aproveitando a teoria de Chafe (1987)³² sobre o assunto. No capítulo seguinte, enfatizei duas particularidades sintático-estruturais da língua portuguesa, já que características dessa natureza parecem ser o principal elemento da comparação entre as práticas discursivas da língua.

Em seguida, no quinto capítulo, descrevi a metodologia de investigação.

Por último, apresentei os resultados dos dados obtidos dos textos que serviram como material de análise. (p. 174-175)

Assim como a professora Maria Suzett, acredito que este livro contribuirá muito com os docentes da educação básica nas reflexões sobre o ensino-aprendizagem da língua nos espaços escolares. Pois, no percurso da exposição do autor, não houve críticas a instituições e a professores como é bem comum acontecer, culpando-os pelos estratificados processos linguísticos dos estudantes. O professor José Mario Botelho conhece bem “o chão da educação básica” e deseja, deveras, contribuir com aqueles que, no cotidiano das práticas linguísticas, estão lá no universo dos estudantes. Para nós, este é o ponto mais relevante do livro.

³² CHAFE, W.; DANIELEWICZ, J. Properties of speaking and written language. In: HOROWITZ, R.; SAMUELS, S. J. (Eds.). *Comprehending oral and written Language*. New York: Academic Press, 1987, p. 83-113.

**POESIA INÉDITA
DO BRASÍLICO GONÇALO SOARES DA FRANCA**

José Pereira da Silva (UERJ/UFAC)
pereira@filologia.org.br



TOPA, Francisco (Ed.). *Um Gonçalo renascido: poesia inédita do brasílico Gonçalves Soares da Franca. Introdução e edição de...* Porto: Francisco Topa e Sombra pela Cintura, 2012. 156 p.

O organizador e promotor dessa edição nasceu no Porto (Portugal), em 1966, e é professor associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, lecionando nas áreas de literatura e cultura brasileira, crítica textual, literaturas africanas de língua portuguesa e literaturas orais e marginais. Doutorou-se em literatura, em 2000, na mesma faculdade, com uma tese sobre o poeta barroco Gregório de Matos. A sua investigação tem estado dirigida para a literatura portuguesa e brasileira dos séculos XVII e XVIII, para a literatura africana de língua portuguesa (em particular a de Angola e Cabo Verde) e para algumas áreas da literatura oral e marginal. É autor de 14 livros e de muitas dezenas de artigos e resenhas nos domínios mencionados, tendo também organizado ou coordenado vários volumes de atas e publicações afins.

Nascido em 1678, em Salvador, e falecido em data desconhecida, mas posterior a 1724, Gonçalo Soares da Franca foi membro supranumerário da Academia Real da História, de Lisboa, e um dos fundadores da Academia Brasílica dos Esquecidos, onde apresentou as *Dissertações da História Eclesiástica do Brasil*, vários poemas em português e uma epopeia em latim intitulada *Brasília*, dada como perdida. Além disso, vários textos seus tinham sido incluídos numa coletânea publicada por Sebastião da Rocha Pita em 1709 a propósito da morte de D. Pedro II.

Este livro parte da (re)descoberta de um *corpus* inédito contido num códice da Biblioteca Pública de Évora e nos mostra um Gonçalo Soares da Franca que, sem se afastar do registro dominante no barroco de língua portuguesa, é capaz de nos transmitir, sobretudo nos poemas burlescos e satíricos, uma impressão de frescura e de crônica bem-humorada do Brasil de fins do século XVII e inícios de setecentos, num espaço que vai da Bahia a Sergipe.

No seu prefácio, que intitulou “Um galo sozinho não tece uma manhã”, Francisco Topa prega que “é legítimo – e é necessário – resgatar do esquecimento autores e obras que não aspiram (ou não reúnem condições para aceder) ao estatuto de canônicos, por muito que a sua poética se afaste do gosto contemporâneo”. (p. 11)

Com a honesta e eficiente intenção de resgatar o poeta barroco Gonçalo Soares de Franca, o professor Francisco Topa procura sistematizar os dados disponíveis sobre a vida e a obra daquele que, muito jovem, foi companheiro de Gregório de Matos, chamando a atenção para os elementos de interesse que uma e outra revelam, no capítulo que intitula “Introdução: para o renascimento de Gonçalo”, dividido em três subcapítulos que tratam: 1- *De Sol dos Estudantes* a Acadêmico Esquecido: a vida e obra de Gonçalo Soares da Franca (resumindo em dezoito páginas a trajetória daquele que foi decantado por Gregório de Matos no soneto abaixo); 2- O manuscrito da Biblioteca Pública de Évora (em que resume a história do códice que serve de base para esta edição) e 3- A poesia inédita de um peregrino da Baía (em que apresenta rapidamente os poemas que adiante edita).

Soneto de Gregório de Matos:

De repente e c’os mesmos consoantes
não o fazem Poetas negligentes;
um Apolo o fará, Mestre das gentes,
e vós, Gonçalo, Sol dos Estudantes.

A princípios tão raros e elegantes
as Musas já se prostram reverentes,
querendo duplicar-vos muitas frentes,
porque um laurel não são lauréis bastantes.

Canta pois, doce espírito engenhoso,
nunca a Lira deponhas nem suspendas,
porque das nove o coro soberano

se põe no Sacro Monte deleitoso;
umas, porque Mecenas as acendas,
outras, porque as emendes Mantuano.³³

No segundo capítulo, descreve o modelo de edição que adota, informando: 1- a orientação global; 2- as normas de transcrição dos poe-

³³ TOPA, Francisco. *Edição crítica da obra poética de Gregório de Matos*, vol. II: edição dos sonetos. Porto: Edição do autor, 1999, p. 141-142.

mas e 3- a apresentação do texto crítico e do aparato.

Como se trata de inéditos, foi feita uma edição interpretativa, seguindo-se rigorosamente as normas cabíveis da crítica textual destinada à divulgação da obra e do autor, fazendo-se as atualizações adequadas para um trabalho que servirá de fonte para diversos outros, seguramente, mantendo, no entanto, uma apresentação gráfica de fácil e agradável leitura.

A obra, incluída no terceiro capítulo, consta de 26 sonetos; 9 poemas em décimas, sendo um deles de autoria duvidosa; 4 glosas e 2 silvas, todos seguidos de notas linguísticas, filológicas e literárias, em que, além de comentários relativos ao contexto histórico, social e cultural da época, cada poema vem seguido de uma nota intitulada Arte poética, em que o editor identifica a estrutura do poema, seus esquemas de rimas e a classificação de seus versos.

Por fim, é apresentada uma bibliografia de mais de três dezenas de títulos e um índice alfabético dos poemas editados.

Assim, uma obra quase que completamente perdida, porque estava restrita a um códice em uma biblioteca portuguesa, chega às mãos dos brasileiros que poderão conhecer melhor o nosso barroco e aprofundar a história de nossas academias e de nossa literatura.

**APRESENTAÇÃO DE *STUDIA PHILOLOGICA*
FILOLOGIA, CRÍTICAS E PROCESSOS DE CRIAÇÃO**



TELLES, Célia Marques; BORGES, Rosa (Orgs.). *Filologia, críticas e processos de criação*. Curitiba: Appris, 2012. 372 p. ilustr. [ISBN: 978-85-8192-050-4]

www.editoraappris.com.br – (41) 3053-5452

Mais detalhes? Clique na imagem ao lado.

Examinando o livro organizado pelas ilustres filólogas soteropolitanas para uma resenha, decidi não desperdiçar esforço inútil, tentando produzir algo melhor que a “Apresentação” assinada por Alvanita Almeida Santos e pelas organizadoras do livro, nas páginas 11 a 20, com vinte e oito excelentes capítulos, produzidos por alguns dos mais importantes pesquisadores da especialidade dentro e fora do Brasil³⁴.

Por isto, sem qualquer cerimônia e academicismo, transcrevo todo o texto, sem aspas nem recuo³⁵:

O *I Congresso Internacional de Estudos Filológicos* tem seu início imediato nas sucessivas edições dos últimos cinco anos do Seminário de Estudos Filológicos, sendo a sequência natural e histórica das Semanas de Filologia Românica e dos Seminários de Filologia Românica. Hoje os debates abarcam pesquisadores de quatro universidades diferentes, Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Universidade do Estado da Bahia (*campi* de Salvador, Alagoinhas, Conceição do Coité e Caetitê) e Universidade Católica do Salvador, além da Faculdade São Bento da Bahia.

O Seminário de Estudos Filológicos discute temas de grande relevância no âmbito dos estudos filológicos e é o desdobramento de todo o trabalho do Grupo de Filologia Românica. A grande variedade de textos,

³⁴ Os resumos de todos os textos aqui “apresentados”, além dos outros que foram inscritos no Congresso, estão disponíveis virtualmente no *LIVRO DE RESUMOS*.

³⁵ Transcrição de José Pereira da Silva (UERJ/UFAC) – pereira@filologia.org.br. Os cinco parágrafos seguintes tratam da estrutura do I CIEF. Nossas intervenções estão entre colchetes ou em notas.

de caráter documental e literário, existente nos arquivos e acervos do Brasil e de outros países, explica a realização desta reunião que pretende, sobretudo, conscientizar a comunidade acadêmica e científica da importância de recuperar esses textos, através do trabalho filológico, como forma de preservar a história e o patrimônio escrito cultural, atualizando a memória.

Tem como objetivo reunir especialistas da Filologia e das áreas afins para refletirem sobre a prática editorial e sobre as leituras filológicas, explorando temas diversificados, sendo sua finalidade incentivar a formação de futuros pesquisadores em Filologia Textual, em Crítica Textual, em outras Críticas do Texto e no estudo do Processo Criativo.

As atividades do *I Congresso Internacional de Estudos Filológicos* e *VI Seminário de Estudos Filológicos*, no período de 29 de julho a 01 de agosto de 2010, distribuem-se entre conferências, mesas-redondas, sessões de comunicações coordenadas e sessões de comunicações. Para as conferências e as mesas-redondas foram convidados pesquisadores europeus ou brasileiros, que aqui publicam os seus trabalhos.

O tema central é *Filologia, Críticas e Processos de Criação*, compreendendo 15 subtemas: 1. *Arquivos e Acervos*; 2. *Crítica Textual e Crítica Genética: Dossiês de Gênese e Interfaces*; 3. *Edição de Textos*; 4. *Estudos Medievais*; 5. *Filologia Clássica*; 6. *Filologia e Estudos do Léxico*; 7. *Filologia Textual e outras Críticas: Literária, biográfica e Autobiográfica*; 8. *Filologia: Discurso e Semântica*; 9. *Perspectivas para a Crítica Textual no Brasil*; 10. *Processos de Criação em diversas Linguagens*; 11. *Sociologia do Texto*; 12. *Texto e Memória*; 13. *Textos Setecentistas*; 14. *Transmissão do texto e mediação editorial*; 15. *Filologia e Variação*.

A coletânea que ora se publica com o título *Filologia, Críticas e Processos de Criação* traz à luz [inicialmente] os textos das conferências de Pierre-Marc de Biasi [p. 21-36], de João Dionísio [p. 37-51] e de Luiz Fagundes Duarte [p. 53-67].

Pierre-Marc de Biasi³⁶, em *Vingt questions à la génétique*, propõe vinte questões a que vai argumentando e respondendo uma a uma: 1. *Qu'est ce que la génétique des textes?* 2. *Roland Barthes a-t-il joué un*

³⁶ Sempre que possível, o leitor virtual será direcionado a uma página com notícias acadêmico-curricular dos autores relacionados.

rôle dans ce nouveau regard sur le manuscrit? 3. Avec l'apparition de l'avant-texte, est-ce le retour de l'auteur? 4. Est-ce une forme de quête infinie du sens qui se développe dans l'approche de l'avant-texte? 5. Pourquoi commencent-on à avoir des archives génétiques au XVIII^e siècle? 6. Quelle transformation l'informatique apporte-t-elle aujourd'hui à cette vision de la genèse? 7. Que va-t-il se passer avec les textes numériques, est-ce la fin de la génétique? 8. A quels problèmes se trouve confrontée la génétique pour les archives de notre temps? 9. Comment se pose la question de la pérennité des traces génétiques aujourd'hui et demain? 10. Au delà de cette question de sauvegarde des traces, le brouillon numérique ressemble-t-il au brouillon sur papier? 11. Peut-on dire que l'ordinateur nous conduit à oublier le corps dans le travail de l'écriture et de la pensée? 12. Cette présence de la main est-elle propre à la genèse architecturale ou plastique? 13. Le geste physique d'écrire fait-il aussi partie de l'analyse génétique? 14. Les matérialités de l'archive ne permettent-elles pas parfois aussi de dater le manuscrit? 15. La génétique sert aussi à «établir» correctement les textes. Est-ce à dire que sans la génétique tous les textes sont à revoir? 16. Pour des éditions critiques de type universitaire, comment se fait-il qu'il n'y ait pas eu un retour au manuscrit définitif de l'écrivain? 17. Par quel processus un copiste peut-il introduire involontairement des fautes dans sa copie? 18. Faudrait-il imaginer une reprise générale des textes à la lumière de leurs manuscrits, une réédition générale? 19. Comment la génétique s'est-elle développée depuis les années 1970-1980, en France et ailleurs? 20. Dans le prolongement de cette génétique du texte, on voit apparaître d'importants développements du côté par exemple des arts visuels: comment se pose la question de cette génétique des formes?

Em *A escultura da dor no Frei Luís de Sousa*, de Almeida Garrett, João Dionísio, a partir do conjunto de materiais do espólio literário de Almeida Garrett guardado na Universidade de Coimbra, explica o processo de construção do drama *Frei Luís de Sousa*, publicado em 1844. Seu trabalho escrutina a referência a uma figura mitológica constante da primeira redação conhecida do discurso de apresentação deste drama e que desaparecerá nas redações seguintes. É a partir desta referência que faz a descrição e a avaliação de alguns momentos-chave da gênese e do desenvolvimento de *Frei Luís de Sousa*, em articulação com passos do ensaio *Laokoon* de G. E. Lessing. No contexto das relações entre a arte dramática e a arte estatutuária, dá-se especial atenção à proximidade e à distância de Garrett a respeito de certas posições de Lessing.

Na terceira conferência, *Entre Penélope e Euriclea*, a de Luiz Faundes Duarte, discute-se o binômio: a Crítica Textual vive dos textos, e a Linguística Histórica usa os textos. Desse modo, mostra que a Crítica Textual trabalha sobre os textos escritos numa língua, e a Linguística Histórica sobre a língua de alguns desses textos, lembrando que ambas as disciplinas evoluíram, definiram os seus objetos e desenvolveram as suas doutrinas à sombra da velha Filologia; ambas são disciplinas históricas; ambas são críticas. Os seus oficiais, sendo em muitos casos os mesmos, misturam por vezes as artes e as ferramentas.

Como fruto da relação fraterna, na qual nenhuma das disciplinas é dominante, tem-se uma importante produção científica representada por edições críticas que são matéria de referência tanto para os críticos textuais como para os linguistas históricos. Adverte, entretanto, que não há relações perfeitas, levando, por vezes, a rebentarem quezílias e arrufos entre Crítica Textual e Linguística Histórica. Talvez por questões de feitio, talvez por questões de partilhas: é que uma, mais mundana e pragmática, vai-se deleitando cada vez mais com os seus *couchés*, os seus *Whatman*, ou então com outros papéis mais vulgares, mais industriais; enquanto a outra continua a rever-se muito nos pergaminhos da família.

Mas a Linguística Histórica vai dando sinais de perceber que a História não acaba com a pena ou até com o aparo: vai percebendo que um lápis ou uma esferográfica, desenhando gatafunhos num papel vulgar, podem acrescentar apostilhas à margem de um cartapácio da História: podem revelar, por exemplo, como a toda a hora, todos os dias, há estruturas da língua que se modificam nos papéis de um escritor – e no curto espaço de tempo que dura cada escaramuça do eterno conflito entre o homem e a Língua que lhe é dado passar à escrita.

Seguem-se os trabalhos discutidos nas mesas-redondas. Celina Márcia de Souza Abbade, em *O léxico religioso: relações de sentido e criação lexical a partir do Livro dos Espíritos*, à luz da Lexicologia e dos recursos disponíveis para o estudo das palavras filosofia e doutrina, buscou entender, no *Livro dos Espíritos*, as relações de sentido existentes na *lexia ressurreição e reencarnação*.

O trabalho de Silvia Maria Guerra Anastácio, *Projeto de edição genético-eletrônica: da criação do audiolivro “Um lugar limpo e bem iluminado”*, apresenta o conceito de espaço, significando transitar por linguagens líquidas, que a cultura das mídias tem feito emergir. A partir de uma perspectiva em que a modalidade, a interatividade, a liberdade e

o dinamismo dos espaços se impõem, propõe discutir a utilização de tecnologias mediadoras para facilitar o arquivamento, a observação, a análise e a apresentação de manuscritos diversos. Enfatiza a semiótica intermediária, privilegiando o caráter multilinear do texto. Mostra, como dentro dessa perspectiva, a metáfora da rede tem se mostrado eficiente para dar conta de um paradigma em que a estética eleita e interdisciplinar e intersemiótica, em que os processos sígnicos se cruzam em uma espacialidade complexa, múltipla e navegável.

Maria do Socorro Aragão, em *O léxico regional popular da Paraíba*, estuda as variações regionais populares dos autores paraibanos José Américo e José Lins do Rego, baseando-se nos princípios teórico-metodológicos dos estudos dialetais, sociolinguísticos e etnolinguísticos do léxico. Como todas as variações e mudanças linguísticas são evidenciadas, imediatamente, pelo léxico, pois ele acompanha a mobilidade sociocultural da comunidade, tais relações entre língua, sociedade e cultura são muito fortes e a língua pode revelar o sentir e o pensar da sociedade e de um povo, seus valores culturais e sua visão de mundo.

Em *As especificidades semânticas e genéticas do documento de arquivo*, Heloísa Liberalli Bellotto discute as inter-relações da Arquivística com a Filologia, o Direito e a Administração, evidenciadas no processo de gênese e de redação dos documentos de arquivo. Evidencia que cada tipo documental, sendo o veículo jurídico e administrativo formal da informação/mensagem, é construído com elementos referenciais, com diagramação e teor próprios, tendo as características semânticas que correspondem à função e à razão pela qual o documento foi gerado, possibilitando a sua fidedignidade e autenticidade. Sendo a Diplomática a disciplina que se ocupa do tipo documental, da estrutura formal dos documentos, ela se concentra na gênese, na constituição interna, na transmissão e na relação dos documentos com seu criador e com seu próprio conteúdo, com a finalidade de identificar, avaliar e demonstrar a sua verdadeira natureza.

Maria da Glória Bordini, em *A função memorial dos acervos em tempos digitais*, estuda os acervos literários que têm por finalidade primordial preservar a memória dos autores e de sua obra. Atenta para o fato de que, na era digital, o alcance de documentos literários, se inseridos em *sites*, se amplia desmesuradamente, implicando questões de apropriação e uso universal, observando as vantagens e desvantagens dos acervos digitais, como desgaste, banalização, acesso livre, circulação universal e conservação em suportes obsoletos.

Como artigo *A filologia e os lugares das críticas textual, genética e sociológica: por um estudo de “Quincas Berro d’Água”*, adaptação de João Augusto, Rosa Borges reflete, a partir do texto teatral *Quincas Berro d’Água*, adaptado de uma novela de Jorge Amado por João Augusto, produzido no período da Ditadura Militar na Bahia, sobre as críticas, a Textual, a Genética e a Sociológica, em prática filológica pragmática, com o intento de discutir elementos que permitam pensar as teorias de edição aplicadas ao texto teatral.

O texto *Perspectivas para a Crítica Textual no Brasil: ultrapassando fronteiras*, de César Nardelli Cambraia, argumenta que a adoção de uma orientação teórico-pragmática na Crítica Textual pode ser efetivada com a realização de diferentes estudos que busquem chegar, sobretudo, a generalizações sobre os processos de transmissão dos textos. Procura mostrar que a exploração da interação transdisciplinar da Crítica Textual pode ser efetivada pela interação com diferentes campos de estudo que se ocupem da atividade linguística, tais como a *linguística textual*, a *análise do discurso*, a *linguística computacional*, os *estudos de tradução*, os *estudos de folclore*, os *estudos de música*, dentre outros.

José Cirillo, com o artigo *Acervos digitais e Crítica Genética: ferramentas para as memórias de uma escritura digital*, apresenta a importância de investigar os arquivos e documentos digitais do processo de criação para auxiliar o conhecimento da natureza e significado desses documentos e de seu contexto nas artes. Assim, pretende contribuir para a construção de um critério mais universal para a análise e armazenamento desse acervo que revela a memória da criação de uma obra.

Outra contribuição do autor está no estabelecimento de princípios para garantir que esses arquivos pessoais sejam investigados segundo uma metodologia própria para os documentos de artistas a partir de um método investigativo, pautado na interação de metodologias da história da arte com os procedimentos de outras ciências, resultando em um procedimento investigativo, pautado na interação de metodologias da história da arte com os procedimentos de outras ciências, resultando em um procedimento investigativo crítico e flexível o suficiente para que os aspectos da diversidade de cada artista, de cada processo, sejam respeitados e que contribuam para a constituição de uma teoria da criação.

Em *Questões biográficas na rede de escritas do intelectual múltiplo*, Evelina Hoisel chama a atenção para o estatuto biográfico de textos produzidos por intelectuais contemporâneos que exercem múltiplas ativi-

dades – ficcional, teórica, crítica, docente – e constroem redes de escritas através das quais dramatizam questões pessoais e culturais. Entendendo que, em primeira instância, a expressão intelectual múltipla define a diversidade de lugares de produção de discursos (ou de escritas), onde estes sujeitos se inscrevem e se produzem, a autora observa em que medida esta variedade de lugares de fala (do ficcionista, do teórico, do crítico, do docente) corresponde a uma multiplicidade de perfis autobiográficos, traçados nas malhas da escrita.

Comum *corpus* bastante diversificado de intelectuais que têm atuado –ou atuaram – em Instituições de Ensino Superior no Brasil, o texto evidencia como, no estabelecimento dessa rede de escritas, produzida em contextos culturais distintos, são delineadas questões teóricas que rompem fronteiras e saberes constituídos, estabelecendo uma cumplicidade entre biografia, ficção e teoria.

Em *Guimarães Rosa: sertão, memória e arquivo*, Maria Célia Le-
onel discute as relações entre memória, cultura e arquivo, refletindo sobre o Fundo João Guimarães Rosa do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Toma como ponto de partida a noção de que memória é a possibilidade de dispor de conhecimentos passados que permitem ao homem construir a cultura, que, quando viva, é aberta ao futuro, mas ancorada no passado, e dependente de algum tipo de acumulação, que pode se dar por meio dos velhos ou pelo material conservado nos mais variados acervos – arquivos, museus, bibliotecas. Mostra como Guimarães Rosa, anotando, recortando, classificando e conservando uma grande quantidade de documentos, construiu uma forma de memória objetiva para uso posterior na produção literária.

Alicia Duhá Lose e Vanilda Salignac Mazzoni, com o texto *Arquivos eclesiásticos: a Filologia como porta de entrada*, exemplificam a prática do trabalho filológico como um indispensável aliado na organização, na preservação e na divulgação, principalmente no que se refere à identificação dos documentos e na edição de textos manuscritos, dos arquivos eclesiásticos, os quais são, por força de lei, considerados como de interesse público e social. Tais arquivos concentram boa parte da documentação produzida no Brasil antes da institucionalização dos registros civis. Acentua-se, assim, a importância da gestão e salvaguarda destes documentos para que possam ocupar seu papel com primazia, nas pesquisas de fontes primárias nas mais diferentes áreas do conhecimento. Tem como foco os arquivos eclesiásticos mais antigos do Brasil: o da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia (fundada em 1549) e o do

Mosteiro de São Bento da Bahia (fundado em 1582).

Em “*O Pico dos Três Irmãos*”, obra interrompida de Mário de Andrade: *pressupostos de uma edição crítica e genética*, Marcos Antonio de Moraes reflete sobre a possibilidade de edição da obra *O Pico dos Três Irmãos* de Mário de Andrade, para a qual o escritor começou a reunir matéria preparatória, traçando o plano de construção, redigindo notas de trabalho, congregando trechos de carta, transcrição de poemas e matéria extraída de periódicos. Os documentos coligidos em um dossiê, atualmente conservado no arquivo do escritor, no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, são tomados para pensar algumas das diretrizes interpretativas vislumbradas pelo crítico, de forma a discutir pressupostos metodológicos da edição, em perspectiva crítica e genética, levantando questões específicas sugeridas pela documentação focalizada. O texto também evidencia a contribuição das cartas do escritor enquanto peças do dossiê, bem como na qualidade de testemunhos do processo de criação desse ensaio de crítica literária.

Marcello Moreira, no texto *Aplicação do “usus scribendi” e sua validade como procedimento de análise morfológica*, discute a pertinência da aplicação do *usus scribendi* como procedimento crítico-filológico para a seleção de variantes indiferentes fundado em juízo, método que se baseia na crença da imediaticidade do gênio, manifesto nos menores traços da obra artística ou literária, passível de cognição pelo reconhecimento dos traços formais ou estilemas dele derivados. Observando que este procedimento é derivado de uma visada romântica à crítica textual, o autor questiona a validade teórico-crítica do *usus scribendi* e faz uma crítica ao metodismo lachmanniano.

Com uma *Proposta de leitura crítica do “Gênesis”*, Luciano Amaral Oliveira debruça-se sobre as infundáveis polêmicas em torno dos textos bíblicos. Refletindo sobre diferentes questões, o pano de fundo de suas discussões está na problemática sobre se os textos bíblicos permitem mais de uma interpretação ou existe apenas uma interpretação correta de tais textos, como alegam manuais de hermenêutica. Sua leitura do *Gênesis* está baseada em procedimentos metodológicos oferecidos por Teun van Dijk para os estudos críticos do discurso, focando nas escolhas lexicais, no artifício do discurso relatado e na estrutura textual, apontando questões relevantes para a discussão da construção das ideologias sexista e heteronormativa do discurso religioso que atravessa o senso comum.

No texto *Edição de documentos manuscritos baianos: “Autos de*

defloramento”, Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz ocupa-se, dentre os manuscritos baianos, dos autos de defloração, lavrados no início do século XX, mais precisamente entre os anos 1901 a 1909 e constata que, no decorrer do processo de edição, tais autos trazem informações valiosas sobre o comportamento da justiça, mediante o que apresentam os agentes judiciários, as vítimas e os réus.

Questionando-se acerca do porquê da existência desses documentos, entendendo que os autos de defloração são documentos jurídicos que relatam histórias de jovens defloradas, com emprego de violência ou não, a autora demonstra que tais autos, além de veicularem informações acerca do crime contra mulheres virgens, representam também o pensamento da sociedade brasileira dos primeiros anos da República, a qual prezava o progresso, sendo este aliado aos aspectos políticos, econômicos e sociais.

Cecília Almeida Salles, em *Processos de criação: estudos interdisciplinares*, apresenta um breve histórico da expansão dos estudos sobre processo de criação, desenvolvidos junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC/SP, mostrando o percurso da crítica genética, da literatura para a arte em geral. Dando especial ênfase aos desdobramentos metodológicos envolvidos na ampliação dos seus objetos de estudo, destaca os aspectos relativos à fundamentação teórica das pesquisas, que viabilizaram tal expansão, propondo discutir os desafios apresentados pela arte contemporânea para os estudos sobre processo de criação.

Com o artigo *Texto oral, memória e reconhecimento*, Alvanita Almeida Santos reflete sobre os estudos acerca da memória que se desenvolveram especialmente na Antropologia, discutindo como o texto oral pode ser visto como um “documento” perpetuando, a cada performance de um intérprete, as tradições coletivas, na medida em que reproduz uma “verdade” compartilhada pelo grupo social ao qual pertence esse patrimônio.

Tomando como ponto de partida o fato de que a escrita foi apresentada como uma forma de memória, uma vez que o seu advento possibilitou o registro das lembranças, mostra como é importante observar como as sociedades ágrafas encontram uma forma de manter vivas suas tradições e como a invenção da escrita mudou as relações sociais, uma vez que elementos formais no texto oral, como o ritmo, a enumeração e a repetição, fundamentais para sua preservação, tiveram que ser substituí-

dos por outros recursos próprios à escrita.

Gilberto Nazareno Telles Sobral traz, em *Manuscritos baianos: o labor filológico e a memória cultural*, um estudo da documentação sobre a Cidade do Salvador que compõe o acervo do Arquivo Histórico Municipal, cujo precário estado de conservação tem favorecido o seu desaparecimento. Suas reflexões baseiam-se na ideia de que pensar em memória é considerar que existe um passado, o qual, muitas vezes, é desconhecido por grande parte de um povo que dele se constitui. O autor afirma, ainda, que a cultura, enquanto modos de agir de um povo, materializa-se de formas diversas e [que] os documentos manuscritos que se encontram em arquivos públicos e privados são uma importante fonte destes modos de agir.

Em *As tenções e o avesso no jogo satírico de Afonso X*, Paulo Roberto Sodré trata da presença e da ausência dos nomes históricos nas cantigas de escárnio e maldizer. Comenta as tenções afonsinas e sua adesão ou não àquela orientação, a partir da noção de *jugar de palabras* (constante na Lei XXX do Título IX da Segunda de *Las siete partidas*, código jurídico do século XIII, organizado pelo rei Afonso X) como um jogo de avessos satíricos, pelo qual o trovador é presumivelmente orientado a tratar escarninhamente do inverso das qualidades dos cortesãos durante o entretenimento da corte, o *fablar en gasaiado*.

Em *Crítica biográfica e gênese textual*, Eneida Maria de Souza discute a relação entre a crítica biográfica e a gênese textual, a partir do exame dos bastidores da criação, das experiências vividas pelos autores quanto à sua produção literária e existencial. A intenção em recriar os dois polos permite expandir o registro documental dos autores como tentativa de recuperar estágios prototextuais e protoexistenciais.

Maria da Conceição Reis Teixeira, em *Gazetas, folhetins: filologia Textual e a prática leitora na Baía de Todos os Santos*, discute o papel relevante da filologia textual no resgate de textos literários veiculados nos jornais que circularam no Estado da Bahia entre o século XIX e início do século XX, contribuindo para o preenchimento de lacuna ainda existente na historiografia literária brasileira no concernente à produção local, e para a compreensão de alguns aspectos da prática leitora e da escrita neste período.

Apresenta um trabalho filológico desenvolvido com jornais baianos, destacando que o resgate e a recuperação do texto veiculado nas “gazetas” contribuirão para a compreensão do momento histórico em que

os textos foram lavrados e para desvendar alguns aspectos da história da leitura na “Baía de Todos os Santos”, estreitamento, portanto, em momento histórico distinto daquele referente à sua produção, novas relações entre leitor e texto.

Resquícios medievais no “Livro Velho do Tombo” é o título do trabalho de Célia Marques Telles, que estuda alguns documentos com registros de *autos de posse*, no *Livro Velho do Tombo* do Mosteiro de São Bento, o qual traz o traslado de 91 documentos datados inicialmente entre o século XVI e o XVIII, copiados, a pedido do Dom Abade entre 1705 e 1716. Atenta-se para o fato de que o Direito na Idade Média caracteriza-se por ser uma relação privada (particular) e, como tal, baseia-se nos costumes próprios de cada região e o Direito no Brasil Colônia é marcado por um objetivo definido de instalação de uma justiça com os contornos portugueses, adaptado às novas situações. O rito de posse inclui gestos, ações e fala em alta voz: sinais indicam ao olhar e exprimem em primeiro lugar um direito de posse. Assim, observa-se como os diferentes rituais de posse são realizados para a garantia do patrimônio imóvel do Mosteiro.

Com *O tema da “boelasía” na épica grega arcaica*, Leonardo Medeiros Vieira aborda, de forma introdutória, o tema tradicional de *boelasía* (roubo de gado), que figura nos textos supérstites do *épos* grego arcaico, incluindo as duas epopeias atribuídas a Homero, os dois poemas inteiramente conservados e os numerosos fragmentos associados a Hesíodo, os chamados Hinos Homéricos e os demais fragmentos do Ciclo Épico. Aponta para algumas de suas ocorrências, abordando o nexos essencial entre a *boelasía* e a circulação de dádivas no âmbito de uma certa “economia da honra” típica da aristocracia homérica. Observa ainda que há poucos estudos que explicam esse tema como um derivado de estruturas míticas herdadas do protoindo-europeu.

Yara Frateschi Vieira, com o trabalho *Os “Lais de Bretanha” e a questão da tradução na Idade Média*, afirma que os “Lais de Bretanha” são os únicos textos do *corpus* lírico galego-português explicitamente designados como “tradução”. Compara as versões peninsulares de B1, B3 e B4 com as suas fontes francesas (lais do *Roman de Tristan*) as quais, segundo a autora, demonstram que a tradução, de acordo com os modernos critérios de fidelidade, foi feita muito livremente.

Observado que, se integrada no contexto dos pressupostos e das práticas hermenêuticas e retóricas que fundamentam o manuscrito ou

transmissão do texto medieval (glosas, comentários, traduções), mostra que essa versão obedece a outros critérios de fidelidade, guiados pelo propósito de oferecer um texto o mais fiel possível ao “sentido” e mais acessível a um receptor distinto daquele a que se destinava o original.

Em *Os processos de criação na literatura*, Philippe Willemart apresenta uma pesquisa nos manuscritos de *O caminho de Swann* de Marcel Proust que ilustra o objetivo comum à Filologia e à Crítica Genética: a interpretação do texto editado.

Por fim, vale ressaltar que, nos textos, se manteve a formatação original a, conforme determinado pelos autores. Por outro lado, na medida do possível, buscou-se adaptar o sistema de referências e citação à norma brasileira.

Alvanita Almeida Santos
Célia Marques Telles
Rosa Borges

**"DICIONÁRIO DE TUPI ANTIGO":
NOTAS À "DEFESA" DE EDUARDO NAVARRO**

Eduardo Tuffani (UFF)
etuffani@yahoo.com.br

1. Escritas no calor da hora, estas notas foram ligeiramente corrigidas

Senhores,

Lamento por tudo isso.

Veja a íntegra desse artigo, no blog do Autor

<<http://e-tuffani.webnode.com/sobre-nos/>>.